

Carlos Ângelo de Meneses Sousa
Sheila Cristina Monteiro Matos
Organizadores



Os jesuítas e as Ciências no Brasil e Portugal: quando a história se (re)faz.



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Cátedra UNESCO de Juventude,
Educação e Sociedade



Universidade
Católica de Brasília

Os Jesuítas e as Ciências no Brasil e Portugal:
quando a história se (re)faz

Carlos Ângelo de Meneses Sousa
Sheila Cristina Monteiro Matos
Organizadores

Os Jesuítas e as Ciências no Brasil e Portugal: quando a história se (re)faz



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



- Cátedra UNESCO de Juventude,
Educação e Sociedade
-

Brasília, DF
2020

A foto da Capa do livro apresenta o Padre Camillo Torrend, durante uma de suas expedições de estudo no interior da Bahia(Arquivo do Colégio Antônio Vieira em Salvador – Bahia – Brasil)

É proibida a reprodução total ou parcial desta publicação, por quaisquer meios, sem autorização prévia, por escrito, da Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade e do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da UCB.

The authors are responsible for the choice and presentation of information contained in this book as well as for the opinions expressed therein, which are not necessarily those of UNESCO and do not commit the Organization.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1999, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Coleção Juventude, Educação e Sociedade

Comitê Editorial

Geraldo Caliman (Coordenador), Célio da Cunha, Carlos Ângelo de Meneses Souza, Florence Marie Dravet, Luiz Siveres, Renato de Oliveira Brito.

Conselho Editorial Consultivo

Maria Teresa Prieto (México), Bernhard Fichtner (Alemanha), Roberto Silva (USP), Azucena Ochoa Cervantes (México), Cristina Costa Lobo (Portugal), Cândido Alberto Gomes (Brasil).

Revisão: *Renato Thiel*

Projeto gráfico / Impressão: *Cidade Gráfica e Editora Ltda.*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

J58

OS JESUÍTAS e as ciências no Brasil e Portugal: quando a história se (re)faz /
Carlos Ângelo de Meneses Sousa, Sheila Cristina Monteiro Matos, Organizadores --
Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade ; Universidade Católica
de Brasília ; Cidade Gráfica, 2020.
152 p.; 24 cm.

ISBN: 978-85-62258-51-0

1. Brasil 2. Portugal 3. Religião 4. Companhia de Jesus 5. Jesuíta 6. Jesuitismo
7. Ciência 1. Sousa, Carlos Ângelo de Meneses; Matos, Sheila Cristina Monteiro. II. Título.

CDU: 27-789.5:001(81)(469)

Elaborado por Charlene Cardoso Cruz – CRB -1/2909

Cátedra Unesco de Juventude, Educação e Sociedade
Universidade Católica de Brasília Campus I
QS 07, Lote 1, EPCT, Águas Claras 71906-700
Taguatinga – DF / Fone: (61) 3356-9601
catedraucb@gmail.com

Em homenagem e gratidão:

- (I) À todos os jesuítas educadores da Província Portuguesa e aos que aqui germinaram na Província do Brasil, especialmente no solo nordestino.
- (II) Àos professores Cândido Alberto Gomes e Célio da Cunha pelo cultivo permanente do melhor da tradição acadêmica.
- (III) À professora Juraci Cavalcante pelo convite inicial de pesquisar sobre o segundo retorno dos jesuítas portugueses ao Nordeste do Brasil.

SUMÁRIO

PREFÁCIO I.....	9
<i>Célio Juvenal Costa</i>	
PREFÁCIO II	15
<i>Graciella Watanabe</i>	
APRESENTAÇÃO	
Os Jesuítas e as Ciências no Brasil e Portugal: quando a história se (re)faz.....	21
<i>Carlos Ângelo de Meneses Sousa</i>	
<i>Sheila Cristina Monteiro Matos</i>	
CAPÍTULO I	
Os Jesuítas e a Ciência em Portugal, 1858–1910.....	31
<i>Francisco Malta Romeiras</i>	
CAPÍTULO II	
Entre Razão e Fé: Recortes do percurso do Padre Camille Torrend, SJ, na Bahia do século XX.....	51
<i>Lívia Maria Goes de Britto</i>	
<i>Jaci Maria Ferraz de Menezes</i>	

CAPÍTULO III

Carlos Zimmermann: nas águas frias dos mares e nos rios de água doce, o estudo científico de um jesuíta exilado no Brasil sobre as diatomáceas 79

Carlos Ângelo de Meneses Sousa

Aparecida Valéria Salviano de Souza

CAPÍTULO IV

Inventariando ideias, problematizando fontes: o pensamento educacional inaciano e sua reverberação no percurso formativo de Anísio Teixeira 99

Sheila Cristina Monteiro Matos

CAPÍTULO V

Um colégio jesuítico em Caetité: o Instituto São Luiz Gonzaga (1912 -1925) 123

Fernanda de Oliveira Matos

Felipe Eduardo Ferreira Marta

Sobre os Autores 147

PREFÁCIO I

Célio Juvenal Costa
Universidade Estadual de Maringá - Paraná

O livro que tenho a honra de prefaciar se insere no rol daqueles que foram escritos, desde o século XVII, sobre a história da Companhia de Jesus. Aqui, trata-se de apresentar um pouco das atividades de padres jesuítas na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, em Portugal e no Brasil, especialmente aquelas dedicadas ao cultivo e à divulgação da ciência. A relação entre jesuitismo e ciência, ou mais propriamente, a prática científica daqueles padres é o objeto maior que unifica os capítulos.

Para quem está um pouco enfrontado com a temática jesuítica sabe que a Companhia de Jesus, já no século de seu nascimento, angariou muitos simpatizantes, mas, também, muitos antagonistas. O século XVIII apresentou, na sua segunda metade, um franco antijesuitismo institucional que levou à sua dissolução enquanto ordem religiosa, em 1773, pela bula papal de Clemente XIV. Antes disso, os jesuítas haviam sido expulsos de Portugal (e de todos os seus domínios, inclusive a América Portuguesa) em 1759, da França, em 1764, e da Espanha, em 1767. Quando de sua dissolução, a ordem jesuítica tinha, segundo dados oficiais da própria Companhia, 5 assistências, 39 províncias, 669 colégios, 237 casas de formação, 335 residências missionárias e 22.589 membros.

A *Societas Iesu*, fundada por Inácio de Loyola e seis companheiros em 1534, oficializada pelo papa Paulo III em 1540, teve um crescimento extraordinário em seus duzentos e poucos anos de existência oficial, no que é conhecido como a primeira história da Companhia de Jesus. Em Portugal, ela chegou em 1540, por intermédio de Francisco Xavier e Simão Rodrigues, convidada pelo rei D. João III, com o objetivo de levar seus integrantes até Goa, na Índia, para servirem ao rei como missionários no Oriente. A admiração que os religiosos gozaram desde sua chegada até 1542 fez com que apenas Xavier fosse para as

missões e Rodrigues permanecesse no reino para lá organizar e fundar uma casa de formação de futuros jesuítas.

Em território português, três foram as atividades que mais deram fama à Companhia de Jesus e que mais angariaram, ao longo do tempo, tanto simpatizantes quanto adversários: a educação por meio de seus colégios, as missões em terras de além-mar, e a proximidade, a maior parte como confessores, dos reis, rainhas e príncipes. O poder adquirido com a, praticamente, hegemonia educacional e missionária, e a identificação dos jesuítas ao poder instituído constituiu-se em algo que acabou lhes custando, no século XVIII, a própria existência em terras lusitanas. Com a chegada ao poder do futuro Marquês de Pombal, ministro de D. José I, a Sociedade de Jesus foi elevada ao patamar de uma de suas principais inimigas naquilo que se chamou de projeto iluminista português. O principal ataque sofrido pela ordem religiosa foi de identificá-la com o atraso intelectual que, segundo o Marquês, grassava no reino luso. Modernizar o reino, principal plano político e econômico pombalino, significou, dentre outras realizações, proceder reformas educacionais nos colégios e na universidade portuguesa. Para tanto, o ensino jesuítico foi taxado, em textos escritos por Pombal ou a mando dele, de escolástico, excessivamente religioso, que gerava um reino de súditos mal preparados para o trabalho. A expulsão dos jesuítas de Portugal e de todos os seus domínios representou, na prática, a extinção de um adversário tido como poderoso e que, aos olhos pombalinos, poderia impedir as reformas.

A historiografia portuguesa do final do século XIX e início do século XX, comprometida com o projeto republicano naquelas paragens, contribuiu para que a concepção pombalina sobre os jesuítas fosse, de certa forma, cristalizada. Assim, é muito comum, para quem acompanha ou queira acompanhar os balanços historiográficos sobre o período lusitano dos séculos XVI ao XVIII, ser levado a pensar que realmente os padres e irmãos da Companhia de Jesus dispuham, em seus colégios, de uma educação livresca, autoritária, escolástica e eminentemente religiosa, ou seja, nada científica. Tal historiografia se preocupou, especialmente, em explicar o atraso português em relação a outros reinos/países europeus, e concluiu que os dois grandes culpados foram a Monarquia e a Igreja Católica e, como instituição católica mais importante, boa parte da culpa recaiu sobre a Companhia de Jesus.

O antijesuitismo, encarnado por Pombal, é, sem dúvida, uma marca na história de Portugal. Tanto que, por outras duas vezes, os inacianos foram de lá expulsos: em 1834 e 1910. Em 1814, o papa Pio VII restaurou, por meio de bula, a ordem religiosa, dando início ao chamado segundo período da história

da Companhia de Jesus, o período da restauração. A segunda chegada daqueles padres em terras lusitanas se deu em 1829, a terceira, em 1848, e a quarta e última, em 1923. As três expulsões dos inacianos se deram basicamente pelo mesmo motivo: a identificação da ordem religiosa como perniciosa para Portugal. Assim, consagrou-se, como afirmado acima, uma concepção de que a Companhia de Jesus sempre foi um instituto conservador, atrasado, excessivamente religioso e anticientífico.

O livro que o leitor tem em mãos pretende, a meu ver, entre outras metas, desmistificar, ou desconsagrar a visão antijesuítica. As páginas que seguem mostram, respaldadas em documentos, que houve, sim, entre os quadros da Companhia de Jesus, padres que foram cientistas, e isto no sentido do próprio fazer da ciência: investigação, averiguação, catalogação, experimentação, descobertas e divulgação. Mas, antes de falar do livro tão bem organizado por Carlos Ângelo de Meneses Sousa e Sheila Cristina Monteiro Matos, me permitem voltar mais um pouco à história dos jesuítas em Portugal.

O século XX é marcado por iniciativas institucionais da Companhia de Jesus que visaram narrar a história de sua presença em várias partes do mundo. Jesuítas historiadores foram convocados para escrever verdadeiros monumentos históricos da ação da Sociedade de Jesus. Dentre eles citemos aqui a *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, obra em quatro densos volumes, escrita pelo jesuíta Francisco Rodrigues e publicada ao longo dos anos de 1931 a 1950; *História da Companhia de Jesus no Brasil*, obra em dez volumes, publicado pelo jesuíta Serafim Leite, de 1933 a 1950. Além deste tipo de obra, a Companhia de Jesus organizou, também ao longo do século XX, mas tendo iniciado o projeto ainda no século XIX, a *Monumenta Historica Societatis Iesu*, um empreendimento de 157 volumes contendo uma variada documentação, como cartas, instruções, constituições, livros, orações, recomendações, fórmulas etc. Somente de seu fundador, Inácio de Loyola, são 12 volumes de cartas e instruções; das missões no Oriente são 18 volumes da *Monumenta Indica*, três volumes da *Monumenta Historiae Japoniae*, cinco volumes da *Monumenta Proximis Orientis* e um volume da *Monumenta Sinica*; da presença jesuítica no Brasil há os cinco volumes da *Monumenta Brasiliæ*. E ainda é preciso ressalvar que a maior parte dos documentos presentes na coleção completa refere-se aos séculos XVI e XVII.

Além do grande esforço por parte da Companhia de Jesus, depois de ser criticada e atacada ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, de conservar, sistematizar, organizar e publicizar a sua história, houve a iniciativa de criar uma revista específica de divulgação científica em Portugal: a Revista Brotéria. Tal

revista foi fundada por quatro padres jesuítas do Colégio São Fiel, em 1902, com o título de *Brotéria: Revista de Sciencias Naturaes* e, em 1907, tendo em vista a quantidade e a diversidade de artigos, ela passou a ter três séries distintas, *Vulgarização Científica, Botânica e Zoologia*. A revista foi publicada até 2002, quando foi extinta a *Brotéria Científica*, tendo continuidade, até hoje, a sua vertente cultural. Apenas por curiosidade, em outubro deste 2019 foi publicado o volume 189 da *Brotéria*. O objetivo da fundação da revista e sua história, como o leitor poderá perceber com mais detalhes nos três primeiros capítulos deste livro, foi de mostrar para a comunidade especializada portuguesa e internacional a produção científica nas ciências naturais realizada pelos padres da Companhia de Jesus e, por consequência, a intenção política foi de se opor à ideia construída ao longo dos tempos em Portugal de que a Companhia de Jesus não se dedicava às ciências e que, portanto, não era uma ordem moderna.

A publicação das histórias nacionais da presença jesuítica em Portugal e no Brasil, a extensa documentação reunida nos volumes da *Monumenta Historica Societatis Iesu*, a Revista *Brotéria* e novos documentos que vieram à luz por meio de pesquisas realizadas em arquivos dos mais variados em Portugal, notamment o Arquivo da Torre do Tombo, e arquivos em outros países europeus e americanos, possibilitaram novas releituras da história da Companhia de Jesus, especialmente em Portugal e no Brasil. Historiadores, sem compromissos políticos prévios, passaram a construir uma historiografia diferente sobre a presença dos inacianos, valorizando o que antes era, de certa forma, criticado.

Para ficar restrito ao objeto deste livro, a própria atividade científica dos padres e irmãos jesuítas foi revisitada pela nova historiografia. Talvez o melhor exemplo que possa ter utilizado neste ponto é o Colégio de Santo Antão, de Lisboa. Fundado em 1553 e depois transferido, em 1593, e conhecido a partir de então como Colégio de Santo Anão-o-Novo, foi, desde o início, uma instituição que oferecia cursos para além da chamada formação humanista católica e escolástica. Os jesuítas consideravam fundamental o ensino naquele Colégio de questões relacionadas à matemática e à astronomia, pois, por meio dessas disciplinas, abordavam a teoria e a prática de itens e de conceitos, como o telescópio, os logaritmos, as equações, a geometria, entre outros. As grades curriculares desse centro de ensino incluíam, além das Ciências e Matemática, disciplinas como Latim, Gramática, Humanidades, Retórica e introduções à Teologia Moral, à Teologia Dogmática e à Filosofia. O curso que se tornou o mais importante no colégio ficou conhecido como “Aula de Esfera”, que funcionou de forma ininterrupta de 1590 a 1759, no qual eram ensinados conteúdos de geometria, ótica, perspectiva, arquitetura, dentre outros.

O enquadramento do ensino jesuítico em Portugal na moldura rígida do escolasticismo, como defenderam os antagonistas da Companhia de Jesus, não se sustentou ante a nova historiografia construída com base em inúmeros documentos de origens diferentes. Vários pesquisadores, atualmente, no Brasil e em Portugal, resgatam atividades daqueles padres e irmãos, que iam além da catequese e conversão. Dos séculos XVI, XVII e especialmente no XVIII, foram e estão sendo recuperadas diversas ações e pesquisas científicas dos inacianos, tanto no terreno da astronomia, quanto da botânica, da geometria, da geografia, da biologia, etc. Ou seja, cada vez mais a base do antijesuitismo se fragiliza.

O livro *Os jesuítas e as Ciências no Brasil e Portugal: quando a história se (re) faz* se filia, de certa forma, a esta nova historiografia interessada em resgatar as contribuições científicas dos religiosos da Sociedade de Jesus. Os três primeiros capítulos versam mais especificamente sobre jesuítas que se dedicaram à ciência, como Carlos João Rademaker, no século XIX, e Joaquim da Silva Tavares, Carlos Zimmermann e Camilo Torrend, no século XX; as atividades dos dois últimos em território brasileiro são apresentadas nos capítulos segundo e terceiro. Os colégios apresentados como destaque nos primeiros três capítulos são os de Campolide e São Fiel em Portugal e o Antônio Vieira no Brasil. O quarto capítulo se preocupa em mostrar como a educação inaciana reverberou na formação intelectual e humana de Anísio Teixeira, reconhecido como um dos mais expressivos intelectuais brasileiros do século XX. O último capítulo apresenta o resgate de uma experiência educacional dos jesuítas, de 1912 a 1925, na cidade de Caetité, sertão da Bahia, com a instalação do Instituto São Luiz Gonzaga.

Ao longo de todo o livro vários aspectos relacionados aos fundamentos e à prática jesuítica são apresentados e problematizados, como sua história, seus fundamentos religiosos, filosóficos e teológicos, os princípios científicos, a teoria e a prática pedagógica, a prática científica, as relações e as reações políticas, os colégios e seus ambientes e estruturas. No entanto, efetivamente, a maior parte das páginas que o leitor terá o prazer de acompanhar descrevem os avanços científicos conseguidos, paulatinamente, com esforço e denodo, por parte de padres que, além da batina preta, usavam jalecos em laboratórios de botânica, de física, de química e de biologia.

Finalizo esta honrosa tarefa que me coube de *dizer antes (praefacio)* sobre este livro, informando ao leitor que por ventura não está muito afeito ao tema dos jesuítas, que os estudos acerca da Companhia de Jesus seguem firmes nos campos da História, da História da Educação, da Filosofia, da História da Ciência, da História das Religiões. Muitos são os pesquisadores que continuam a ter como objeto de suas pesquisas aspectos específicos da atuação dos padres

e irmãos inacianos em todas as partes do mundo onde plantaram seus pés. Este livro, que o leitor terá o prazer de ler, é um exemplo deste empenho!!!

PREFÁCIO II

Graciella Watanabe

Universidade Federal do ABC – São Paulo

Ao se propor (re)construir uma história dos jesuítas no Brasil e suas contribuições para a ciência, como também em Portugal, a obra indica que a ciência nunca foi um mero instrumento de embate vazio, baseado no olhar limitado ou limitante, que nos leva a construir uma visão de ciência em constante conflito com a religião. Essa obra nos dá caminhos possíveis de convivência entre diferentes olhares, diferentes filosofias e modos de compreender o mundo que perpassam dimensões de respeito, pensamento epistemológico e fronteiras sociais que constituem o compromisso da arena social da ciência em promover o prazer do debate para o desenvolvimento do saber científico.

O espírito científico defendido pelo filósofo da ciência Gaston Bachelard¹ nunca foi um conhecimento neutro, descaracterizado de humanização e sem uma historicidade. Construir um espírito científico é um processo de constantes momentos de embate entre o pensamento vigente e o pensamento que está para nascer. Para esse autor, conhecer sobre a natureza também reflete as diferentes formas de ver o mundo, de sentir o mundo e de constituir-se no mundo. Historicamente o saber científico se transforma, transforma o mundo e os modos como os sujeitos se relacionam.

Esse processo foi sendo moldado ao longo da história da humanidade. Foi no fim da Idade Média que a ciência entra em colapso com a Igreja Católica, marcando um processo de conflitos culturais e sociais que deixaram marcas indeléveis naqueles que se dedicaram a compreender a natureza. Dentro desse universo, Nicolau Copérnico, cônego católico, herói de muitos cientistas como

¹ BACHELARD, Gaston. *A formação do Espírito Científico*: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

o alemão Johannes Kepler e italiano Galileu Galilei, tirou a Terra do centro do Universo, provocando uma das maiores revoluções intelectuais que a ciência já teve. Foi, também, o embate com a Igreja Católica que posteriormente conduziu a ciência a processos severos de autonomia de seu campo, cada vez mais buscando se distanciar do diálogo com o mundo externo, em prol de garantir seu desenvolvimento sem a presença de outras formas de pensamento e linguagem, senão aquelas produzidas por seus pares, conforme Bourdieu².

Não é difícil pensar o quanto impacta essa relação para a visão externa ao campo científico, seja aqueles que consideram os cientistas os conhecedores da natureza em suas torres de marfim, ou os cientistas que guardam diferentes receios de terem seus saberes distorcidos e constituídos de interpretações que os levem “à fogueira”, simbolicamente, nos dias atuais.

Esse emaranhado de interesses e desafios, medos e ousadia, teve impactos importantes para os estudos de ciência e religião, ainda que pouco se tenha percebido no que tange à produção de práticas científicas nos espaços escolares ou nos laboratórios de pesquisa.

O mesmo pode-se dizer em relação à história da divulgação científica no Brasil, que foi permeada por rasuras temporais associadas à dificuldade de compreender como se constitui a entrada do conhecimento científico e suas práticas na cultura brasileira. Muitos são os trabalhos destinados ao estudo dos materiais didáticos e das grandes instituições que propuseram inserir e divulgar a ciência no Brasil. Pesquisas sobre o tema já apontam, no fim do século XIX e início do século XX, a preocupação de alguns periódicos e conferências em popularizar a ciência. O desafio posto era reconhecer quais eram os sujeitos envolvidos nesse processo e a que público se destinavam esses materiais, conforme Massarani³. Mas, poucos são os trabalhos que objetivam compreender os homens. Homens esses que fizeram de suas práticas cotidianas a luta para a inserção da ciência no contexto educativo nacional.

Esse projeto intelectual, que perpassa dimensões de aculturação e enculturação, que conduziu a embates e à defesa da cultura científica, não pode ser deixado de lado nos estudos acadêmicos, ou seja, deve perpassar uma constante vigilância epistemológica.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu, referenciado por Gaston Bachelard,

2 BOURDIEU, Pierre. La spécificité du champ scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison. *Sociologie et sociétés*, v. 7, n. 1, p. 91-118, 1975.

3 MASSARANI, Luisa. *A divulgação científica no Rio de Janeiro: algumas reflexões sobre a década de 20*. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

chama atenção para nossa necessidade de pensar os limites do pensamento quando não colocamos em xeque nossas visões pessoais, nosso senso comum, nosso emaranhado de preconceitos e dificuldades do intelecto que não se associam ao limite da razão, mas da vontade.

Assim, ao aprofundar a leitura do presente livro organizado por Carlos Ângelo de Meneses Sousa e Sheila Cristiana Monteiro Matos, não deixamos de pensar que, mais do que um conjunto de textos que visam dar suporte para compreendermos as contribuições dos jesuítas à cultura científica e educacional no Brasil e em Portugal, esse livro reflete a necessidade de produzir outros entendimentos sobre a divulgação e educação da ciência no nosso país e como ela influenciou o que hoje se constitui “nossa visão sobre ciência”.

Em outras palavras, ao retratar a história permeada pelo olhar cultural e social dos jesuítas, percebe-se, nessa obra, que para além de uma construção dos fatos históricos, a proposta de pensar como a ciência foi produzida e disseminada por esses personagens engendra uma nova forma de compreender a cultura científica no Brasil. Em particular, ao retratar personagens que tiveram impacto na formação para a ciência dos jovens e intelectuais brasileiros, é que vamos percebendo elementos subjetivos e objetivos desse processo. O translado de bibliotecas e instrumentos de laboratórios desses intelectuais puderam dar suporte à proliferação de novas ideias e estudos, como bem aparece nos trabalhos de Lívia Maria Goes de Britto e Jaci Maria Ferraz de Menezes no capítulo II, e de Carlos Ângelo de Meneses Sousa e Aparecida e Valéria Salviano de Souza no capítulo III.

Ainda que pareça trivial essa “importação”, deve-se contextualizar como as ideias dos jesuítas, assim como as referências e produções pessoais no campo científico, traduziram um espírito científico da época. Introduziram um tipo de olhar para a ciência que indicou novos modos de perceber esse saber e a vanguarda da produção científica. Riqueza essa que não se limitou ao pensamento europeu, mas abrangeu a produção de saberes sobre a própria natureza que nos cercava.

Uma questão que se pretende ainda aprofundar se refere aos modos como a ciência também foi percebida no âmbito da formação dos alunos e alunas das escolas na Bahia e no Brasil de modo geral. O personagem que para os brasileiros é significativo no âmbito da defesa da educação brasileira, Anísio Teixeira, aparece em dois capítulos dessa obra. Enquanto Sheila Cristina Monteiro Matos busca, no capítulo IV, compreender as concepções educacionais dos jesuítas e como elas nos influenciaram, em especial, procurando entender em que medida essas ideias puderam ser constituídas no percurso formativo de Anísio

Teixeira, Fernanda de Oliveira Matos e Felipe Eduardo Ferreira Marta, no capítulo V, nos apresentam um panorama interessante da inserção de um colégio jesuítico em Caetité, na Bahia, no início do século XX. Ao nos apresentar esse universo educacional e os embates políticos e sociais, os autores constroem um cenário que contextualiza a formação da Anísio Teixeira.

A educação para a ciência, nesse caso, influencia de maneira significativa o papel que se deveria dar a esse saber como fator determinante para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, desejo e luta de Anísio Teixeira para a educação brasileira. A liberdade do pensamento só poderia dar-se na busca do equilíbrio entre a razão e a fé. E o excesso de um ou a falta de ambos acaba ofuscando o olhar crítico e produtivo do mundo que nos cerca. Nesse sentido, não poderia ser mais profícuo pensar a educação como esse lugar de possibilidades na construção do pensamento científico, e a elaboração de pensadores que sejam defensores da ciência como possibilidade de construir uma sociedade comprometida com o avanço intelectual, cujo norte seja a luta constante pela erradicação da pobreza, da exclusão e da superação da subordinação intelectual.

Por fim, refiro-me ao texto de Francisco Malta Romeiras que inicia o livro no capítulo I. Faço isso como homenagem aos nossos personagens que, de certo modo, nunca buscaram subordinar-se sobremaneira aos preceitos em voga, mas, também, por que Romeiras traz um texto que nos provoca a pensar o que é ser cientista, fato esse tão importante nos dias atuais. Para o autor, é surpreendente que uma revista científica organizada pelos jesuítas, intitulada *Brotéria*, tivesse tido tamanha longevidade em Portugal, em especial, por ter se constituído como periódico científico sem cunho religioso. Mais instigante aos olhos dos não estudiosos é perceber como o conhecimento científico e seu desenvolvimento também eram compromissos desses agentes sociais. Distanciados das controvérsias sobre ciência e religião, percebemos ao longo do trabalho de investigação de Romeira, que os jesuítas tiveram interesse em aprofundar aspectos da produção científica que não se constituem unicamente como uma tentativa filosófica de desconstruir a demarcação entre a filosofia natural e as outras filosofias. Pelo contrário, aparece-nos, nesse conjunto de materiais, o forte apreço pela lógica do pensamento científico, o estudo observacional como prática metodológica acurada e a elaboração de artigos com o rigor que esse campo demanda. Assim, reforça-se o interesse pela divulgação científica, com a aproximação do público leigo, e a tentativa de apresentar uma ciência viva e em constante elaboração de questionamentos e descobertas.

Aqui, somado ao já referido anteriormente, vejo a grande contribuição da

obra para os estudos daqueles que se interessam pela história da divulgação e educação científica no Brasil. Seu conteúdo dá suporte para a construção de novas trajetórias do pensamento científico no Brasil, em que podemos reconhecer que a dicotomia razão e fé estão colocadas como formas filosóficas de produção do conhecimento e não, unicamente, polos distintos de visões de mundo. Os jesuítas e, aqui, seus estudiosos, nos dão uma lição de civilidade sobre como a convivência de ideias e modos de ver o mundo pode ser tratada sem embates superficiais.

É, portanto, uma leitura que nos remete à reflexão sobre a necessidade de reconhecer que o passado pode dar lições valiosas sobre preceitos que pensamos ser básicos: democracia e respeito às diferenças. A ciência, nesse livro, aparece como esse elemento que pode se tornar agregador.

APRESENTAÇÃO

Os Jesuítas e as Ciências no Brasil e Portugal: quando a história se (re)faz

Carlos Ângelo de Meneses Sousa
Sheila Cristina Monteiro Matos

Um dos nossos maiores historiadores, Sérgio Buarque de Holanda, autor da clássica obra “Raízes do Brasil”, afirmou ao prefaciar um livro que versava sobre um famoso colégio católico em Minas Gerais: “não creio que seja fácil a clara inteligência de numerosas questões de história do Brasil sem a exploração prévia e isenta de nossa história eclesiástica”⁴. Nessa perspectiva, esta coletânea foi pensada por nós e que ora chega às suas mãos. Se essa afirmação é verdadeira para o Brasil, não nos parece que difira sobremaneira na história portuguesa. Nesse cenário, um dos atores institucionais notáveis de lá e de cá é a Companhia de Jesus que, ao longo da história eclesiástica, mas não só, deixou marcas profundas na história luso-brasileira em vários campos. A educação é indubitavelmente uma delas, e, nessa área, destacamos, para esta coletânea, a presença e contribuição dos jesuítas da Província Portuguesa no ensino e práticas das ciências, além de sua divulgação, especialmente por meio da Revista Brotéria.

Fazemos eco a uma perspectiva de resgate da história da educação da Companhia na área das ciências, que vem sendo gradativamente adensada com pesquisas que buscam uma exploração de fontes diversas que apresentem outra versão sobre a contenda de terem sido os jesuítas obscurantistas em seu ensino e desprezando as ciências e outros conteúdos correlatos. No prefácio da coletânea “Origens da educação escolar no Brasil Colonial”, outro histori-

⁴ HOLANDA, S. B. de. Prefácio. In: CARRATO, José Ferreira. *As Minas Gerais e os primórdios do Caraça*. São Paulo: Ed. Nacional, 1963. p. XIII-XVII.

dor brasileiro, Ronaldo Vainfas⁵, menciona que tem havido novas pesquisas de historiadores, notadamente de História da Ciência, que têm evidenciado que os jesuítas em seus colégios, pelo menos em alguns de seus estabelecimentos, dedicaram-se às ciências naturais e ao experimentalismo. Nossa coletânea traz dados historiográficos mais recentes das primeiras décadas do século XX, e que nos parece ter sido recobrada, com mais ênfase institucional na Companhia de Jesus, uma educação também científica, ainda que, sem tergiversação, religiosa em sua motivação, mas, que desde suas origens, não via ou alimentava dicotomias paralisantes entre a fé e a razão.

Nas terras lusitanas, uma “exploração prévia e isenta” desse fato podemos constatar no depoimento do Prêmio Nobel de Medicina, Egas Moniz, ex-aluno dos jesuítas no Colégio São Fiel, ao mencionar que “no colégio, ao lado da exagerada vida religiosa que nos levava tempo e roubava actividade, havia uma boa educação humanista e científica que, só por estar sujeita a programas liceais, alguns deles pouco recomendáveis, não era mais perfeita”. Diz em palavras claras e diretas que “devo a essa orientação muito do meu aproveitamento na carreira universitária. A disciplina mental a que obrigavam os alunos em ciências exactas e afins, era bem orientada”. Tece críticas e apresenta como foi sua experiência, nos seguintes termos: “o equilíbrio entre orações, exercícios físicos e estudo, merecia ser melhor estabelecido; mas eu aproveitei com o ensino que me ministraram na matemática, física, química e ciências biológicas”. E ressalta uma particularidade do colégio em relação aos demais, quando menciona que “davam certo desenvolvimento à parte experimental, o que contrastava com a maior parte do ensino liceal desse tempo”, e nesse sentido discorre sobre os espaços de ensino e práticas das ciências ao lembrar que o “laboratório de química e o gabinete de física estavam suficientemente apetrechados e o ensino baseava-se em experiências sempre que isso era possível”. E encerra seu depoimento dizendo: “Apraz-me deixar aqui exarado o meu depoimento imparcial”⁶.

Desse modo, os jesuítas se constituem uma das Ordens religiosas católicas mais inquietantes, que se destacou por realizar prodígios em diversas áreas do conhecimento, como as Letras e Humanidades, as Artes, a Filosofia e a Teologia, além das Ciências, foco especial deste livro. Ao longo de cinco séculos, os integrantes dessa Ordem viveram uma série de experiências, inclusive de perseguição, delineando uma trajetória de inúmeros confrontamentos, desde a sua

5 VAINFAS, R. Prefácio. In: TOLEDO, C. A. A.; RIBAS, M. A. A. B.; SKALINSKI JUNIOR, O. (orgs.). *Origens da educação escolar no Brasil colonial*. V. 1, Maringá: Eduem, 2012.

6 MONIZ, Egas. *A nossa casa*. Lisboa: Paulino Ferreira Filhos Ltda., 1950, p. 25.

fundação, apogeu e tentativas de desmantelamento do legado e dos fazimentos jesuíticos.

A Ordem criada por Loyola, desde o século XVI, buscou alicerçar um trabalho a partir do tripé educação, evangelização e espiritualidade, que, por sua vez, não foi fácil, em razão de uma oposição que crescia no nascedouro da heresia, da espoliação e da revolta. O exercício de liderança de Inácio de Loyola foi crescendo e se edificando ao longo de um propósito que agregava renovação espiritual, purificação de almas e aperfeiçoamento constante do ser. O exercício e a formação intelectual pairavam, constantemente, nos cânones disciplinares dos membros da Ordem, em vista de um exercício espiritual *Ad maiorem Dei gloriam*, isto é, para a maior glória de Deus.

O percurso histórico da Companhia de Jesus foi turbulentoso e tumultuado, marcado por um tipo de mescla de amor e ódio por onde esteve presente, que acabou sendo preponderante para alavancar uma história de resistência no mundo das ideias e dos pensamentos que influenciaram reis, dinastias, chefes de Estado e demais autoridades que detinham o poder na Europa, na América, na África e na Ásia. A ação missionária dos padres e irmãos jesuítas teve que enfrentar realidades sociais e políticas, com diplomacia, que vão desde os governos coloniais monárquicos e republicanos, a relações tribais e intertribais, entre outros de alta complexidade, e ainda mais com a regra do terceiro voto de obediência ao Papa, isto é, seguir o Magistério da Igreja. A hostilidade foi um termômetro que se apoderou, até mesmo de outros grupos que compunham a fraternidade católica – situação contraditória, mas humana – nessa arena que competia pela atenção e pelo recrutamento de fiéis.

Na batalha em prol da reputação histórica, os jesuítas foram imbatíveis, pois conseguiram consolidar um trabalho rigoroso, alavancando uma aproximação de métodos e/ou orientações de estudo calcados no âmbito das Ciências e Humanidades, enraizados na ação do *Ratio Studiorum*. Esse Plano de Estudos da Ordem Inaciana desempenhou um papel preponderante que, para as pesquisas de História da Educação, não é permitido silenciar ou menosprezar por razões meramente ideológicas, sem um cotejamento acadêmico. Ao inventariar o resgate histórico, constata-se que esse Código de *ensinagem* pautou o alicerce das inúmeras atividades que ocorriam no interior das instituições jesuíticas. A fecundidade desse código tornou-se abissal no tocante à formação científica conduzida no interior dos colégios jesuítas.

A formação do escolástico jesuítico, para o sacerdócio ou para a vida como irmão coadjutor, possuía uma carga de estudos em distintas áreas, que agregavam os cânones da Filosofia, da Teologia, da Retórica, da Linguística, entre

outras, inclusive para as Ciências aos que se mostrassem interessados e com vocação para tal, especialmente nos últimos séculos. Esse cabedal de conhecimento foi desenvolvido, concomitantemente, à luz de perspectivas de provação e instrução espiritual. É claro que elementos ligados aos votos de castidade, de pobreza e de obediência eram preponderantes para esse desenvolvimento, além da distinção de um tipo de quarto voto, o da obediência ao Papa, mesclando os elementos de um depósito de fé e, concomitantemente, uma ação racional empreendedora de tal monta que desde sua origem fora doutoral.

A visão de mundo da Ordem Inaciana foi alicerçada em um propósito que conjugava espiritualidade única, *sui generis* para a época de sua fundação e de um modo especial, próprio, de ensinar e de pregar a boa fé cristã. Os esforços envidados para a consecução desse objetivo eram direcionados à certa retórica refinada no trabalho persuasivo da instrução cristã, que, por sua vez, tencionava o trabalho jesuítico, pautando-o no fluxo e no alvoroço do cotidiano católico como um todo.

Nessa moldura, para além de uma inação denunciada por opositores da Ordem, salienta-se que os membros da Companhia de Jesus reverberaram um trabalho na seara do conhecimento e da formação científica que trouxeram significativas contribuições, sob o ponto de vista da produção do saber e de conhecimentos. A Província Portuguesa dos Jesuítas foi pioneira na Ordem ao criar e manter uma revista de caráter eminentemente científico no desenvolvimento da botânica e zoologia em Portugal bem como no Brasil, no período em que estiveram no exílio. Nesse ínterim, a Revista Brotéria é um legado tangível, que atuou, por várias décadas, no âmbito das Ciências Naturais e de suas interlocuções.

O legado jesuítico deixou marcas intangíveis nos âmbitos políticos, sociais, eclesiástico e, não menos importante, na seara da construção do conhecimento científico por vários lugares em que fundou seus colégios e instituições. Nesse sentido, a ideia central deste livro é fomentar o debate de um legado que é engendrado no âmbito da Ciência e suas diversas interlocuções, especialmente enquanto formadores de intelectuais e de homens públicos, que marcaram a nossa história luso-brasileira, como o português laureado com o prêmio Nobel de Medicina, Egas Moniz, o nosso grande educador e gestor público Anísio Teixeira, e o literato brasileiro renomado internacionalmente, Jorge Amado, entre outros. Todos eles tiveram uma formação nos colégios jesuítas de Portugal e no Brasil, oriundos da Província Lusitana da Companhia de Jesus e, depois, já nas terras brasileiras, a Missão Setentrional dos Jesuítas Portugueses Dispersos, a partir da cidade de Salvador, na Bahia.

O primeiro capítulo, Os Jesuítas e a Ciência em Portugal (1858-1910), de Francisco Malta Romeiras, inicia a problematização a partir da restauração da Companhia de Jesus pelo Papa Pio VII, em 1814, por meio da bula *Sollicitudo omnium ecclesiarum*. Ela somente foi atendida pela Coroa portuguesa em 1829, pelo rei D. Miguel, a partir da articulação de uma missão de jesuítas franceses. Não obstante, entre 1833 e 1834, os jesuítas foram novamente expulsos das terras lusas, acusados de ultramontanismo, conservadorismo e obscurantismo.

Por intermédio de Carlos João Rademaker, SJ, entre 1857 e 1858, a Companhia de Jesus foi restaurada em Portugal, com a fundação do Colégio de Campolide. A dedicação desse Colégio à Imaculada Conceição, rainha espiritual de Portugal, foi considerada uma demonstração de fidelidade à Santa Sé e à Coroa portuguesa. Essa fidelidade se mostrou recompensada, com a Companhia de Jesus sendo nomeada para dirigir o Real Colégio das Missões Ultramarinas em Cernache do Bonjardim, a principal instituição de formação de missionários em Portugal desde o fim do século XVIII, que, já em 1862, destacou um grupo de missionários jesuítas para Macau, na Ásia.

Nesse período, uma das características mais distintivas do ensino dos jesuítas foi a criação de academias literárias e científicas, que eram frequentadas pelos melhores alunos de cada ano. Pelo menos anualmente, as academias organizavam sessões públicas, em que os alunos eram os responsáveis pela exposição teórica e pela demonstração experimental de um conjunto de teses científicas. As sessões Presididas incluíam projeções e demonstrações da utilidade de descargas eléctricas de alta frequência, raios catódicos, bomba de vácuo, raios X, gases a baixa temperatura, magnetismo, telegrafia sem fios, cristais líquidos, astronomia, sismologia, entre outros.

Ao colocarem atividades científicas no topo das suas prioridades educativas, os jesuítas foram recuperando, gradualmente, a sua credibilidade perante as elites portuguesas e a comunidade científica. A recuperação do seu prestígio educativo e científico foi um fator significativo para a aprovação de novas missões apostólicas e colégios no Império.

A revolução republicana de 1910 trouxe à baila a expulsão dos jesuítas como prioridade. Há registros de que 134 jesuítas ficaram encarcerados quatro semanas em prisões em Lisboa e em Cascais. Em novembro de 1910, os jesuítas foram expulsos oficialmente. As coleções e os instrumentos científicos foram distribuídos ao Liceu de Castelo de Branco, à Universidade de Coimbra, ao Hospital da Misericórdia, entre outros. Cumpre-nos sinalizar que, entre novembro de 1910 e setembro de 1911, 85 irmãos da província portuguesa desembarcam no Brasil. Nessa leva de exilados, há a presença de alguns jesuítas que

foram preponderantes para a reinstalação da Irmandade nos trópicos, como: o Padre Joaquim da Silva Tavares (1866-1931), o Padre Carlos Zimmermann (1871-1950) e o Padre Camilo Torrend (1875-1961). A partir de 1922, alguns dos jesuítas começaram a regressar, discreta e gradualmente, a Portugal.

Romeiras também destaca a importância de publicações científicas dos jesuítas, como a Revista Brotéria. Para além da escrita de Romeiras, avalia-se que a miopia da República portuguesa, traduzida por uma política claramente antirreligiosa, aponta a Irmandade Inaciana como uma espécie de traidores da pátria, banindo-a, sumariamente, em nome da liberdade e do ideal liberal que rumava em tempos de instauração do republicanismo lusitano. Por sua vez, o anticlericalismo abrangia qualquer ação advinda do Catolicismo que detinha apoio da Monarquia. Com o advento republicano em Portugal, ações e discursos que iam de encontro ao Iluminismo e ao Positivismo foram severamente perseguidos e abolidos.

O segundo capítulo, de Lívia Maria Goes de Britto e Jaci Maria Ferraz de Menezes, apresenta recortes do percurso do Padre Camille Torrend, SJ, na Bahia do século XX. O Padre Torrend era francês e lecionou no Colégio de Campolide, desenvolvendo estudos sobre a identificação e caracterização de fungos. Chegou a Salvador em 1914, para compor o Corpo Docente do Colégio Antônio Vieira, estabelecimento em que estudaram personalidades brasileiras, como Anísio Teixeira. Nesse colégio, era professor das disciplinas Apologética e Biologia. A partir de 1932, assumiu, de forma acumulativa, as cátedras de Fitopatologia e Botânica da Escola Agrícola da Bahia. Para além da cátedra, Pe. Torrend se caracteriza como um pesquisador de ofício.

Em sua docência na Bahia, Torrend se destacou por articular, para além do livresco, saberes práticos e teóricos, particularmente sobre fauna, flora, geologia e mineralogia brasileiras. Ademais, o Presbítero, entre 1902 e 1958, publicou trabalhos científicos em pelo menos 28 edições da Revista Brotéria e também na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, não apenas demonstrando o ideal democrático de compartilhamento de conhecimento sobre fungos, babaçu, cacau, adubo, eclipses, espeleologia e qualidade de água, mas também denunciando questões indígenas e o desmatamento, muito antes de a retórica ambiental se tornar relevante no Brasil.

O Padre também participou de missões científicas, em diferentes Unidades da Federação, a pedido dos governos federal e estaduais, como ilustra a capa desta publicação. Em uma delas, em 1939, o trabalho versou sobre as riquezas naturais e as possibilidades industriais do Rio São Francisco.

O terceiro capítulo, intitulado Carlos Zimmermann: Nas Águas Frias dos

Mares e nos Rios de Água Doce, o Estudo Científico sobre as Diatomáceas de um Jesuíta Exilado no Brasil, de autoria de Carlos Ângelo de Meneses Sousa e de Aparecida Valéria Salviano de Souza, é fruto de uma pesquisa em andamento, iniciada recentemente, “Trajetórias de intelectuais e instituições educativas em suas interfaces com a ciência, religião e política”, que tem como meta os estudos sobre as trajetórias de intelectuais que estiveram ligados à alguma ação educativa de ordens ou institutos religiosos ou as próprias instituições, evidenciando suas interfaces com a ciência, a religião e a política. Essa foi a razão pela qual se escolheu o Padre naturalista alemão Carlos Zimmermann, que pertenceu aos quadros da Companhia de Jesus em Portugal e que veio ao Brasil, como exilado, atuando no Colégio Antônio Vieira em Salvador.

Por meio de cartas pessoais, seus escritos na Revista Brotéria, entre outras fontes, o capítulo apresenta as primeiras impressões do referido religioso sobre Salvador e o Brasil, bem como discorre sobre sua produção acadêmica notável, especialmente sobre as diatomáceas, suas preferidas. Cabe registrar que Zimmermann foi um dos fundadores da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais; foi membro da Real Sociedade de Microscopia de Londres, tendo trazido toda sua experiência; e foi um dos fundadores da Revista Brotéria, que se constitui um marco na História das Ciências em Portugal, bem como internacionalmente, e que, ainda hoje, é editada.

O capítulo 4, de autoria de Sheila Cristina Monteiro Matos, constitui-se um dos frutos de suas pesquisas de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação *Stricto Senso* em Educação da Universidade Católica de Brasília. Sua produção trata do pensamento educacional inaciano e sua reverberação no percurso formativo de Anísio Teixeira, educador que marcou, indelevelmente, a história da educação brasileira, como ícone fomentador de uma educação republicana e democrática, sem privilégios. A autora inventaria, a partir do resgate memorialístico, e com base em postulados da Ciência da Educação, vestígios e rupturas ao perscrutar a seara da formação educacional que Anísio Teixeira recebeu quando estudou em Colégios da Ordem Inaciana, no início do século XX.

O estudo aborda como se consolidou o pensamento inaciano a partir dos Colégios jesuítas, desde a análise dos compêndios Exercícios Espirituais, a Fórmula do Instituto, as Constituições, o *Ratio Studiorum* e as Cartas Jesuíticas. Entre esses compêndios, a autora salienta o *Ratio* como metodologia norteadora de práticas pedagógicas, que prescrevia uma formação intelectual que o aperfeiçoamento moral e o aprofundamento dos estudos de Ciências Humanas e Naturais, entre outras. Esses compêndios evidenciam que as escolas jesuítas combinavam avanços educacionais humanistas e a cultura clássica, ambos for-

jados com elementos do âmbito espiritual. O cotidiano no espaço escolar era uma mescla de obrigação ao exame de consciência, uma proposta de desenvolvimento espiritual subjetiva e um esforço específico para se apropriar da cultura em que grandes cadeiras eram ofertadas.

Sobre a análise do percurso formativo de Anísio Teixeira e sua interlocução com a educação na Ordem Inaciana, a autora frisa que a formação inicial humanística clássica obtida, a partir da Ordem Inaciana, foi relevante para impregnar uma marca de um alicerce, cuja expressão é a educação do pensamento. Nesse sentido, Anísio se forjou como um grande intelectual no ambiente educacional dos jesuítas, influência que foi hegemônica até 1926, cujo distanciamento, justificado por conflitos identitários pessoais, não impediram que ele reconhecesse, já como ícone da educação brasileira, que sua cultura geral era consequência de sua formação jesuítica.

Anísio Teixeira passou por várias rupturas no seu modo de compreender e lidar com as questões de educação, de visão de homem e de sociedade, rupturas circunstanciais que lhe foram caras ao longo de sua vida pública. No ensejo da motivação e da persistência que lhe fora característica ao lidar com a educação em pleno século XX, aponta-se influências das instruções jesuíticas ao longo do percurso anisiano. Elementos pontuais, ligados à solidariedade, à fraternidade e à justiça social foram ingredientes na generosa militância desse grande intelectual baiano.

O quinto capítulo versa sobre o Instituto São Luiz Gonzaga como Colégio jesuítico em Caetité (1912-1925), de autoria de Fernanda de Oliveira Matos e de Felipe Eduardo Ferreira Marta. O trabalho traz reflexões sobre a atuação pedagógica da Missão Jesuítica Setentrional Lusitana Dispersa da Companhia de Jesus no Sertão da Bahia, a partir da trajetória do Instituto São Luiz Gonzaga – escola implantada e conduzida pela referida ordem religiosa, na cidade de Caetité, entre os anos de 1912 e 1925, considerando amplamente o contexto sociocultural, político e religioso local.

Apesar de relativamente curta (treze anos), a presença dos jesuítas no sertão deixou marcas importantes: a influência intelectual, a ampliação das práticas católicas em missões populares assinalando uma presença da Igreja no sertão. Em relação ao contexto local, ficou evidenciado que muitas questões políticas e religiosas contribuíram para a vinda desses religiosos para Caetité. As disputas partidárias refletiam nas questões religiosas e vice-versa, e estas foram decisivas na argumentação de Monsenhor Luiz Pinto Bastos a Dom Jerônimo Tomé e deste à Ordem Jesuítica, no pedido de abertura de uma escola em Caetité.

Indubitavelmente, um dos ícones do referido Instituto foi Anísio Teixeira, que deu sequência aos seus estudos iniciais no referido Instituto, tendo depois prosseguido sua formação escolar em Salvador, no Colégio Antônio Vieira. Os autores, para além dessa significativa e marcante personalidade da nossa história, apresentam, por meio de fontes primárias, como estava estruturado e organizado o Instituto, que era muito prestigiado na educação da região. Cabe destacar que, ainda são poucos os estudos sobre a atuação dos jesuítas em Caetité e que tal contribuição se torna relevante para a nossa história da educação.

Esta publicação foi possível pelo apoio da Unesco e de sua Cátedra de Juventude, Educação e Sociedade da Universidade Católica de Brasília, na qual se desenvolve a pesquisa “Trajetórias de intelectuais e instituições educativas em suas interfaces com a ciência, religião e política”, a que se vincula essa obra. Registramos ainda o apoio da Capes com a bolsa do Programa Nacional de Pós-Doutorado – PNPD, durante 2017 e 2018, que propiciou a vinculação e o desenvolvimento da pesquisa sobre as influências da formação jesuítica de Anísio Teixeira para a professora Sheila Matos, tendo a satisfação de realizar a supervisão de sua pesquisa pós-doutoral.

Por fim, torna-se oportuno salientar que esta obra é o resultado de pesquisas acadêmicas no âmbito luso-brasileiro que abarcam a temática dos jesuítas na interlocução com as Ciências, destacando o legado que a Companhia de Jesus deixou pelo mundo afora. Revisitar tais temas que remetem à Ordem ajuda a potencializar o debate na historiografia, reposicionando sujeitos e provocando atores que contribuíram, sobremaneira, para o resgate, o refazimento e o desenvolvimento de uma historiografia da educação e da ciência em vários espaços e momentos históricos, tanto de lá, quanto de cá.

A complexidade secular, transcultural e de dimensão global das missões jesuíticas, expressas tanto na formação internacional recebida pelos membros da Ordem, quanto na que era (e é) desenvolvida em diferentes e diversos contextos culturais, tornam essas ações educativas expressivamente modernas e típicas de um mundo globalizado, exigindo lentes analíticas que cotejam perspectivas internacionais e transculturais. Afinal, a criação e permanência histórica da instituição escolar é uma amostra dessa realidade, como atestam Antônio Nóvoa e Jürgen Schriewer⁷.

Oxalá essa produção estreite ainda mais os laços entre os pesquisadores que aqui se encontram e divulgam seus estudos e que, como é próprio das pes-

⁷ NÓVOA, A.; SCHRIEWER, J. (orgs.). *A difusão mundial da escola*. Lisboa: Educa, 2000.

quisas acadêmicas, possam despertar novos e diversos olhares de pesquisas futuras sobre essa instigante e pulsante temática de estudos sobre os jesuítas e a educação. Que assim seja!

Brasília, primavera de 2019, após as floradas dos ipês.

Os organizadores

CAPÍTULO I

Os Jesuítas e a Ciência em Portugal, 1858–1910

Francisco Malta Romeiras

A restauração dos jesuítas em Portugal

A Companhia de Jesus foi restaurada como ordem religiosa pelo Papa Pio VII (1742–1823, r.1800–1823), no dia 7 de Agosto de 1814. Na bula *Sollicitudo omnium ecclesiarum*, o pontífice nomeou Tadeusz Brzozowski, S.J. (1794–1820) como superior geral da ordem e alargou a todos os territórios e jurisdições os privilégios que tinha garantido aos jesuítas na Rússia em 1801 e no reino das Duas Sicílias em 1804, incluindo a permissão para ouvir confissões, ministrar os sacramentos e pregar, e a licença para estabelecer novos noviciados, seminários e colégios. Em Portugal, as notícias da restauração foram anunciamadas pelo delegado apostólico Vincenzo Macchi (1770–1860), tendo-se seguido a publicação da bula em vernáculo na *Gazeta de Lisboa* a 12 de Setembro de 1814. Apesar das notícias terem sido bem recebidas em Lisboa, a coroa rejeitou o regresso dos jesuítas, como informou o marquês de Aguiar (1752–1817) num ofício enviado do Rio de Janeiro a 1 de Abril de 1815. O regresso dos jesuítas aos territórios portugueses teria de esperar.

Poucos meses depois de ter sido aclamado rei, D. Miguel (1802–1866, r.1828–1834) pediu ao duque de Cadaval (1799–1837) que se encarregasse de restaurar os jesuítas em Portugal. Por intermédio do valido, estabeleceu-se em terras lusas uma pequena delegação de jesuítas franceses. A missão foi constituída oficialmente a 15 de Março de 1829, tendo como superior o padre Philippe Delvaux, S.J. (1787–1865). Apesar de terem recuperado dois dos colé-

gios mais emblemáticos da sua história — o Colégio das Artes, em Coimbra e o Colégio do Espírito Santo, em Évora — os jesuítas não tiveram tempo suficiente para se restabelecer. Acusados de ultramontanismo, conservadorismo e obscurantismo, foram novamente expulsos do país no final das guerras liberais. Os religiosos que se encontravam em Lisboa quando as tropas de D. Pedro IV (1798–1834, r.1826) alcançaram a capital foram deportados para Inglaterra e Itália em Agosto de 1833, enquanto os que se encontravam em Coimbra estiveram encarcerados durante onze meses, sendo deportados em Julho de 1834 para Génova, por intervenção do embaixador francês.

Além de ter proscrito os jesuítas, a coroa baniu todas as ordens religiosas masculinas a 30 de Maio de 1834. Nos anos seguintes, a influência do clero diminui de forma acentuada, com o governo a assumir a gestão de todos os aspectos relacionados com a organização da Igreja, desde a fundação de congregações de leigos até à nomeação de párocos. Depois de duas décadas de instabilidade económica, política e religiosa, o programa reformador da regeneração trouxe prosperidade, com o crescimento económico a variar entre os 40 e os 60% entre 1850 e 1910. Contudo, os grandes investimentos na construção e melhoramento de infraestruturas contrastavam com baixos níveis de literacia, sendo a taxa de analfabetismo das mais altas da Europa (79%). O regresso gradual das ordens religiosas a partir da década de 1850 foi, por isso, aproveitado pelos sucessivos governos como uma oportunidade para corrigir esta tendência.

A restauração efectiva da Companhia de Jesus em Portugal foi alcançada graças aos esforços de Carlos João Rademaker, S.J. (1828–1885). Nascido em Lisboa a 6 de Julho de 1828, Carlos era filho de José Basílio Rademaker (1789–1856) e de sua mulher Charlotte Lecusson Verdier. O jovem Rademaker passou a infância em Itália, onde o seu pai era ministro plenipotenciário do rei D. Miguel. Aprendeu as primeiras letras em Chieri, estudou retórica em Turim (1836–1842) e, finalmente, filosofia e direito em Génova e Turim (1842–1846). Contra os desejos do seu pai, entrou no noviciado da Companhia de Jesus no dia 28 de Outubro de 1846. Contudo, a expulsão dos jesuítas de Turim em 1848 adiou os seus planos de professar na Companhia de Jesus. No exílio, Rademaker escreveu ao provincial Francesco Pellico, S.J. (1802–1884) pedindo-lhe para ser readmitido. Apesar de Pellico ter sugerido que adiasse a sua decisão de ingressar na Companhia de Jesus, o jesuíta acabaria por atingir o seu objectivo três anos mais tarde. Durante os primeiros anos em Lisboa, o apoio do italiano Giuseppe Maria Vigitello, S.J. (1799–1859) e do marquês de Lavradio (1794–1874), foram cruciais para que Rademaker continuasse os seus estudos de teologia, fosse ordenado padre e, fosse, finalmente, readmitido na Companhia de Jesus, primeiro

na província de Turim, em 1851, e depois na província de Espanha, em 1855.

Em 1856, quatro anos depois da morte do seu pai, Rademaker decidiu investir parte da sua herança no Instituto da Caridade, um estabelecimento dedicado ao ensino de órfãos em Lisboa. Como Rademaker explicou numa carta enviada ao provincial Domingo Olascoaga, S.J. (1808–1860), o Instituto da Caridade poderia ser o palco da restauração da Companhia de Jesus em Portugal. O Instituto gozava de boa reputação e a causa da restauração era bem-vista pelo cônsul britânico e pelo governador de Lisboa, Luís de Mello Breyner (1807–1876), herói liberal e conde de Sobral pelo seu casamento. Num período em que a divisão entre liberais e absolutistas ainda era dilacerante, o apoio do conde de Sobral parecia contraditório. Porém, a relação entre Rademaker e Mello Breyner terá sido mediada pelo principal apoiantes dos jesuítas neste período, o marquês de Lavradio, tio do governador de Lisboa. Em 1857, onze anos depois ter sido admitido no noviciado, Rademaker viajou para Loyola, onde professou os seus primeiros votos como jesuítas, e para Madrid onde conseguiu permissão oficial para restaurar a Companhia de Jesus em Portugal. Com o consentimento do Superior Geral Peter Jan Beckx, S.J. (1795–1887), Rademaker começou a procurar um local mais apropriado para transferir o pequeno Instituto da Caridade. Pensando, erradamente, que tinha pertencido à Companhia de Jesus antes da expulsão pombalina, o jesuítas decidiu comprar uma quinta nos arredores de Lisboa ao poeta João de Lemos (1819–1890). A compra da Quinta da Torre fez-se por quatro milhões de réis: um terço da herança paterna de Rademaker. Fundado a 21 de Junho 1858 no dia de São Luís Gonzaga (1568–1591), santo jesuítas e patrono da juventude, o colégio de Campolide foi dedicado à Imaculada Conceição—uma escolha revestida de significado. Apesar de ser uma devoção popular bastante antiga, o dogma da Imaculada Conceição era bastante recente, tendo sido proclamado pelo Papa Pio IX (1792–1878) apenas quatro anos antes, em 1854. Além disso, a Imaculada Conceição era, desde o reinado de D. João IV (1604–1656, r.1640–1656), rainha espiritual de Portugal. Ao dedicar o seu primeiro colégio a Maria Santíssima Imaculada, os jesuítas mostravam a sua fidelidade à Santa Sé e à coroa portuguesa.

Depois da fundação do colégio de Campolide, a Companhia de Jesus foi oficialmente restaurada em Portugal, primeiro como uma missão da província espanhola (1858–1879) e depois como uma província independente (1880–1910). Neste período, os jesuítas fundaram colégios para alunos leigos, casas de formação religiosa (noviciado, escola apostólica e filosofado) e novas missões. Em Junho de 1860, o marquês de Valada (1826–1895) comprou uma propriedade no Barro, nos arredores de Torres Vedras, e ofereceu-a aos jesuítas, que aí es-

tabeleceram um noviciado (1860–1910). Ao contrário do colégio de Campolide, a fundação do noviciado do Barro teve autorização formal do governo do marquês de Loulé (1804–1875), líder do Partido Histórico e um dos políticos liberais mais influentes durante as décadas de 1850 e 1860. Ao colégio de Campolide e ao noviciado do Barro, seguiu-se o colégio de São Fiel. Fundado em Lourical do Campo pelo frade franciscano Agostinho da Anunciação (1808–1874), o colégio de São Fiel dirigido pelas Irmãs da Caridade entre 1852 e 1862. Na sequência da expulsão da ordem, a infanta D. Isabel Maria de Bragança (1801–1876) viajou até Roma, onde obteve permissão oficial para entregar o colégio de São Fiel aos jesuítas portugueses (1863–1910). Tal como no período anterior à expulsão pombalina, a popularidade dos jesuítas junto da aristocracia e da coroa e o apoio tácito ou explícito dos sucessivos governos foi crucial para a expansão da Companhia de Jesus e dos seus apostolados.

O regresso dos jesuítas foi aproveitado pela coroa para resolver os problemas do Padroado do Oriente. Em Fevereiro de 1857, depois de décadas de confusão e desertificação, a Santa Sé redefiniu as fronteiras e a organização do Padroado, entregue à coroa portuguesa desde o século XV. Entre outras coisas, a concordata delegava no governo a tarefa de recrutar e enviar os missionários para o Oriente. Como ainda não tinha conseguido persuadir nenhum padre secular a tornar-se missionário, o ministro da Marinha Carlos Bento da Silva (1812–1891) pediu ajuda a Rademaker. O jesuíta concordou e a partir de 1861 a Companhia de Jesus passou a dirigir o Real Colégio das Missões Ultramarinas em Cernache do Bonjardim, a principal instituição de formação de missionários em Portugal desde finais do século XVIII. Um ano mais tarde, em 1862, partiu do Real Colégio o primeiro grupo de missionários jesuítas para Macau, onde assumiram a direcção do Seminário de São José e de uma escola para alunos externos. A partir de 1881, os jesuítas estabeleceram também diversas missões na região da Zambésia, actual Moçambique, onde permaneceram até 1910.

Apesar da restauração da Companhia de Jesus ter sido, geralmente, bem aceite, surgiram algumas vozes dissidentes no início dos anos 1870. No meio de uma campanha anticlerical no Porto, em Maio de 1872, Carlos Rademaker foi acusado pela imprensa de ter estabelecido congregações de leigos em diversas cidades e vilas e de persuadir jovens raparigas a tornar-se freiras. Dada a história recente dos jesuítas, os superiores solicitaram a Rademaker que se ausentasse do país. Exilado em Espanha, Itália e França (1872–1884), o jesuíta ensinou em colégios e organizou diversas missões populares, o seu principal ministério nos anos a seguir à restauração dos jesuítas. Em 1884, depois de treze anos no exílio, Rademaker regressou a Campolide, onde morreu no dia 6

de Junho de 1885. Vinte e sete anos depois da fundação do colégio de Campolide e da restauração efectiva da Companhia de Jesus, a província portuguesa era constituída por 161 jesuítas, incluindo 47 padres, 69 escolásticos e 45 irmãos (coadjutores temporais).

O ensino e a prática das ciências nos colégios dos jesuítas

Nos colégios de Campolide e de São Fiel, estudavam alunos com idades compreendidas entre os 7 e os 16 anos de idade. Porém, o perfil socioeconómico dos estudantes era bastante diferente nos dois colégios. Note-se que, ao contrário do que tinha sido a norma na antiga Companhia de Jesus, os colégios de Campolide e de São Fiel cobravam uma mensalidade. De acordo com as *Constituições* (1558) e com o *Ratio Studiorum* (1599), a frequência dos colégios dos jesuítas era, obrigatoriamente, gratuita. Em 1853, dadas as finanças gerais da Companhia de Jesus, a 22^a Congregação Geral autorizou que os colégios passassem a cobrar, provisoriamente, uma mensalidade. Com os anos, contudo, esta medida tornou-se permanente. Fundado na capital do país, o colégio de Campolide era frequentado por filhos de aristocratas liberais e conservadores, políticos monárquicos e republicanos, e burgueses com ambições sociais. Por sua vez, o colégio de São Fiel era frequentado, sobretudo, por uma elite regional e por órfãos e crianças pobres da região de Louriçal do Campo e arredores. Uma das principais razões para esta diferença prende-se com a história do colégio de São Fiel entre 1852 e 1862. Quando assumiram a direcção de São Fiel, em 1863, os jesuítas continuaram a promover a educação de órfãos e de crianças da região, de acordo com os desejos do fundador. Com o aumento da procura por São Fiel, começaram a aceitar novos estudantes, oriundos de famílias fidalgas e burguesas da região. Enquanto as despesas dos órfãos e crianças desfavorecidas eram asseguradas por um fundo criado e mantido por frei Agostinho da Anunciação, os novos estudantes pagavam uma mensalidade. Dentro do grupo de alunos pagantes, havia ainda outra distinção. Os estudantes mais ricos frequentavam o colégio em regime de internato, pagando, por isso, uma mensalidade superior àqueles que frequentavam o colégio como alunos externos. Por razões económicas, algumas famílias de Lisboa preferiam enviar os seus filhos para Louriçal do Campo, onde a mensalidade era metade da que pagariam em Lisboa. Por todas estas razões, havia uma maior diversidade em São Fiel do que em Campolide.

Apesar das diferenças socioeconómicas, ambos os colégios se regiam pelo

mesmo regulamento e funcionavam de forma idêntica. Em Campolide e em São Fiel, os jesuítas promoveram de forma significativa o ensino e a prática das ciências, criando gabinetes de física, laboratórios de química e museus de história natural, bem como um observatório astronómico em Lisboa (1886) e um observatório meteorológico em Louriçal do Campo (1902). Como recordava nas suas memórias António Egas Moniz (1874–1955)—prémio Nobel da medicina e antigo aluno de São Fiel—o ensino das ciências naturais nos colégios dos jesuítas baseava-se em experiências, ao contrário do que se passava na maior parte dos liceus nesse período. Os alunos de Campolide e de São Fiel participavam activamente nas tarefas do museu de história natural, incluindo a limpeza e manutenção das colecções, a colheita de animais, plantas e minerais, e a classificação de novas aquisições. Algumas das colecções dos museus escolares eram particularmente relevantes. As colecções de criptogâmicas, sobretudo musgos e fungos, do colégio de Campolide eram bastante completas, tendo granjeado vários elogios de botânicos portugueses e estrangeiros de referência, como o professor de Coimbra Júlio Augusto Henriques (1838–1928) e a naturalista do British Museum Gulielma Lister (1860–1949), entre outros. Os gabinetes de física compreendiam três secções distintas (óptica, mecânica e hidrostática, e electricidade) e estavam equipados com instrumentos que permitiam aos professores demonstrarem os mais importantes tratados de física nas suas lições.

Ainda que fosse uma prática comum noutras países europeus, o ensino experimental das ciências naturais era bastante raro, para não dizer inexistente, no ensino secundário em Portugal. Com o objectivo de reformar a educação secundária, o governo promulgou nove reformas curriculares entre 1836 e 1895. Teoricamente, as reformas encorajavam o ensino experimental das ciências naturais, postulando, por exemplo, a criação jardins botânicos, gabinetes de física, laboratórios de química, e museus de história natural nos liceus. Na prática, porém, os constrangimentos financeiros das escolas públicas conduziram a uma fraca implementação destas medidas. Neste período, havia uma clara discrepância entre o ensino público e privado. Para pôr as coisas em perspectiva, basta recordar que entre 1868 e 1895, apenas 21% dos alunos do ensino secundário se encontravam matriculados nos liceus, enquanto que 79% optavam pelo ensino privado ou doméstico. A partir de 1895, com a reforma introduzida por Jaime Moniz (1837–1917), houve uma inversão desta tendência e uma melhoria relativa do ensino das ciências naturais nos liceus.

Uma das características distintivas do ensino dos jesuítas foi a criação de academias. Tal como acontecera nos colégios da antiga Companhia de Jesus, os colégios de Campolide e de São Fiel promoveram a organização de academias

literárias e científicas. Frequentadas pelos melhores alunos de cada ano, as academias promoviam o ensino e a discussão de tópicos científicos avançados durante as suas sessões regulares. Uma ou duas vezes por ano, os académicos organizavam sessões solenes para as quais se convidavam todos os professores, alunos e as suas famílias. Nestas sessões públicas, os alunos eram os protagonistas, sendo responsáveis pela exposição teórica e pela demonstração experimental de um conjunto de teses científicas. Presididas por personalidades ilustres da esfera pública, as sessões solenes eram bastante teatrais e incluíam projecções com lanterna mágica (epidascópio) e experiências espectaculares com descargas eléctricas de alta frequência, raios catódicos, raios X, magnetismo, telegrafia sem fios e cristais líquidos. Iniciadas na década de 1870, as sessões solenes demonstravam de forma pública e espectacular o conhecimento científico dos jesuítas. Por essa razão, foram particularmente relevantes na recuperação da sua credibilidade educativa e científica junto das elites nacionais.

No dia 16 de Março de 1905, o príncipe D. Luís Filipe (1887–1908) e o infante D. Manuel de Bragança (1889–1932, r-1908–1910) deslocaram-se a Campolide para presidir à sessão solene da academia científica do colégio. Nesse dia, os príncipes tornaram-se membros honorários da academia e assistiram à execução de experiências relacionadas com descargas eléctricas de alta frequência, telegrafia sem fios, e gases a baixas temperaturas (nitrogénio e dióxido de carbono líquidos). No ano seguinte, a sessão solene da academia científica de Campolide foi presidida pelo Ministro da Instrução Pública Abel Pereira de Andrade (1866–1958). A sessão realizou-se no dia 27 de Maio de 1906 e foi dedicada ao estudo dos cristais. Depois de uma palestra sobre noções elementares sobre cristais, polarização da luz, e birrefrangência, o aluno João Maria Berquó d'Aguiar (1889–1954) recriou as experiências envolvendo cristais líquidos realizadas por Otto Lehmann (1855–1922) entre 1904 e 1906. Para a execução das experiências com cristais líquidos, Berquó d'Aguiar usou um instrumento expressamente concebido e fabricado para o colégio de Campolide pela Zeiss. A compra de instrumentos científicos modernos e a execução de demonstrações públicas—um dos factores distintivos dos colégios dos jesuítas neste período—continuou nos anos seguintes. Em 1907, por exemplo, os jesuítas compraram uma nova bomba de vácuo e um aparelho de raios-X. Na sessão solene desse ano, os académicos usaram a bomba de vácuo construída por Wolfgang Gaede (1878–1945) na realização de experiências com descargas de alta frequência e o aparelho de raios-X para radiografar um gato numa caixa. Apesar de se terem organizado sessões públicas dedicadas a outros temas—como astronomia (São Fiel, Dezembro de 1905), vulcanologia (São Fiel, Maio de

1907), citologia e histologia animal (Campolide, Março de 1907), e sismologia (São Fiel, Março de 1909) — a grande maioria das sessões em Campolide e São Fiel focaram tópicos de física. Ao aliar de forma eficaz ciência e espectáculo, as sessões solenes das academias replicavam as práticas europeias contemporâneas e evocavam a sua própria história educativa e científica.

Além de organizarem sessões públicas, os professores e alunos das academias científicas também realizavam outras actividades periódicas, como a viagens de campo para recolher animais, plantas, e minerais, e expedições para observar eclipses solares. Encorajados pelo director do Observatório Astronómico de Lisboa Frederico Oom (1864–1930), um grupo de naturalistas de São Fiel deslocou-se a Espanha para observar o eclipse solar a 28 de Maio de 1900, tendo publicado um relatório com as suas observações no mesmo ano. Por ocasião do eclipse solar de 30 de Agosto de 1905, os jesuítas de Campolide e de São Fiel organizaram uma nova expedição. O grupo observou o fenómeno a partir de três cidades diferentes: Tortosa, Palencia e Burgos. Nesta última cidade, além de professores dos colégios de Campolide e de São Fiel, foram também dois alunos, José Pequito Rebelo (1892–1983) e Simeão Pinto de Mesquita (1889–1989). Instalados num colégio dos jesuítas, os jovens Pinto de Mesquita e Pequito Rebelo ficaram responsáveis por fotografar e ilustrar o eclipse. O desenho da coroa solar de Pequito Rebelo foi amplamente elogiado por Frederico Oom e por astrónomos estrangeiros que se encontravam em Burgos, tendo sido, por isso, incluído no relatório publicado pelos jesuítas nesse ano.

Um dos principais promotores do ensino experimental das ciências nos colégios dos jesuítas foi o padre António de Oliveira Pinto (1868–1933). Oliveira Pinto nasceu na Covilhã a 30 de Janeiro de 1868 e ingressou no noviciado do Barro, em Torres Vedras, em 1882. Ensinou matemática no colégio de São Francisco (1892–1893) e física, química e história natural nos colégios de São Francisco (1891–1892) e de São Fiel (1893–1895). Estudou teologia em Espanha entre 1895 e 1897, tendo sido ordenado padre em Vals-près-le-Puyno ano seguinte. Entre 1901 e 1910 foi professor de matemática, física, química e história natural no colégio de Campolide, onde era também responsável pelo Instituto de Ciências Naturais— instituição que, desde 1908, agregava o gabinete de física, o laboratório de química, e o museu de história natural do colégio. Além de promover activamente o ensino experimental das ciências, Oliveira Pinto distinguiu-se ainda pelo seu papel na introdução da telegrafia sem fios no início do século XX e pela realização das primeiras experiências com radioactividade em Portugal.

No seguimento da atribuição do prémio Nobel da física a Henri Becquerel

(1852-1908), Pierre Curie (1859-1906) e Marie Skłodowska Curie (1867-1934) pela descoberta do fenómeno da radioactividade em 1903, organizou-se em Liège o primeiro congresso internacional de radiologia e ionização (Liège, 1905). Neste congresso, estiverem presentes cerca de 300 participantes, incluindo físicos reputados como Becquerel, Pierre Curie, Lord Kelvin (1824-1907), Lord Rayleigh (1842-1919), Ernest Rutherford (1871-1937) e J. J. Thomson (1856-1940), e delegados oficiais de países como Estados Unidos, França, Bélgica, Itália, Luxemburgo, Espanha, China, Turquia, México e Guatemala. Como o governo português não nomeou nenhuma delegação, a participação nacional ficou a dever-se exclusivamente a dois jesuítas: Oliveira Pinto e um escolástico, que na altura se encontrava a estudar teologia em Inglaterra⁸.

Entre Dezembro de 1909 e Janeiro de 1910, quatro anos depois de ter participado no primeiro congresso internacional de radiologia, Oliveira Pinto estagiou no laboratório dos Curie, onde se familiarizou com os equipamentos e técnicas mais recentes. De regresso a Portugal, realizou o primeiro estudo metódico sobre a radioactividade das águas minerais portuguesas. Entre Maio e Agosto de 1910, recolheu águas minerais em diversas estações nacionais, incluindo as estações do Vidago, Pedras Salgadas, Moledo e Gerês, e procedeu à sua análise no colégio de Campolide. Para o estudo da radioactividade das águas minerais, o jesuíta serviu-se de dois electroscópios e de uma solução de brometo de rádio, material indispensável para a calibração dos instrumentos. Em Setembro de 1910, Oliveira Pinto viajou para Bruxelas e apresentou os resultados do seu trabalho no segundo congresso internacional de radiologia e ionização. Depois de salientar a importância terapêutica da radioactividade e de descrever os métodos empregues, Oliveira Pinto concluiu que as águas minerais portuguesas analisadas não eram radioactivas. Para se compreender o alcance e novidade dos trabalhos do jesuítico, basta relembrar que, entre 1897 e 1915, os estudos sobre radioactividade na Universidade de Coimbra, eram apenas teóricos. A dificuldade em adquirir uma fonte radioactiva para o gabinete de física da Universidade de Coimbra só seria ultrapassada em 1915, depois de Francisco de Sousa Nazareth, à semelhança de Oliveira Pinto, ter estagiado no laboratório de Marie e Pierre Curie.

Conscientes da longevidade e ampla aceitação das acusações pombalinas de obscurantismo, os jesuítas procuraram desde a restauração da missão por-

⁸ Outros detalhes em: ROMEIRAS, F. M. *Um jesuítico português no laboratório da Madame Curie*. [S.l.], 2018. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/10/08/ciencia/ensaio/um-jesuítico-português-no-laboratorio-da-madame-curie-1846112>. Acesso em 9 dez. 2019.

tuguesa recuperar a sua credibilidade educativa e científica. Entre 1858 e 1910, promoveram o ensino experimental das ciências naturais, através da criação de observatórios astronómicos e meteorológicos, laboratórios de química e física e museus de história natural nos seus colégios; da realização de expedições com os alunos; e da organização de academias onde se debatiam tópicos científicos avançados e se realizavam experiências científicas actuais. Ao colocarem a ciência no topo das suas prioridades educativas, os jesuítas foram recuperando, gradualmente, a sua credibilidade junto da família real, das elites locais, e da comunidade científica. A recuperação do seu prestígio educativo e científico foi um factor significativo na aprovação de novas missões apostólicas e colégios no império português e na formação científica de uma nova elite. A promoção de expedições para a observação de eclipses e para a colheita de animais, plantas e minerais, a constituição de importantes colecções de história natural, a frequência de conferências internacionais, e a realização de trabalhos científicos originais, sugerem que a educação informal dos jesuítas e a sua pertença a redes científicas nacionais e internacionais foram mais relevantes para a sua formação como cientistas e educadores do que um diploma universitário ou exame oficial.

As colecções científicas dos jesuítas exilados

Nos dias que se seguiram à revolução de 5 de Outubro de 1910, os republicanos fizeram da expulsão dos jesuítas uma das prioridades do novo regime. Na madrugada do dia 5 de Outubro, o colégio de Campolide foi bombardeado e invadido por populares e militares que, de acordo com a imprensa, procuravam bombas e túneis secretos no colégio. Enquanto procuravam, sem sucesso, o túnel que, alegadamente, a rainha D. Maria Pia (1847–1911) percorria de coche até ao Palácio das Necessidades, os revolucionários quebraram as vitrines do museu de história natural, rasgaram vários quadros, e roubaram grande parte das colecções, livros e instrumentos científicos dos jesuítas. Acusados pelos republicanos de raptar crianças e de as desviar para o noviciado—perturbando assim as suas famílias—de sujeitar os noviços a condições desumanas, e de esconder explosivos nos seus colégios, 134 jesuítas ficaram encarcerados quatro semanas nas prisões do Limoeiro, no centro de Lisboa, e de Caxias, nos arredores de Cascais. Durante o cativeiro, foram sujeitos a várias humilhações, nomeadamente a medições antropométricas e frenológicas, destinadas a averiguar a gravidade da sua loucura religiosa. A 3 de Novembro de 1910, os jesuítas que

ainda se encontravam presos em Caxias e no Limoeiro foram libertados e escoltados até ao Cais do Sodré, onde embarcaram com destino ao Brasil. Cumpria-se assim a lei de 8 de Outubro de 1910, que ordenava a expulsão dos jesuítas (e demais ordens religiosas) e determinava o arresto de todos os seus bens.

Na sequência da expulsão dos jesuítas, o governo provisório decidiu catalogar todos os objectos pertencentes à Companhia de Jesus. No caso de São Fiel, o governo entregou a tarefa de inventariação a uma comissão chefiada pelo advogado José Ramos Preto (1871-1948), um dos principais críticos locais dos jesuítas. Depois de listar os bens que se encontravam no colégio, a comissão determinou que as colecções e instrumentos científicos fossem distribuídos entre o liceu de Castelo de Branco, a Universidade de Coimbra, o hospital da misericórdia, a biblioteca e a câmara municipais. Para o liceu seguiram os instrumentos de física e as colecções de geologia, zoologia e botânica, para o hospital os equipamentos de radiografia, e para a câmara os aparelhos de meteorologia. Dada a sua importância para o estudo da botânica e da zoologia local, o herbário de São Fiel e as colecções de lepidópteros de Cândido de Azevedo Mendes foram transferidas para a Universidade de Coimbra. Durante o exílio em Salamanca, Azevedo Mendes tentou recuperar as suas colecções, mas o governo provisório negou sempre as suas pretensões. Apesar dos seus esforços terem sido infrutíferos, o jesuíta português continuou a colecionar, descrever e classificar lepidópteros no exílio (1911-1932). Em 1932, porém, a história parecia repetir-se. Expulso de Espanha pelo governo de Manuel Azaña (1880-1940), Azevedo Mendes ficava sem as colecções de traças e borboletas que tinha constituído ao longo de vinte e um anos de exílio. No entanto, houve uma diferença significativa entre as duas expulsões. Ao contrário do governo português, o governo espanhol acabaria por ordenar a devolução das colecções de lepidópteros a Azevedo Mendes.

Tal como Azevedo Mendes, também Zimmermann, Silva Tavares, Camilo Torrend (1875-1961), e Afonso Luisier (1872-1957) procuraram recuperar as suas colecções. No exílio, escreveram uma petição pedindo a devolução dos seus instrumentos, livros, revistas, manuscritos e colecções. O repto dos jesuítas foi bastante divulgado e originou uma série de apoios de cientistas portugueses e estrangeiros. Em Portugal, as pretensões dos jesuítas foram defendidas por cientistas como o químico António Ferreira da Silva (1853-1923), o médico Mark Athias (1875-1946), e os agrónomos Luís de Castro (1868-1928) e José Veríssimo d'Almeida (1834-1915). Nos Estados Unidos, o maior apoiante dos jesuítas foi o botânico Theodore Cockerell (1866-1948). Preocupado com o destino das colecções, da biblioteca de história natural, e do laboratório de

microscopia, Cockerell publicou um artigo na conceituada revista *Science*, onde alertava a comunidade científica internacional para a injustiça das acções levadas a cabo contra os jesuítas, e reiterava a importância de se nomear uma comissão científica independente para averiguar os factos que tinham levado à expulsão dos jesuítas e ao confisco dos seus bens.

Apesar do apoio formal e informal da comunidade científica nacional e internacional, o governo provisório ignorou a maioria dos protestos, ordenando apenas a devolução de algumas colecções pertencentes a jesuítas estrangeiros. Por intervenção do cônsul suíço, Luisier recuperou parte da sua colecção de musgos em Abril de 1913. Apoiado pelo embaixador francês, Torrend conseguiu recuperar a sua colecção completa de fungos. Tal como Torrend e Luisier, Zimmermann também recorreu à diplomacia para reaver as suas colecções. Contudo, para evitar um conflito entre as duas nações, o governo alemão preferiu afastar-se da contenda. Tendo visto frustrado o seu plano inicial, Zimmermann decidiu recorrer à sua rede de correspondentes e, em especial, ao seu amigo José da Silva e Castro (1842–1928). Em conjunto com António Machado (1883–1969), filho do então Ministro dos Negócios Estrangeiros Bernardino Machado (1851–1944), Silva e Castro reouve as colecções de diatomáceas que se encontravam no colégio de Campolide e enviou-as para o Brasil no final de 1911. Ao contrário dos seus companheiros estrangeiros, Silva Tavares teve de esperar até 1927 para reaver as suas colecções. Proscritos desde 1910, os jesuítas começaram a regressar discreta e gradualmente a Portugal em 1922. Em 1927, um ano após a queda da I República, o novo regime militar ordenou a devolução de um micrótomo e das colecções botânicas e entomológicas a Silva Tavares. O tratamento benevolente dado aos jesuítas estrangeiros nos primeiros anos após a implantação da república revela as tensões internas e externas que o governo enfrentava. Numa época em que procuravam o reconhecimento diplomático do novo regime, os republicanos só sacrificavam a sua agenda política e religiosa em circunstâncias extremas.

A Revista *Brotéria* e a história da botânica e da zoologia

Nascida no seio de uma instituição de ensino secundário, a *Brotéria* (1902–2002) foi a primeira revista publicada pelos jesuítas em todo o mundo exclusivamente dedicada à ciência. Editada a partir do colégio de São Fiel por Joaquim de Silva Tavares, Cândido de Azevedo Mendes e Carlos Zimmermann desde 1902, a *Brotéria* alcançou uma notoriedade e longevidade singulares no contexto

to das publicações periódicas portuguesas. Dedicada ao naturalista português Félix de Avelar Brotero (1744–1828), a revista tinha como principal objectivo a identificação e descrição de novas espécies de animais e plantas. Ao longo da sua história, a revista sofreu várias restruturações, mas manteve sempre o propósito de publicar artigos científicos originais. Entre 1902 e 2002, a revista dos jesuítas portugueses publicou cerca de 1300 artigos de investigação em áreas como a botânica, a zoologia, a genética e melhoramento de plantas, a bioquímica, e a genética molecular. Em 1907, na primeira restruturação editorial, a revista foi dividida em três séries distintas: *Vulgarização Científica*, *Botânica* e *Zoologia*. Enquanto que as séries científicas publicavam artigos de investigação original na língua de preferência do autor (português, latim, italiano, francês, alemão, espanhol, francês e inglês), a série de *Vulgarização Científica* era integralmente escrita em português, e a sua publicação tinha como objectivo financiar as séries científicas. Dividida em seis fascículos anuais, esta série foi publicada alternadamente com os cadernos de *Botânica* e *Zoologia* entre 1907 e 1924, dando depois origem à *Brotéria Cultural*, ainda hoje publicada pelos jesuítas portugueses. Apesar da sua curta longevidade, publicaram-se na série de *Vulgarização Científica* mais de quatrocentos artigos de divulgação de agricultura, geografia, física, química, medicina e higiene.

Durante o período em que foi dirigida por Silva Tavares (1902–1931), a *Brotéria* foi um importante centro de acumulação, sistematização, padronização e circulação do conhecimento nas áreas da botânica e da zoologia. Revista de referência para a comunidade internacional de naturalistas, a *Brotéria* contribuiu, ao longo da sua história, para a divulgação de mais de duas mil novas espécies de animais e plantas descobertas em Portugal, Espanha, Áustria, Alemanha, Madeira, Angola, Moçambique, Brasil, Timor e Argentina. Para a identificação e descrição destas espécies, a rede de correspondência entre os jesuítas e naturalistas portugueses e estrangeiros foi fundamental. Ao invés de se limitar a publicar apenas obras de jesuítas portugueses e estrangeiros, Silva Tavares procurou, desde o início, publicar também artigos de reputados botânicos e zoólogos leigos e sem qualquer ligação institucional à Companhia de Jesus. Além de colaborarem oficialmente com a *Brotéria* através do envio de artigos originais, os correspondentes dos jesuítas desempenharam também um papel significativo na divulgação da revista, através da promoção de permutas e assinaturas nas instituições, sociedades, academias e museus onde habitualmente realizavam os seus trabalhos de classificação sistemática. Por outro lado, tendo trocado entre si uma grande quantidade de espécimes, os correspondentes da *Brotéria* colaboraram diversas vezes na recolha, identificação,

descrição e classificação de centenas de novas espécies.

Nos primeiros trinta anos da sua história, os principais colaboradores da *Brotéria* foram Joaquim da Silva Tavares, Cândido de Azevedo Mendes, Carlos Zimmermann, Afonso Luisier e Camilo Torrend. Como os cinco jesuítas se dedicavam ao estudo de grupos taxonómicos distintos, a sua inclusão em diferentes redes de correspondência nacionais e internacionais foi particularmente significativa, permitindo, por exemplo, o esclarecimento de dúvidas muito específicas em relação à identificação e classificação de novas espécies. Na maior parte dos casos, os correspondentes portugueses participavam na recolha e envio dos espécimes enquanto que os correspondentes estrangeiros colaboravam na sua descrição e classificação. Para Silva Tavares, por exemplo, a correspondência com naturalistas estrangeiros como Jean-Jacques Kieffer, S.J. (1857–1925), Joseph de Joannis, S.J. (1854–1932), Louis de Bedel (1849–1922), León de Joannis, S.J. (1843–1919), Johannes Rick, S.J. (1869–1946), Alfredo Corti (1880–1973) e Mario Bezzi (1868–1927) revelou-se crucial para a classificação de novos géneros e espécies de zooecídias, estruturas vulgarmente conhecidas por galhas. Reconhecendo o *expertise* do jesuíta na identificação de galhas, Gonçalo Sampaio (1865–1937), Augusto Nobre (1865–1946) e Carlos Azevedo Meneses (1863–1928), por sua vez, recolheram e enviaram-lhe centenas de espécimes para descrição nas páginas da *Brotéria*.

Nos seus primeiros trabalhos de taxonomia, Azevedo Mendes descreveu oitocentas espécies de lepidópteros. Tal como o que acontecera com Silva Tavares, os irmãos Joannis colaboraram na identificação e classificação de alguns espécimes, incluindo a descrição de um novo género de lepidópteros, baptizado *Mendesia* em homenagem ao jesuíta português. Um dos principais fins da correspondência abundante entre os naturalistas neste período prendia-se com o aumento e diversificação das suas colecções. Por isso, ao enviar lepidópteros para os irmãos Joannis, pedindo-lhes ajuda na sua classificação, Azevedo Mendes contribuía também para o desenvolvimento das suas colecções. Actualmente no museu nacional de história natural francês, em Paris, na importante colecção dos irmãos Joannis, os lepidópteros de São Fiel e Torres Vedras enviados por Azevedo Mendes testemunham a importância do estabelecimento de redes informais de naturalistas para a circulação de uma grande quantidade de animais e plantas no início do século XX.

Por vezes, a identificação de novas espécies de animais e plantas requeria a intervenção de vários naturalistas, como aconteceu, por exemplo, com a descoberta do cardo *Centaurealuisieri*. Em 1915, Afonso Luisier colheu nos arredores de Salamanca o que pensava ser uma nova espécie de cardo. Por não ser um

especialista na identificação e descrição de cardos, mas sim na classificação de briófitas, Luisier precisou de validar a sua suposição. Assim, o cardo foi enviado de Salamanca para o Porto, para ser estudado pelo botânico Gonçalo Sampaio. Por ser um especialista na identificação de líquenes, Sampaio não tinha a certeza se se tratava de uma nova espécie. Por isso, enviou o cardo para Coimbra, onde Júlio Henriques confirmou finalmente a descoberta. Depois da confirmação, Gonçalo Sampaio procedeu à sua descrição e classificação, tendo publicado as suas observações na *Brotéria*. O percurso de um espécime individual, como o cardo *Centaurealuisieri*, reflecte a importância do estabelecimento de uma rede alargada de naturalistas, a trabalhar em instituições, cidades e países distintos, para a identificação e descrição de novas espécies nas páginas da *Brotéria*.

Além de divulgar espécies pertencentes à fauna e flora portuguesas e espanholas, a *Brotéria* foi também um importante veículo para a divulgação de largas centenas de espécies de animais e plantas no Brasil, na Madeira, nos Açores, em Moçambique, em Angola e em Timor. Neste contexto, as missões dos jesuítas desempenharam um papel fundamental. Além das tarefas apostólicas que lhes tinham sido atribuídas, os missionários jesuítas eram instruídos a recolher vários espécimes de animais e plantas nas missões e arredores, devendo, depois, enviá-los para Portugal para serem descritos e classificados. Na descrição de mais de cento e cinquenta espécies de cecídias da Zambésia, onze das quais inéditas, Silva Tavares referia explicitamente que os espécimes tinham sido coligidos e enviados pelo jesuíta Luís Lopes, missionário na região. Para a elaboração do seu estudo sobre os lepidópteros da Zambésia e de Angola, onde identificava cerca de cento e oitenta espécies, Cândido de Azevedo Mendes contara com a colaboração de João de Azevedo Mendes, S.J. (1883–1940), seu irmão, e de dois outros missionários jesuítas, responsáveis pela recolha e envio dos espécimes. Quando ainda estava em Dublin a estudar teologia, Camilo Torrend recebeu dezenas de fungos recolhidos pelo seu irmão Jules Torrend, S.J. (1861–1936) e por Luís Gonzaga Dialer, S.J. (1866–1943), missionários em Mururú, no distrito do Zumbo. Com a ajuda de Giacomo Bresadola (1847–1929), fundador da Societé Mycologique de France, Torrend identificou seis espécies de fungos, duas das quais inéditas para a ciência.

Os trabalhos de taxonomia dos jesuítas portugueses desde cedo despertaram o interesse da comunidade científica nacional e internacional. Para botânicos como Júlio Henriques, Veríssimo d'Almeida, Gonçalo Sampaio e Joaquim de Mariz (1847–1916), os artigos publicados nos primeiros números da *Brotéria* testemunhavam a relevância nacional e internacional da agenda taxonómica dos jesuítas. Referindo-se ao primeiro número da *Brotéria*, José Veríssimo d'Al-

meida, futuro director do Instituto Superior de Agronomia, louvava a iniciativa dos jesuítas e destacava, nomeadamente, a importância do trabalho de Camilo Torrend sobre os fungos da região de Setúbal para a correcta caracterização da flora micológica portuguesa. Além de se referir ao trabalho de Torrend, Júlio Henriques recomendava também a leitura do artigo de Carlos Zimmermann sobre o uso do microscópio e a realização de preparações microscópicas próprias, por ser um ensaio prático de grande utilidade para professores e estudantes de botânica. O interesse da comunidade nacional de botânicos nos trabalhos de classificação dos jesuítas encontra-se também patente na publicação de alguns dos seus trabalhos em revistas científicas portuguesas. Por exemplo, depois de ter estudado cerca de mil espécies de plantas da região de Setúbal e da Serra da Arrábida, Luisier publicou o seu catálogo regional no *Boletim da Sociedade Broteriana*. Além de fomentar a divulgação dos trabalhos de classificação taxonómica de Luisier na sua revista, Júlio Henriques tinha também colaborado com o jesuíta na classificação de algumas espécies, nomeadamente, aquelas da família das gramíneas. Gonçalo Sampaio e Joaquim de Mariz, por sua vez, tinham-se prontificado a rever as plantas identificadas por Luisier em 1902. No caso de Silva Tavares, a publicação dos seus estudos sobre zoocecídias nos *Anais de Ciências Naturais* foi reconhecida pela Academia das Ciências, valendo-lhe a nomeação para sócio correspondente da mais importante agremiação científica portuguesa.

A relevância das publicações científicas da *Brotéria* foi também reconhecida logo nos primeiros anos pela comunidade científica internacional, e algumas das mais respeitadas revistas de botânica e zoologia como o *American Naturalist*, o *Journal of Mycology*, o *Bulletin of the Torrey Botanical Club*, o *The Entomologiste* o *The Zoological Record* dedicaram vários artigos às novas espécies identificadas e descritas na revista dos jesuítas portugueses. Além de listarem as espécies nos seus catálogos, estas revistas incluíam ainda os artigos da *Brotéria* nas suas bibliografias anuais. A extensão e relevância da rede de correspondência estabelecida entre os naturalistas jesuítas e os seus pares, em Portugal e no estrangeiro, pode ser avaliada, também pelo elevado número de permutas realizadas entre a *Brotéria* e as mais significativas revistas científicas nacionais e internacionais. Em 1904, dois anos após a sua fundação, os redactores da *Brotéria* já tinham estabelecido mais de uma centena de permutas com outras revistas científicas, a maioria delas internacionais. No conjunto destas revistas encontravam-se boletins de museus de história natural, como o *Bulletin du Muséum de Histoire Naturelle* (Paris) e o *Bulletino dei Musei de Zoologia ed Anatomia comparata* (Turim), e revistas de sociedades científicas

de zoologia e botânica, como o *Bulletino della Società Zoologica Italiana* (Roma), o *The Entomologist* (Londres), o *Bulletin da la Société Impériale des Naturalistes* (Moscovo), o *Bulletin of the New York Botanical Garden* (Nova Iorque) e os *Proceedings of the Academy of Natural Sciences* (Filadélfia).

A inclusão das espécies descritas nas páginas da *Brotéria* nos catálogos anuais de revistas internacionais, o elevado número de permutes estabelecidas, a participação dos jesuítas em sociedades e academias científicas nacionais e internacionais, e a enorme circulação de espécimes entre os jesuítas e naturalistas portugueses e estrangeiros, foi especialmente relevante neste período, contribuindo para a sua caracterização como uma importante revista de taxonomia internacional. Durante o exílio dos jesuítas, a publicação da *Brotéria* foi reconhecida no Brasil, onde a revista recebeu duas medalhas de ouro, a primeira na Exposição do Liceu de Artes e Ofícios da Baía, em 1913, e a segunda na Exposição Internacional do Rio de Janeiro, em 1922. Enquanto esteve sediada na Baía (1912–1914), a sua subsistência financeira foi garantida, em grande medida, por assinantes brasileiros. Em 1927, a situação já se tinha invertido e a maioria dos assinantes eram portugueses. De regresso a Portugal em 1928, Silva Tavares foi nomeado sócio efectivo da Academia das Ciências e foi convidado para trabalhar no Instituto Rocha Cabral. Dois anos mais tarde, em 1930, conseguiu que a *Brotéria-Botânica* e a *Brotéria-Zoologia* fossem subsidiadas pela recém-criada Junta de Educação Nacional, inaugurando assim um período de maior colaboração entre a revista dos jesuítas e o governo português.

Fundada em 1902 num pequeno colégio jesuítico nos arredores de Castelo Branco, a *Brotéria* atingiu uma longevidade absolutamente invulgar para uma revista científica em Portugal. Além disso, distinguiu-se também das outras publicações dos jesuítas em todo o mundo por ser uma revista exclusivamente científica e não uma gazeta de divulgação científica, publicada com fins apologéticos. Apesar de ter sido fundada num colégio dos jesuítas, num contexto religioso e institucional bem definido, o objectivo da sua publicação não era participar nas controvérsias contemporâneas sobre ciência e religião, mas sim contribuir para o desenvolvimento da biologia em Portugal. Criada com um propósito exclusivamente científico a revista dos jesuítas portugueses foi fundamental para o desenvolvimento da botânica, da zoologia, da bioquímica e da genética no nosso país. Sob a direcção de Silva Tavares (1902–1931), a *Brotéria* revelou-se um importante centro de acumulação, sistematização, padronização e circulação do conhecimento contribuindo para a divulgação de mais de duas mil novas espécies de animais e plantas dispersas por todo o mundo. Após a morte de Silva Tavares, Afonso Luisier assumiu a direcção da revista (1932–

1957) e a *Brotéria* tornou-se a principal publicação portuguesa de ciências naturais, assumindo um papel pioneiro na divulgação de trabalhos de investigação de taxonomia, citogenética e genética e melhoramento de plantas conduzidos em institutos científicos estatais. Finalmente, sob a direcção de Luís Archer, S.J. (1962–2002), a revista dos jesuítas portugueses desempenhou um papel fundamental na introdução e desenvolvimento de áreas como a genética molecular, a engenharia genética, a genética humana e a bioética.

Bibliografia principal

Araújo, António, *Jesuítas e antijesuítas no Portugal republicano* (Lisboa: Roma Editora, 2004).

Correia, Francisco Augusto, *O método missionário dos jesuítas em Moçambique, 1881–1910: Um contributo para a história da missão da Zambésia* (Braga: Livraria Apostolado da Imprensa, 1992).

Maryks, Robert A. and Jonathan Wright, eds., *Jesuit Survival and Restoration: A Global History, 1773–1900* (Leiden: Brill, 2014).

McCoog, Thomas, ed., *Promising Hope: Essays on the Suppression and Restoration of the English Province of the Society of Jesus* (Rome: Institutum Historicum Societatis Iesu, 2003).

Moniz, Egas, *A nossa casa* (Lisboa: Paulinho Ferreira Filhos Lda, 1950).

Olaio, Nuno, “Carlos João Rademaker (1828–1885): Percurso do restaurador da Companhia de Jesus em Portugal”, *Lusitania Sacra* 12 (2002): 65–119.

Ramos, Rui, “A revolução liberal (1834–1851)”, in Rui Ramos, Bernardo Vasconcelos e Sousa, Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal*, 8^a edição (Lisboa: Esfera dos Livros, 2009), pp. 491–519.

Rico, Hermínio, José Eduardo Franco, eds., *Fé, ciência, cultura: Brotéria; 100 anos* (Lisboa: Gradiva, 2003).

Rodrigues, Francisco, *A formação intelectual do jesuíta: Leis e factos* (Porto: Livraria Magalhães e Moniz, 1917).

Romeiras, Francisco Malta, *Ciência, prestígio e devoção: Os jesuítas e a ciência em Portugal nos séculos XIX e XX* (Cascais: Lucerna, 2015).

Romeiras, Francisco Malta, *Jesuits and the Book of Nature: Science and Education in Modern Portugal* (Leiden: Brill, 2019).

Udías, Agustín, "The Jesuits and the Natural Sciences in Modern Times, 1814–2014", *Brill Research Perspectives in Jesuit Studies* 1(3) (2019): 1–104.

Udías, Agustín, *Jesuit Contribution to Science. A History* (Dordrecht: Springer, 2015).

Veiga, Francisca Branco, "O breve regresso da Companhia de Jesus no reinado de D. Miguel (1829–1834)", *Brotéria* 179 (2014): 387–400.

Fontes

Brotéria: Sciencias Naturaes, 1902–1906.

Brotéria: Botânica, 1907–1931.

Brotéria: Vulgarização Scientifica, 1907–1924.

Brotéria: Zoologia, 1907–1931.

Cabral, Luís Gonzaga, *O eclipse total do Sol no dia 30 de Agosto de 1905: Observações feitas pelas comissões das academias científicas dos collegios de S. Fiel e Campolide* (Lisboa: La Bécarre, 1905).

Colégio de São Fiel, *Eclipse do Sol de 28 de Maio de 1900: Observações dos professores do collegio de São Fiel* (Lisboa: La Bécarre, 1900).

Grainha, Manuel Borges, *História do colégio de Campolide da Companhia de Jesus* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1913).

Pinto, António de Oliveira, *Primeira contribuição para o estudo da radioactividade das águas mineraes de Portugal* (Porto: Typographia Occidental, 1910).

CAPÍTULO II

Entre Razão e Fé: Recortes do percurso do Padre Camille Torrend, SJ, na Bahia do século XX

Lívia Maria Goes de Britto
Jaci Maria Ferraz de Menezes

O Pe. Torrend foi um dos jesuítas que veio para a Bahia, quando da expulsão da Companhia de Jesus de Portugal, no período da instalação da república portuguesa. Nascido na França em 1875 e com entrada para o noviciado datada de 1894, professou os últimos votos religiosos dos jesuítas em 1912, chegando à capital baiana, dois anos após, com 39 anos, onde faleceu aos 86 anos, em 1961.

Após completar graduação em Teologia, foi lecionar no Colégio de Campolide, criado pela Província Portuguesa da Companhia de Jesus, em Lisboa, Portugal. Nesta Instituição, desenvolveu atividades de investigação científica, das quais, a maior parte, foi focada na identificação e na caracterização de fungos. Nesse período, participou do movimento para a fundação da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais e tornou-se, também, sócio-correspondente da Sociedade de Agricultura de Turim, na Itália.

Conforme Romeiras (2014), no período em que viveu em Portugal, Pe. Torrend realizou ainda diversas expedições científicas, como as das regiões que margeavam o sul do Rio Tejo, o mais extenso da Península Ibérica, e as das áreas da Serra de Monchique, localizada ao oeste da atual região do Algarve. Ambas com o objetivo de coletar e identificar novas espécies de fungos.

Portanto, além de atuar como docente em terras lusitanas, desenvolvia atividades de pesquisa que foram suspensas em 8 de outubro de 1910, por conta do decreto que proibia a ação de religiosos em Portugal. Em decorrência desse fato, deixa o país e, após curta temporada em Bruxelas, chega a Salvador, em

1914, ano em que é adicionado ao quadro de professores do Colégio Antônio Vieira (CAV). O CAV já estava em funcionamento na capital baiana desde o ano de 1911, por iniciativa dos primeiros membros da Ordem oriundos da Província Jesuítica de Portugal, que fundaram o Colégio logo após a chegada de Pe. Torrend ao estado da Bahia, quando da expulsão de Portugal.

Algumas ações do Padre em período de muita fé e pouca ciência no Estado

Ao ingressar no CAV, o Pe. Torrend já aportava um currículo que se destacava por contribuições ao desenvolvimento das ciências naturais e que continuaria a ser enriquecido por novas ações, durante o longo período que leciona, quase 40 anos, no Colégio.

Em depoimento, um de seus muitos ilustres ex-alunos, o professor Roberto Figueiras Santos⁹, diz:

Dos jesuítas que foram meus professores, considero o Pe. Camilo Torrend o que melhor executou as funções de educador. Naturalista formado segundo o modelo que prevaleceu no século XIX, tinha ele cerca de 80 anos de idade quando foi meu professor. Originário das ex-colônias francesas do mar do Caribe, falava a língua portuguesa com sotaque “sui generis”. Tendo vivido muitas décadas na Bahia, viajara extensamente por todo o Estado, o que lhe permitiu estudar em profundidade as peculiaridades da nossa fauna, da nossa flora, assim como da geologia e da mineralogia do nosso território. As suas aulas tinham um feitio muito prático. Eram acompanhadas pela apresentação de espécimes coletados durante as suas excursões de caráter científico pelo nosso interior, e ilustradas pelo conhecimento não apenas livreiro e sim colhido, diretamente, da realidade baiana (SANTOS apud OLIVEIRA; COUTO, 2011, p. 90-91).

Observa-se, portanto, um longo período de docência, fincada na relação teoria e prática, na qual foram muitas as pesquisas desenvolvidas em Portugal e no Brasil, como registra seu currículo, e que atestam a retroalimentação do seu fazer didático, destacado no depoimento do ex-aluno e expresso na citação acima, em sua maior parte publicada e divulgada em quatro dos periódicos mantidos pela Companhia de Jesus à época, como pode ser observado no quadro a seguir.

⁹ Com ingresso no CAV em 1936, graduou-se em Medicina, foi professor e reitor da UFBA, governador do estado da Bahia, Ministro da Saúde e Presidente do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

Quadro 1: Publicações do Pe. Torrend em periódicos Brotéria no período de 1902 a 1958

TITULO DO ARTIGO	VOL. REV.	ANO
BROTÉRIA-SCIENCIAS NATURAES (1902-1906)		
1- Contribuições para o estudo dos Fungos da região setubalense.	I	1902
2- Contribuições para o estudo dos Fungos da região setubalense.	II	1903
3- Contribuições para o estudo dos Fungos da região setubalense.	IV	1905
4- Primeira Contribuição para o estudo da Flora mycologica.	IV	1905
BROTÉRIA-BOTÂNICA		
1- Les Myxomycètes - Étude des Espèces connues jusqu'ici.	VI	1907
2- Les Myxomycètes - Étude des Espèces connues jusqu'ici.	VII	1908
3- Contribuitions pour l'étude des champignons de l'île de Madère.	VIII	1909
4- Le'Oidium du'chéne em Portugal et à l'île de Mâdere.	VIII	1909
5- Nouvelle Contribuition pour l'étude des Myxomycètes du Portugal.	IX	1910
6- Observations sur l'Amanita solitaria et espèces voisines sur le littoral du Portugal.	IX	1910
7- Premiere contribuition à l'étude des champignons de l'île de Timor (océania).	IX	1910
8- Un nouveau genre de Discomycètes, <i>Helolachnum aurantiacum</i> Torrend.	IX	1910
9- Premiere contribuition à l'étude des champignons de l'île de Madère.	X	1912
10- Les Basidionycètes des environs de Lisboa et de la région de S. Fiel (Beira Baixa).	X	1912
11- Premiere contribuition à l'étude des champignons de l'île de Madère.	XI	1913
12- <i>Fungi selecti exsiccati</i> choix de champignons du Portugal, Brésil et des colones Portugaises.	XI	1913

continua

continuação_quadro 1

13-Les Basidionycètes des environs de Lisbonne et de la région de S. Fiel (Beixa Baixa).	XI	1913
14-Fungi selecti exsiccati choix de champignons du Portugal, Brésil et des colonies Portugaises.	XII	1914
15-Contribuições para o estudo dos Fungos da região setubalense.	XIII	1915
16-Les Maladies du cacaoyer au Brésil.	XV	1917
17-Les Plyporacées du Brésil.	18	xxx
18-Les Plyporacées du Brésil - Genre lignocus.	20	1922
19-Les Plyporacées du Brésil.	21	1924
BROTÉRIA VULGARIZAÇÃO CIENTIFICA		
1-Fungos. Que são e como se sollecionam.	IX	1910
2-Os adubos em agricultura. Experiencias em Carlsbourg.	XI	1913
3-As principaes doenças da laranjeira e o tratamento.	XII	1914
4-Uma praga dos viveiros de laranjeiras	XIII	1915
5-O alcatrão ou piche no tratamento das laranjeiras.	XIII	1915
6-A cultura do algodão.	XIV	1916
7-A origem da célula. Geração espontanea.	XV	1917
8-As molestias dos cacaueiros em Ilheos.	XV	1917
9-A cultura do cacau.	16	1918
10-A origem da célula. Geração espontanea.	16	1918
11-A cultura do cacau.	17	1919
12-O eclipse total de 29 de Maio de 1919, no Brazil.	18	1920
BROTÉRIA CIÊNCIAS NATURAIS		
1-Contribuição para a flora das plantas vasculares da Bahia.	2	1933
2-O Babassú na Baía.	3	1934
3-Les Polyporacées du Brésil. V - Le Genre hexagonia.	4	1935
4-Les Polyporacées du Brésil. V - Le Genre hexagonia.	27	1958

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de informações disponíveis na tese de doutorado do Dr. Francisco Romeiras¹⁰.

¹⁰ Das Ciências Naturais à Genética: A Divulgação científica na Revista Brotéria (1902-2002) e o Ensino Científico da Companhia de Jesus nos séculos XIX e XX em Portugal (Tese).

Pelo quadro anterior, fica evidente que o jesuíta procurou manter a disciplina de publicar artigos até o ano de 1958, nos quais, além de divulgar resultados preliminares de novas pesquisas, atualizava também estágios de pesquisas em curso e já publicadas.

A frequência inicial dessas publicações foi de, pelo menos, um artigo por ano. Cabe destacar, entretanto, que em alguns anos o quantitativo de artigos publicados foi bem maior ou incorporou outras temáticas. Em 1910, por exemplo, publicou, só nos periódicos contemplados no quadro, cinco artigos referentes às pesquisas desenvolvidas sobre fungos e, posteriormente, ainda nas mesmas publicações, outros artigos com temas diversos.

Neste sentido, sobressai o interesse do botânico em dar visibilidade às suas produções, em especial as científicas, além de dar acesso, a um público cada vez maior, as temáticas relacionadas com as áreas das ciências naturais e exatas. Esta característica observável no professor-pesquisador em tela, e comum a muitos membros da Companhia de Jesus, é também possível de ser relacionada, ao compararmos comportamento, a de um outro ilustre ex-aluno do Padre, ou seja, Anísio Spinola Teixeira¹¹. Percebe-se neste, um gosto pela escrita desde muito jovem. Gosto que se mantém na idade adulta e, muito provavelmente, também associado ao desejo de dar visibilidade às suas ideias ou às de outros estudiosos, quando se considerava interessantes de serem amplamente divulgadas. Fato que pode ser atestado por meio do quantitativo de periódicos que criou ou patrocinou, quando esteve à frente de gestões públicas estaduais ou federais. E isso, pelo sempre manifesto objetivo de que os mesmos fossem acessados por um quantitativo, cada vez maior, de pessoas interessadas em se informar ou discutir sobre determinadas temáticas. Em sendo assim questiona-se: Tal comportamento do ex-aluno Anísio Teixeira conteria influências do ex-professor Pe. Torrend e de outros professores da Ordem?

Entre as produções de autoria do Pe. Torrend, há um texto publicado, na revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) (SAMPAIO, 1925), que subsidiou uma comunicação proferida pelo Padre, em sessão plenária no Instituto, datada de 13 de maio de 1925, e que versou sobre uma excursão realizada por ele à região do Rio Pardo, sul do estado da Bahia, entre os meses de janeiro e fevereiro do mesmo ano, chama atenção. A esta, segue-se a publicação do relatório elaborado por uma comissão criada pela Instituição, com o

11 Ex-Secretário de Educação da Bahia e do antigo Distrito Federal; ex-Conselheiro da UNESCO; ex-Presidente da CAPES e INEP; ex-Reitor da UnB, entre outras funções de destaque no cenário brasileiro e internacional. Comentários dos editores: outros detalhes e perspectivas são abordados no capítulo IV.

objetivo de dar encaminhamento às recomendações feitas pelo Padre durante a comunicação, no tocante, principalmente, às questões indígenas e de desmatamentos desenfreados que vinham ocorrendo na região.

Na referida comunicação, o Pe. Torrend registra que “durante os dez anos da nossa estada no Brasil não temos permanecidos ociosos durante as férias, pois hoje podemos dizer que conhecemos todos os Estados da União desde São Paulo até o Maranhão” (TORREND *apud* SAMPAIO, 1925, p. 93). Registra, também, que a partir da leitura de uma publicação do professor Charles Frederick Harrt, chefe da *Comissão Geológica do Império*¹², desejava visitar a região do Rio Pardo. Para em seguida explicar que só tinha sido possível concretizar tal desejo, pois os seus afazeres profissionais sempre o prendiam em Salvador durante o ano, por ter surgido a oportunidade de assumir, no período de suas férias no início daquele ano, a função de vigário *pro tempore* da Freguesia e cidade de Canavieiras, localizadas na foz do rio em tela. Esclarece ainda, que embora tenha visitado, também, as regiões de Serra da Onça e do Rio Salsa, restringiria sua fala à região do Rio Pardo, na qual realizou, nos dois meses que ficou na região, três viagens exploratórias (TORREND *apud* SAMPAIO, 1925), minuciosamente detalhadas na comunicação. Exposição oral que se inicia não só expressando observações e reflexões sobre as belezas naturais da região, principalmente as geológicas, como ao longo do seu desenvolvimento vai, também, indicando possibilidades de intervenções tecnológicas modernas e disponíveis à época, como no caso de escusas em leitos de rios, com o objetivo de facilitar a navegação e possibilitar o desenvolvimento do potencial turístico da região. Entretanto, associada às considerações e sugestões relacionadas ao desenvolvimento do potencial regional, demonstra preocupações socioambientais protecionistas, quando faz recomendações relacionadas à criação de reservas naturais para assentar tribos indígenas e evitar a destruição total da Mata Atlântica existente na localidade, já em processo de crescente desmatamento à época, com o objetivo maior de regulamentar e frear ações irreverentes dos novos ocupantes das, até então, terras públicas do Estado. Para tanto chama atenção que,

O motivo das caçadas aos indios é inspirado pela compra das terras do Governo naquella zona das mattas pelos plantadores de cacau. Como os Tupinambas não tem ninguém para advogar os seus direitos multiseculares sobre as terras invadidas pelos brancos, são elles considerados como invasores

12 Expedição realizada entre 1875 e 1878 que percorreu várias regiões do Brasil, principalmente do Norte e Nordeste.

e exterminados a tiros (TORREND *apud* SAMPAIO, 1925, p. 101).

Ainda no tocante à questão indígena reforça sua comunicação dizendo que,

Os meios empregados por alguns brancos para os exterminar são de véras revoltantes. As caçadas á bala tem sido relativamente frequentes e uma pessoa fidedigna nos assegura que poucos annos atraz, talvez por occasião da variola no Salôbro, um desalmado mandou entregar aos pobres indios vestidos de varilosos para elles ficarem contaminados pela peste, o que se conseguiu de facto, morrendo então muitos milhares de Tupinambás (TORREND *apud* SAMPAIO, 1925, p. 101).

Na comunicação, o Pe. Torrend faz algumas sugestões para a resolução dos graves problemas que estavam ocorrendo na região e solicita a mediação do IGHB para minimizá-los. Em especial, os que envolviam conflitos indígenas, pois além de ocasionarem enfretamentos com fazendeiros brancos, também geravam disputas entre etnias, e as questões referentes à destruição das matas nativas.

Entre a comunicação do Pe. Torrend e o relatório, foi publicada uma pequena nota explicativa pelo Instituto, na qual informa que na mesma data da comunicação do Padre, realizada no segundo semestre de 1925, o IGHB nomeou uma comissão para tratar dos encaminhamentos das sugestões do Pe. Torrend com o governador do estado, à época, Francisco Marques de Góis Calmon.

O relatório da comissão versa sobre os encaminhamentos e resoluções e foi apresentado, oralmente, pelo presidente da Comissão e do IGHB, à época, Dr. Teodoro Sampaio, em sessão imediatamente posterior à da comunicação do Pe. Torrend.

Na parte introdutória do documento, percebe-se uma exaltação na religiosidade e conhecimento científico do Padre, bem como da Ordem religiosa a que o mesmo pertence, ou seja, a Companhia de Jesus, para só então tratar das deliberações do governo do estado ao pleito.

Em trecho do relatório à comissão, afirma que “agiu como lhe cumpria e levou ao Sr. Dr. Governador o Estado as suggestões com que o Padre Torrend terminou a sua comunicação a esta casa [IGHB]” (SAMPAIO, 1925, p. 106). Para em seguida destacar o acolhimento, por parte do governador, das sugestões, e ressaltar que as mesmas iam ao encontro de algumas preocupações e

desejos de Góis Calmon, que encarrega o Secretário de Agricultura, presente à reunião com os membros da Comissão do IGHB, de tomar as providências cabíveis para materializar em projeto as sugestões do Pe. Torrend, e que o Dr. Teodoro Sampaio apresenta aos membros do IGHB, em sessão do Instituto, dizendo:

Ha no projecto, com effeito, a criação dessa reserva em mais de um ponto desta zona do sul; ha, por exemplo, uma primeira e a maior de cincuenta leguas quadradas de terras a partir da margem do rio Pardo e do seu affluente "Agua Presta" até as cabeceiras, destinada a conservação das essenciais florestas naturaes e ao gozo dos indios tupinambás daquellea região; ha uma segunda, igual ou menor á primeira, nas altas cabeceiras do rio Almada e no valle do Gongory e seus affluentes onde estadeem por ventura os indios patachós. Nesses trechos de terras mandará o Governo demarcar a parte que fica servindo de horto florestal natural, e a que se destinará ao aldeamento dos indios e as suas respectivas roças. A fiscalização desse serviço da competencia da Ditectoria de Terras, Minas, Colonização e Immigração será partilhada pela elevada assistencia do Instituto Geographico e Historico, por intermedio do delegado de Terras do Districto, dos agentes ou guardas florestaes, de preferencia os *línguas* dos indios, dede um fiscal itinerante do mesmo Instituto e do missionario ou leigo, preposto á evangelização e civilização dos indios. O Governo fica desde já autorisado a abrir o credito necessario para esse serviço de catechese e de construcção de palhoças ou casas, de todos os commodos complementares dos aldeiamentos, da compra de roupas, presentes e instrumentos agricolas, a fim de que a população aborigene constitua verdadeiros nucleos coloniaes das remanescentes reliquias das tribus que concorreram para a formação do Brasil. Consignar-se-á annualmente no orçamento da despesa a verba de cincuenta contos de réis, destinada á conservação das essenciais florestas primitivas (SAMPAIO, 1925, p. 107).

Ao ler a comunicação do Pe. Torrend, constata-se a relevância da abordagem, assim como se comprehende a justificativa e urgência de muitas das sugestões para minimizar questões conflitantes.

Ao comparar-se a síntese do projeto elaborado pelo Secretário de Agricultura, apresentada por Dr. Teodoro Sampaio, com relação às sugestões do Pe. Torrend, observa-se que o acolhimento, por parte do governo, foi total. Cabe destacar que, assim como ocorrera no período da monarquia em Portugal,

os membros da Companhia de Jesus, estabelecidos na Bahia, tinham muito prestígio no estado, ou seja, o governador Góis Calmon e familiares tinham posição de destaque nos eventos comemorativos do CAV e, em movimento de mão dupla, os jesuítas tinham muita influência junto aos representantes do governo.

Para complementar, cabe destacar que no período a Companhia contava além da simpatia do governador, com a presença de ex-alunos em funções de destaque no governo, como foi o caso de Anísio Teixeira, à época, Diretor de Instrução Pública, cargo similar ao de Secretário da Educação, que nesse período ainda encontrava-se muito ligado ao Colégio e com participação ativa, assim como o Dr. Teodoro Sampaio, nas reuniões da Congregação Mariana, ou seja, a uma das associações públicas da rede de leigos católicos fundada em 1563, na Itália, e que funcionava nas dependências do Colégio, que à época ainda funcionava na sede da Rua Coqueiro da Piedade e, referente a qual, disponibilizamos algumas fotos a seguir:

Foto 1: Vista frontal da sede Piedade



Fonte: Arquivo CAV.

Foto 2: Espaço da Congregação Mariana na sede Piedade



Fonte: Arquivo CAV.

Como exemplo dessa zona de interseção entre a Companhia de Jesus e o estado da Bahia, pode-se citar o projeto de desapropriação de residências localizadas em uma das quadras do Bairro da Piedade, em Salvador, na qual funcionava o Colégio à época do governo Góis Calmon e que, no período, já havia adquirido três das propriedades existentes na área, mas cujo projeto de ampliação das instalações encontrava-se limitado, pela falta de interesse de outros proprietários locais em comercializar suas residências. Em sendo assim, apoiados tanto pelo governador quanto pelo então jovem Anísio Teixeira, os jesuítas articulam-se para promover a desapropriação dos imóveis da quadra, mas o processo acabou sendo indeferido na Câmara Legislativa. No entanto, cabe destacar que a publicação do primeiro volume da obra titulada *Archivo Mariano Academico*, organizado pela Congregação Mariana Acadêmica, e cujo patrocínio foi requerido ao governo do estado, ao ser convertida em projeto, com memorial em anexo, e publicado no *Diário da Assembleia*, em 12 de julho de 1922, recebeu apoio dos membros da Assembleia e resultou em aprovação em discussão regimental, que foi sancionada pelo governador José Joaquim Seabra, antecessor de Góis Calmon, que previu recursos para a referida publicação na lei orçamentária de 1923.

No segundo volume desta mesma publicação, mas referente ao período de 1924 a 1927, um texto tecnocientífico, de autoria do Dr. Teodoro Sampaio,

no período diretor do Instituto Histórico Geográfico, titulado de *A proposito da Indianologia Toponymia do Brazil*, ladeia texto dos acadêmicos Thales de Azevedo¹³ e Otacilio Lopes, homenageando o ex-professor de ciências naturais Pe. Torrend. Ambos destacam as qualidades do Padre, como a sólida cultura geral e científica e que se desdobra em boas orientações de leituras para os alunos e comunidade.

De acordo com Azevedo (1927), Pe. Torrend foi o responsável pela criação da *Liga para Restauração dos Ideaes* e a *Liga das Bôas Leituras*, explicando que essas instituições tinham, respectivamente, as intenções de atender a “collegiaes, fundada para arrancar da futilidade as preocupações dos jovens, outra de senhoras, para diffundir a litteratura constructora de ideaes” (AZEVEDO, 1927, p. 470).

Sobre a relação de convivência entre ciências e religião estabelecida pelo Pe. Torrend, Thales de Azevedo, à época da publicação da homenagem presidente da CMA, acrescenta no texto:

Scientista e apostolo, prégador e mestre, o Padre Torrend revela um conjunto de qualidades que o fazem um desses typos inconfundiveis e salientes na esphera de suas actividades. Indubitavel que o P. Torrend ‘é antes de tudo um forte’. Forte na fé, primeiramente, porque parece que naquelle terra onde campeia a estatua gigantesca de Nossa Senhora de França, também, as almas são caldeadas como na Bretanha pela fé do bretão que o caracteriza; contudo não falta lhe auxilio vigoroso da theologia da philosophia e das predilectas sciencias naturaes. Crê na verdade com a espontaneidade e a despreocupação dos simples; mas comprehende e raciocina com a segurança de quem tem a seu favor o depoimento insuspeito da investigação scientifica. Notavel nas arraiaes da historia natural, afamado pelos seus apurados estudos sobre algas (myxomycetas), S. Revma. Cada dia cresce na fé e na religião, não vendo conflictos nem antagonismo entre os batalhadores do exercicio divino e os trabalhadores das officinas da sciencias. (AZEVEDO, 1927, p. 469-470).

Na referida homenagem, Thales de Azevedo faz referência à biblioteca do Pe. Torrend, ressaltando:

[...] centenas de livros e só vereis paginas de Hello, Rouzic, Eymieu, Marshal, Guibert e tantos outros. [...] vereis paginas desse scientismo sadio de Moreux, Surbled, que ensinam

13 Médico e ex-diretor e professor de Antropologia e Etnografia da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

a encontrar Deus em a natureza, a descobrir motivos de crer nas leis da physica, nos mysterios da astronomia e da biologia (AZEVEDO, 1927, p. 470-471).

Cabe lembrar, fato já registrado anteriormente, que apenas os pertences do Pe. Torrend foram recuperados totalmente, entre os de todos os outros jesuítas expulsos de Portugal que vieram para a Bahia. E entre estes pertences, os livros.

A partir dos autores citados por Thales de Azevedo, como integrantes da biblioteca do Pe. Torrend na alocação de homenagem feita ao Padre, em 1927, montamos o quadro que se segue, com títulos publicados por estes autores em anos anteriores ao da alocação.

Quadro 2: Publicações dos autores citados por Thales de Azevedo que integravam a biblioteca pessoal do Pe. Torrend

AUTOR	TITULO DA OBRA	LOCAL	ANO
HELLO, Ernest	L'Homme: La vie – La science –L'art, Prières et méditation inédites d'Ernest Hello Les plateaux de la balance	Paris	1899
		Paris	1911 1923
EYMIEU, Antonin	Le Naturalisme devant la science	Paris	1911
GUIBERT, J. et CHINCHOLE, L.	Les Origines: Questions d'apologétique	Paris	1923
MOREUX, Abbé Th.	Que deviendrons-nous après la mort?	Paris	1914
SURBLEED, Georges	La vie de jeune homme Le secret des sourciers Spiritisme devant la science	Paris	1900
		Paris	1903
		Paris	1904

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de informações de Fernando de Azevedo e listas de bibliotecas.

Nos títulos disponibilizados no quadro 2 encontramos alguns sobre ciências, mas de autores católicos. Portanto influenciados pelas orientações da Igreja.

Padre Torrend, além de publicar nos periódicos citados anteriormente, aparece em outros periódicos que materializam informações para outros ca-

nais de comunicação da época, como foi o caso da comunicação publicada na revista nº 51 do IGHB, sobre a excursão ao Rio Pardo. Outro exemplo disso são matérias que registram e divulgam ações das diversas missões científicas realizadas em diferentes estados da federação, dirigidas pelo Padre por solicitação de órgãos dos governos federal e estadual, como atesta foto que se segue.

Foto 3: Padre Camillo Torrend, durante uma de suas expedições de estudo



Fonte: Arquivo CAV.

Missões que podem ser comprovadas, também, através do recorte de uma publicação datada de 1939, sobre uma comissão científica que estava percorrendo uma região do interior do estado da Bahia cortada pelo Rio São Francisco e disponibilizada a seguir.

Foto 4: Pe. Torrend em estudos Botânicos no São Francisco

Abril, 1939

— 27 —

BAHIA
Tradicional e Moderna

Uma comissão científica percorre o Rio São Francisco

O GOVERNO BAHIANO PROMOVE O ESTUDO DAS RIQUEZAS NATURAIS E DAS POSSIBILIDADES INDUSTRIALIS DO GRANDE RIO

Com o objetivo de estudar científicamente as riquezas naturais e as possibilidades industriais do São Francisco, o governo da Bahia comissionou os naturalistas Padre Camillo Torrend, S. J., Dr. Alexandre Leal Costa e o agrônomo Renato de Paula. O fim principal dessa importante viagem de estudos foi procurar a chamada "papoula do S. Francisco", já em cultivo no sul do país, e cuja fibra substitue, com grandes vantagens, a juta indiana, empregada para sacaria.

No primeiro trecho de suas pesquisas, de Petrolina até Barra do Rio Grande, a comissão não encontrou a planta procurada, acreditando que essa inexistência seja devida aos terrenos eminentemente silicosos, o que constitui condição negativa para a "papoula do S. Francisco". A comissão acha que a referida planta se encontra acima da região percorrida: Estado de Minas e regiões bahianas circunvizinhas.

Foi feita, no entanto, importante descoberta: encontrou-se outra malvacea, vulgarmente conhecida por "cabeça de veado", pertencente ao gênero "Pavonia". Pela excelencia de sua fibra, esta planta é uma incalculável riqueza para a Bahia, uma vez que ela concorre, como a "papoula do S. Francisco", com enormes vantagens, sobre a juta indiana. Há ainda uma grande vantagem: as malvaceas, a que pertence a "cabeça de veado", não se putrefazem ao contato com a humidade, o que acontece com as amarilidaceas e bromeliáceas (piteira, caroá, etc.), devido a uma substancia albuminoide existente na bainha de suas fibras, necessitando de processos de tanagem, que diminuem a resistencia, para poderem ser utilizadas em tecidos de sacaria.

E' de acentuar-se que a referida planta ocupa vastíssimas áreas dos terrenos baixos, em ambas as margens do S. Francisco, e do seu afluente, o Rio Grande, o que representa uma inestimável riqueza em potencial para o Estado da Bahia.

MINAS O. Shugack

LEGENDA

XXX Cabeça de Veado

XXX Papoula do R. S. Francisco

Pela fotografia abaixo vê-se perfeitamente o grande comprimento da fibra da planta "cabeça de veado".

O padre Torrend procede a estudos botânicos em plena baixada do São Francisco.

Fonte: Bahia Tradicional e Moderna, 1939. Publicada pelo governo do estado da Bahia.

De acordo com Romeiras (2014), Pe. Torrend, assim como outros religiosos que viviam em Portugal, teve, durante o processo de expulsão, sua biblioteca especializada e coleção científica confiscada pelo governo português. Entretanto, segundo informação disponibilizada pelo próprio pesquisador, ele foi o único jesuíta a recuperar, em 1913, a totalidade dos seus pertences, após interferência da diplomacia francesa.

Em sendo assim, tais coleções, bem como outros materiais aportados de expedições realizadas em território brasileiro, deviam ser utilizadas como material de suporte nas aulas de botânica da disciplina Ciências Naturais, que lecionava no CAV, como na preparação e catalogação de exsicatas.

As fotos que seguem ilustram uma exposição organizada no CAV da sede do Bairro da Piedade, na qual podem ter sido utilizados exemplares da referida coleção e outros materiais coletadas por Pe. Torrend em terras brasileiras.

Foto 5: Exposição Ciências Naturais, período provável 1920-1930



Foto 6: Exsicata de Carambola



Foto 7: Exsicata de Pitanga



Foto 8: Exsicata de Ingá



Fonte: Arquivo CAV. Fotos da coleção de negativos in vitro.

Esses exemplares da coleção de plantas do Padre, e que ficou durante algum tempo sob a guarda do CAV, contava com numerosas espécies, algumas até mesmo desconhecidas, como a batizada com o seu nome, como foi o caso do fungo “*Torrendia pulchella*” (CONCEIÇÃO, 2014, s/p). Parte desse acervo foi transferido para o *Herbário Alexandre Leal Costa*, do Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), por mediação do professor Alexandre Leal Costa, um dos membros da comissão científica, que percorreu a região do Rio São Francisco sob a liderança do Padre, conforme publicação da revista *Bahia Tradicional e Moderna*, disponibilizada anteriormente, e do ex-aluno do cientista católico que, por este e outros feitos, enquanto docente do Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi homenageado com a escolha do seu nome de batismo para nomear o herbário da Instituição.

No memorial da biblioteca da atual sede do CAV, no Bairro do Garcia, em Salvador, há um único exemplar datilografado de um livro guia elaborado por Pe. Torrend e titulado de “*Flórula Bahiana*”, obra póstuma elaborada pela Comissão da História Inaciana da Bahia (COHIBA), referente ao tópico Arquivo Pe. Torrend. Nessa publicação, encontram-se listadas as plantas encontradas pelo Padre em suas viagens, com as características e localização das mesmas.

Pelo exposto, fica evidente que, ao ingressar para o quadro de docentes do CAV, o Pe. Torrend não só já aportava uma larga experiência didática, como também em investigação científica, pois, até 1914, já havia publicado, nos periódicos *Brotéria*, 19 artigos de um total de 39 artigos listados no quadro disponibilizado anteriormente, no qual apenas um não tinha data de publicação especificada.

Portanto, ao se estabelecer na Bahia, continua mantendo ativa a curiosidade investigativa de naturalista, o que resulta na publicação de muitos artigos, dos quais alguns ainda referentes a objetos de pesquisas que mantêm em curso desde o período que permaneceu em Portugal, e com etapas investigativas já publicadas anteriormente.

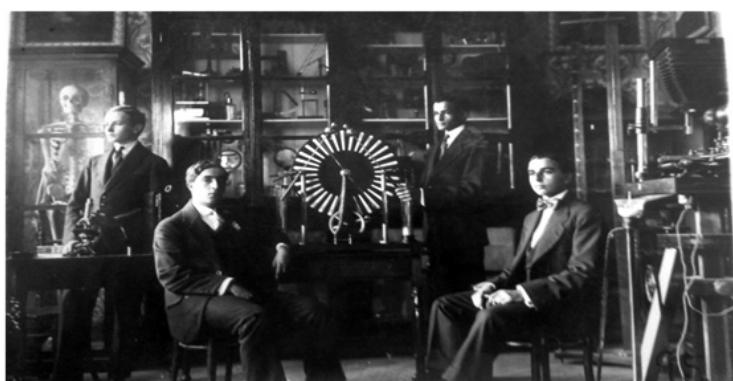
No CAV, no qual atuou como professor, sem se distanciar da função de pesquisador até 1953, ministrou as disciplinas de Apologética e Biologia. Cabe ressaltar que, desde a sede do Bairro da Piedade, o CAV já possuía Laboratórios de Química e de Ciências Naturais. E que, neste último, eram preparadas as ex-sicatas das coleções de plantas.

Foto 9: Laboratório de Química



Fonte: Arquivo CAV.

Foto 10: Laboratório de Ciências Naturais



Fonte: Arquivo CAV.

Alguns anos depois, o CAV mudou-se para uma nova sede no Garcia, e, entre os anos de 1932 a 1943, Pe. Torrend assumiu, de forma acumulativa, a reência das cátedras de Fitopatologia e Botânica, na Escola Agrícola da Bahia¹⁴.

A mudança dessa Instituição para a capital do estado possibilitou, ao Pe. Torrend, assumir duas disciplinas nessa Escola voltada para a tecnologia agrícola, sem comprometer sua atividade de docente no CAV. Constatam, desse período também, as funções assumidas pelo Padre de Conselheiro do Diretório Regional de Geografia e de Presidente da Sociedade Baiana de História.

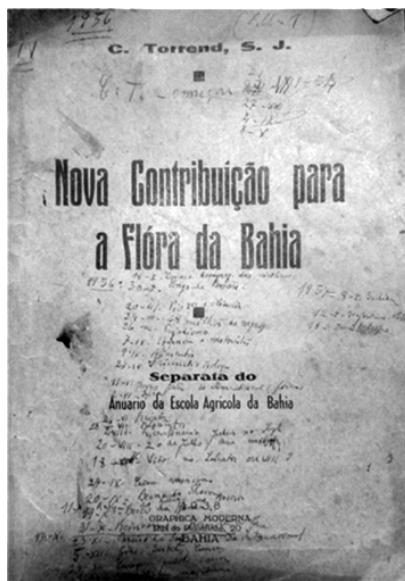
Foto 11: Escola Agrícola da Bahia



Fonte: Cartão postal, autor desconhecido e sem data.

¹⁴ Instituição restabelecida pela Lei Estadual nº 1.333, a partir de um assessoramento realizado por Pe. Torrend na região cacaueira do estado, no ano de 1919, e que pelo Decreto Estadual de nº 7.218, de 1931, é transferida para Salvador, sendo alojada, provisoriamente, nos pavilhões da Hospedaria dos Imigrantes, no Bairro de Monte Serrat.

Foto 12: Separata elaborada pelo Pe. Torrend



Fonte: Arquivo CAV.

Durante o longo tempo de docência e de pesquisa na Bahia, os artigos publicados, entre os anos de 1915 a 1958, revelam que as investigações continuavam centradas, predominantemente, nos fungos, mas Pe. Torrend, pelas experiências vivenciadas no estado, passou a se interessar em outras temáticas, como o babaçu, o cacau, adubos, eclipses, a espeleologia e a qualidade de água. Exemplo disso são os desdobramentos de suas excursões de estudos e que buscam contribuir, também, com a preservação da Gruta dos Brejões, situada em Morro do Chapéu, e a identificação das qualidades medicinais da água mineral de Dias D'Ávila.

No que se refere ao cacau, segundo Argôlo (2013), a concepção de um Centro de Pesquisas na Região Cacaueira é citada, pela primeira vez, quando da visita da primeira comissão técnica científica, conhecida como *Comissão Torrend*, criada pelo governo do estado da Bahia, à região cacaueira, em julho de 1918, com o objetivo de estudar as pragas que atacavam o cultivo do cacaueiro. O coordenador da missão foi o Padre Torrend.

O relatório final dessa *Comissão* trata, entre outros assuntos, das pragas do cacaueiro e seu controle, bem como da influência dos adubos, conforme destacamos a seguir: 1) A comissão constata a não utilização de adubos em parte nenhuma, mas faz referência a uma iniciativa de um fazendeiro de enterrar as

folhas caídas no chão e com isso, conseguiu colher mais do que nas árvores que não receberam este tratamento. “Se o terreno for exgotado por plantações precedentes, ou seja, pouco fértil, convirá adubá-lo, quer por adubos chimicos ou de curral quer pela adubação verde de falamos acima, isto é com plantação de leguminosas que depois se enterram entre as fileiras de cacauzeiros” (TORREND apud ARGÔLO, 2013, p. 20); 2) Faz referência a um tipo de sombreamento definitivo do cacauzeiro: “A escolha da Ingazeira e Molungú (*Erythrina* sp.) para árvore de sombra permanente, como acabamos de dizer, ajudam para o mesmo efeito, visto pertencerem à mesma família” (TORREND apud ARGÔLO, 2013 p. 21); 3) Faz referência, também, sobre a influência da altitude e das chuvas sobre o cultivo do cacauzeiro, entre outras recomendações.

A conclusão do referido relatório, adicionada na íntegra a seguir, é mais uma comprovação do pensar cientificamente e da sabedoria intelectual do Padre, bem como da relevante contribuição ao setor agrícola da Bahia.

[...] Ao terminar, não podemos deixar de apontar a necessidade para os fazendeiros, de mudar de rumo para o futuro. As condições actuaes da cultura do cacau já não são as que existiam, a 20 annos atraç. Hoje já não se encontra mais a matta virgem com o seu solo, fericíssimo, adubado por camadas multiseculares de humos vegetal, e formando um ambiente de humidade em volta das plantações novas. Essas condições extraordinarias que faziam produzir duas vezes mais que em qualquer outro Paiz productor de cacau sem outro trabalho que o de plantar, sem ordem nem principios scientificos, acabaram hoje para a zona de que fallamos. Se o fazendeiro quizer d'ora em deante prosperar, precisa de muito trabalho, muitos conhecimentos scientificos e muita industria. Não basta continuar a entregar as suas plantações a empregados rotineiros e ignorar sobre os principios elementares da Agricultura. Precisam elles proprios dirigir os trabalhos da sua fazenda, ou empregar mestres de cultura sacerdotes de seu officio. Em vez de fazer cultura extensiva de 50 a 80.000 pés de cacauzeiros mal tratados, e de rendimento inferior, devem antes de fazer cultura intensiva de pouco milhares de pés, porém bem tratados e de rendimento superior. Costuma-se, geralmente appellar para o Estado, culpar-o do atraço agrícola do Paiz e pedir-lhe subsídios a cada instante para promover o progresso da Agricultura. A nós parece ser puro engano culpar o Estado de todo atraço e desgraças nacionais. Este, afinal, não faz senão reflectir a mentalidade dos individuos. Haja iniciativa em cada um dos cidadãos e, necessariamente haverá também iniciativa da parte da collectividade que governa. Se, pelo contrario, existe falta de trabalho e iniciativa nos individuos, seria puro milagre que o governo sahido destes ultimos, tivesse

predicados que elles não têm. Ha, comtudo, uma medida que eu quizera ver tomada, pelos poderes publicos e que se afigura de alcance enorme para o desenvolvimento da Agricultura, e, portanto das forças mais vivas do Paiz. Seria a formação de numerosos mestres de cultura pratica na Escola Agricola. A meu ver os que se destinassem á cultura do cacau não haviam de obter o seu diploma de agronomo ou mestre de cultura sem passar alguns meses n'algum campo de experimentação da cultura do cacau e sem terem executado numerosos trabalhos praticos na zona cacauzeira. Só depois de informações fidedignas sobre o valor dos seus trabalhos e colhidas pelo Director da Escola se poderia conferir o diploma final. Agronomos assim formados, com aquella direcção pratica, encontrariam depressa collocação nas immensas plantações do Sul do Estado. A fundação de um campo de experiencias impõe-se quanto antes, não só para os alumnos da Escola Agricola fazerem ahi o seu estagio por alguns meses mas tambem para poder ser visitado e consultado pelos fazendeiros da zona cacauzeira, podendo elles assim, todas as vezes que lhe seja preciso, colher dados preciosos sobre as condições de prosperidade para uma plantação em determinadas circunstancias de altitude, terreno, humidade, etc. Julgamos tambem, que os poderes locaes poderiam muito utilmente gastar em estradas parte das avultadas rendas municipaes que lhes advém da producção cacauzeira. Geralmente as estradas estão em pessimo estado, e algumas novas melhores que podemos observar são quasi todas devidas á iniciativa de particulares. Entre estes benemeritos seja-nos licto citar, aqui, o Sr. Coronel Terencio Nunes Bahiense, que acaba de construir uma boa estrada de mais de uma legua, em Agua Prêta. Oxalá estas advertencias encontrem echo, tanto entre os homens que exercem cargos publicos como entre os fazendeiros, e redundem em fazer prosperar, cada vez mais, aquella zona encantadora e riquissima do Sul do Estado da Bahia. Foi este o unico fim que tivemos em vista do estudo presente e no desempenho da honrosa missão que o governo do Estado da Bahia nos confiou. Seja-nos licto ao terminar, patentear a nossa gratidão a todos aquelles que nos auxiliaram na ardua tarefa de que tomamos a responsabilidade. Alem da associação Commercial de Ilhéos merecem especial menção o Sr. Bispo da Diocese, D. Manoel de Paiva, que tão generosa e amavel hospitalidade franqueou ao Presidente da Comissão e o Superintendente da Estrada de Ferro de Ilhéos á Conquista. Dr. Frank Reginald Hull, que tão amavelmente poz á disposição da mesma Comissão o seu Gabinete de trabalhos, os seus instrumentos e a sua longa pratica de trabalhos microscopicos. Padre Camillo Torrend S. J. (TORREND, 1918 apud ARGÔLO, 2013, p. 21-22).

Quanto ao que se refere à Gruta de Brejões, cabe ressaltar que no local foi encontrado o fóssil de um megatério, mamífero extinto da família das preguiças. Portanto, é valiosa a contribuição do Padre Torrend, no sentido de mediar, junto ao Cel. Teotônio Dourado Filho, pessoa influente na região do município de Irecê, que tinha se deslocado à capital do estado para conseguir, com o então interventor federal, Ten. Juracy Magalhães, a construção de estradas que ligassem Irecê a Salvador, e a construção de acesso, também, à Gruta.

Em sendo assim, após tomar ciência da iniciativa do coronel, o Padre Torrend envia-lhe uma carta, na qual procura demonstrar a importância de defender a construção de mais um pequeno trecho de estrada, que permitisse visitas a esse espaço natural (DOURADO, 2011). Evidentemente, pelo que pode ser extraído do conjunto da obra deste professor-pesquisador, dentro de critérios ambientalmente sustentáveis.

A carta, que transcrevemos na íntegra abaixo, respeitando a ortografia da época, sinaliza essas evidências:

“Collegio Antonio Vieira, aos 10 de Setembro de 1932

Prezado amigo Cel. Theotonio Dourado Filho

Com grande prazer soube que o meu amigo está empenhado em sulcar o município de Morro do Chapéu com estradas de rodagem, uma delas para Chic-Chic e o São Francisco, e a outra para a zona diamantina, Lençóis e Andarahy. Assim, devido especialmente a seus esforços e a sábia coadjuvação do governo atual, pode-se atingir a Barra do São Francisco em dois dias e meio. Tomo porém a liberdade de lembrar a meu bom amigo que nos seus traçados de estradas novas não deve esquecer a Gruta dos Brejões nas margens da Vereda Romão Gramacho, mais conhecida com o nome de rio Jacaré. Com efeito tenho a impressão que seria um grande erro se, ao traçar essas estradas, não se pensasse em tornar accessível aos turistas bahianos, brasileiros e estrangeiros uma das maiores maravilhas em Speleologia do mundo inteiro. Sem dúvida existem grutas innumeras na velha Europa ou nos Estados Unidos mais extensas que a Gruta dos Brejões, por exemplo a Mammoth Cave com 112 kilometros de comprimento. A própria gruta de Mangueira, em Ituassu, conforme ouvi contar, pois não a conheço de vista, tem uma extensão de cerca de uma légua. Existem outras grutas mais abundantes em águas subterrâneas como as da Terra Ronca e do rio Angélica em Goyaz, visitadas por nós; outras, na Europa com lagos interiores, barcos, electricidade e todo o conforto para passeios e distrações variadas, mas nenhuma que eu

saiba, é tão imponente pela entrada, e pelos salões gigantescos de dentro, sem falar nos rendilhados de suas estalactites e estalagmitas que tomam os feitios mais bizarros, de balaustradas, mesas redondas, tremias ocaas em forma de enormes tinas photographicas, etc. Etc. Logo que houver facilidade de acesso estou certo que muitos amantes da Natureza irão admirar aquellas maravilhas, e os desfiladeiros das serras adjacentes, talhados na rocha calcárea, nos tempos idos, fins da era terciária ou princípios da quaternária, pelo rio Jacaré, [...] Julgo que de Mucambo até Brejões o próprio leito antigo do rio poderia servir de estrada, numa extensão de mais de uma légoa, estrada alias que seria extremamente pittoresca, não só por ter sido cavada pela natureza, mas ainda mais pela beleza peregrina das columnas de erosão, restos da rocha calcárea, que lhe servem de parapeito. Allias Mucambo é interessante por muitos motivos. Em primeiro logar por que ahi termina a gruta, e uma série de grutas derivadas da principal, por onde jorravam as águas depois de seu percurso subterrâneo; em segundo logar por que ainda hoje ahi brota outra vez à luz o actual rio Jacaré, perdido num sumidoiro na entrada da gruta, embora reduzido a proporções minúsculas em comparação das correntes formidáveis que nas eras longínquas brocaram a serra calcárea por uma extensão de legoa e meia; enfim é também em Mucambo que se offerecem os documentos mais insophismáveis que conhecemos sobre as bandeiras do famoso Robério Dias, pois numa pequena gruta do lado opposto à saída da grande gruta, se encontram numerosas inscrições dos bandeirantes portuguezes, e entre ellas as iniciais bem viziveis do seu chefe mais famoso, ROB. D. Aliás, a 4 légoas do Morro do Chapéo, como o meu amigo sabe melhor do que eu, se encontra o logar, ainda hoje chamado Izabel Dias, nome da irmã de Roberio Dias, com numerosas inscrições e monogramas de Belchior e Roberio Dias, que seu saudoso filho, Dr. Ottacilio, e meu discípulo no collégio Antonio Vieira, tinha cuidadosamente copiado. Tudo isso parece indicar que Roberio Dias, a sua irmã Izabel e seu pae Belchior moraram naquellas grutas solitárias ou faziam dellas o centro preferido de suas excursões, sem contudo, terem notícia da entrada da gruta dos Brejões, pois uma extensa matta virgem lhe tapava a entrada. Creia-me sempre seu dedicado amigo – PADRE CAMILLE TORREND, s. j.” (TORREND, 1932).

Outra iniciativa importante do Pe. Torrend e que cabe ser mencionada, é o fato de doze anos depois de escrita a carta ao Cel. Theotonio Dourado Filho, na década de 40 do século XX, após a promulgação da Lei nº 2150/28, a antiga *Feira Velha de Capuame* passou a ser denominada de Dias D'Ávila, por iniciati-

va do historiador Dr. Francisco Borges de Barros, como forma de homenagear seu fundador, Francisco Dias D'Ávila, sendo reconhecida como estância de água mineral. Nesse ínterim, por ser conhecido na região pelos estudos botânicos desenvolvidos, Pe. Torrend tinha acesso a documentos antigos sobre a origem do povoado e a pesquisas desenvolvidas por outros pesquisadores no local. Tal acesso, muito possivelmente, contribuiu para que o Padre tomasse a iniciativa de coletar amostras da água e da lama do Rio Imbassai, e as mandasse para análise em laboratórios franceses. Por sua vez, os franceses, segundo publicações da época, atestaram que aquelas águas eram comparáveis a das melhores estâncias europeias. A análise revelou que a água de D'Ávila tinha qualidades terapêuticas poderosas e, mais ainda, a lama possuía propriedades medicinais indicadas, principalmente, para doenças de pele. Como reconhecimento, a cidade o homenageou, dando o seu nome a uma escola municipal de Ensino Fundamental.

Pe. Torrend também se envolvia com eventos culturais, como o que organizou, em 1940, na Biblioteca Pública da Bahia e, simultaneamente, no Salão Conde dos Arcos, junto com representantes do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, a Sociedade Baiana de História Natural, a Escola Agrícola da Bahia e a Faculdade de Medicina, para comemorar os cem anos de publicação da *Flora Brasilienses*.

Essa publicação é importantíssima por ser um dos primeiros registros da flora brasileira e resultante de pesquisa desenvolvida pelo médico alemão, botânico e antropólogo, Karl Friedrich Philipp von Martius, que, na companhia de outros cientistas, como Johann Baptist von Spix, esteve no Brasil durante o período de 1817 e 1820, na missão austríaca que chegou ao Brasil na esquadra que trouxe a arquiduquesa Maria Leopoldina de Áustria para se casar com D. Pedro I.

Junto com outros cientistas, von Martius passou cerca de dez meses no norte do território brasileiro, tendo percorrido cerca de dez mil quilômetros para recolher os elementos que serviram de base para os estudos que originaram a obra e que retrata a flora brasileira. Essa pesquisa é considerada, por alguns estudiosos, como a de maior amplitude realizada no período colonial do Brasil, pois remete a questões de etnografia, folclóricas e de linguística.

A comemoração contou com conferências públicas, círculo de estudos de botânica e exposição no Salão Conde dos Arcos, de plantas vivas, livros, documentos e manuscritos do naturalista alemão. Tal evento incluiu palestras de várias personalidades, entre elas a de Pe. Camilo Torrend e de Alexandre Leal Costa, que, como já referido anteriormente, foi o ex-aluno de Pe. Torrend que dá

nome ao herbário do Instituto de Biologia da UFBA e que guarda a coleção do Padre.

Ainda sobre o Pe. Torrend, acrescentamos depoimentos de mais um dos ex-alunos do Colégio, ou seja, o do professor Edivaldo Boaventura¹⁵, que faz a seguinte afirmação: “o Pe. Torrend tinha ideias muito avançadas para época” (BOAVENTURA apud OLIVEIRA; COUTO, 2011, p. 178). Refere-se Dr. Edivaldo à preocupação do mestre com a ampla formação escolar, religiosa e humanista dos alunos do colégio. Esse ex-aluno do Pe. Torrend, no mesmo depoimento, ressalta a diferenciada direção do Padre no Pensionato Acadêmico, inaugurado em 1939 e funcionando em região central da cidade, nomeada de *Corredor da Vitória*, dizendo: “Morei no Pensionato de 1952 a 1957, quando já estudava Direito”. (BOAVENTURA apud OLIVEIRA; COUTO, 2011, p. 182).

Conforme Dr. Edivaldo, só viviam nesse pensionato membros ligados à Congregação Mariana de São Luiz. A este era facultado algumas atividades religiosas, como *Retiros* e palestras sobre temas diversos (BOAVENTURA apud OLIVEIRA; COUTO, 2011). As palestras eram abertas a um público maior, nas quais participavam, além dos pensionistas, estudantes de instituições de ensino superior, abordando variados temas científicos referentes às pesquisas mais atuais àquela época (BULCÃO, 1977 apud OLIVEIRA; COUTO, 2011).

Considerações finais

Ao visitarmos a trajetória de vida do Pe. Camille Torrend, SJ e localizarmos algumas das ações que desenvolveu no período em que viveu na Bahia, torna-se quase imprescindível estabelecer correlações com questões postas na atualidade brasileira. Questões como desmatamento e reservas indígenas estão na contramão do que defendia este proeminente professor-pesquisador. Entretanto, concentrarmos nossa análise em uma outra e importante questão muito desprestigiada nos dias de hoje no Brasil, ou seja, a formação de homens com espírito científico.

O naturalista aporta, no seu currículo, uma extensa lista de pesquisas encampadas, com resultados publicados. É referenciado por muitos de seus ex-alunos por este feito, mas, principalmente, pelo que aprenderam com o pesquisador Padre, com quem tiveram aulas das disciplinas Biologia e Apologética.

¹⁵ Graduado em Direito e Ciências Sociais, foi professor do Departamento de Educação da UFBA; reitor da UNEB e Secretário de Educação do estado da Bahia.

Esta última, de base teológica, mediante argumentos, defende que a fé pode ser comprovada pela razão. Em discurso no CAV, o ex-aluno Anísio Teixeira, então, Diretor de Instrução Pública do Estado, diz:

[...] Passado certo furôr de atheismo sectário, que dominou por espaço de meio século a vida intelectual do mundo, a inteligência voltou á tolerância razoável de quem não poude concluir definitivamente. Hoje, pode se dizer que existem dous modos de ser da inteligência perante o incognoscível. Ou a adhesão plena aos dogmas da fé, ou a adhesão condicional aos dogmas da ciência... E nessa condicional está o respeito que merecem, hoje, as verdades da fé e a incerteza que há de sempre pairar sobre aquelles dogmas da sciencia... [...] (TEIXEIRA, 1924, p. 1).

Tais palavras refletem ideias do Pe. Torrend, mas, também, as de um jovem aluno, que formado em ambiente científico, pautaria sua prática profissional no diálogo entre ciências e humanidades.

Em 16 de fevereiro de 2017, foi sancionada a Lei nº 13.415, conhecida como *Nova Lei do Ensino Médio Brasileiro* (BRASIL, 2017). Essa Lei não incluiu ciências no eixo obrigatório do currículo, postergando, para os governos estaduais e/ou exclusivamente para os jovens educandos e seus familiares, muitas vezes ainda sem formação adequada, a decisão sobre a escolha de incluí-la ou não, na parte flexível do currículo. Flexibilidade importante e interessante proposta na nova orientação do Ensino Médio, mas que, na realidade atual brasileira, poderá distanciar, ainda mais, as novas gerações das ciências.

Cabe lembrar que o país não necessita unicamente de usuários dos resultados das pesquisas científicas, materializados em produtos que envolvem velhas e novas tecnologias. Necessita de produtores de ciências e de tecnologias que possibilitem soluções para problemas nacionais e que agreguem valor aos nossos produtos regionais exportados, entre tantos outros desdobramentos que podem se materializar nas mais diversas áreas. Necessita, também, de estudos sociais, urbanos e rurais, entre outros. Necessita de críticos sobre o conteúdo e limites éticos das ciências e dos oriundos de políticas de inovação em curso ou que, por ventura, venham a ser implantadas no território nacional. Portanto, um conhecimento de base na área de ciências é de grande relevância e, cabe lembrar, deveria estar sempre associado e em consonância com a formação em valores. Para que isto ocorra, entretanto, é necessário ter contato com conhecimentos e ferramentas do campo das ciências e suas interfaces, ou seja, o núcleo comum tem que garantir o acesso do educando a conhecimentos de base em algumas áreas das ciências, suas histórias e metodologias de pesquisa.

Referências

ARGÔLO, R. C. *Histórias do Cacau*. Ilhéus: Centro de Pesquisas - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, 2013.

AZEVEDO, T. de. Ao R. P. Camillo Torrend, S. J. In: *Archivo Mariano Academico* (1924 a 1927), Congregação Mariana Acadêmica, Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1927.

BAHIA. Uma Comissão Científica Percorre o Rio São Francisco. *Rev. Bahia Tradicional e Moderna*. Publicação da Diretoria de Cultura e Divulgação do Estado da Bahia, p. 27, abril, 1939.

BRASIL. *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 10 de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 12 nov. 2019.

CONCEIÇÃO, Emile. UFBA preserva coleção de plantas coletadas no início do século XIX. *Agência de Notícias Ciência e Cultura da UFBA*. 14 de outubro de 2014. Disponível em: <http://www.cienciaecultura.ufba.br/agenciadenoticias/noticias/ufba-preserva-colecao-de-plantas-coletadas-no-inicio-do-seculo-xix/>. Acesso em: 12 nov. 2019.

DOURADO, João. *A gigantesca e monumental Gruta dos Brejões que o naturalista padre Camilo Torrend classificou como “uma das maravilhas do mundo”*. 2011. Disponível em: <http://museugeologicodabahia.blogspot.com/2011/01/terremotos-em-joao-dourado.html>. Acesso em: 12 nov. 2019.

OLIVEIRA, Waldir Freitas; COUTO, Edilece Souza. *Colégio Antônio Vieira, 1911- 2011: vidas e histórias de uma missão jesuítica*. Salvador: EDUFBA, 2011.

ROMEIRAS, Francisco Malta. *Das Ciências Naturais à Genética: A divulgação científica na revista Brotéria (1902-2002) e o ensino científico na Companhia de Jesus nos séculos XIX-XX em Portugal*. Tese Doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2014.

SAMPAIO, Theodoro. Excursão ao Rio Pardo (Bahia). *Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia*. Salvador: IGHB, v.51, p. 93-108, 1925.

TEIXEIRA, Anísio. Discurso. 1924. Festa dos Antigos Alumnos do Colégio Antonio Vieira. *Diário Oficial da Bahia* - 2 de dezembro de 1924.

TORREND, C. *Carta do padre Camillo Torrend escrita em 1932 pedindo uma estrada à Gruta dos Brejões*. 10 de Setembro de 1932. Disponível em: <http://morroonline.blogspot.com/2011/06/carta-do-padre-camilo-torrend-escrita.html>. Acesso em: 10 out. 2019.

CAPÍTULO III

Carlos Zimmermann: nas águas frias dos mares e nos rios de água doce, o estudo científico de um jesuíta exilado no Brasil sobre as diatomáceas

Carlos Ângelo de Meneses Sousa

Aparecida Valéria Salviano de Souza

As águas se constituem um dos elementos da natureza de grande simbolismo e, na tradição bíblica, no Velho Testamento, ela é uma bênção, e o próprio Deus é comparado à chuva em diversas estações em várias passagens, e, no Novo Testamento, se chega ao simbolismo da vida espiritual na passagem do Evangelho joanino, na qual Jesus Cristo, o Messias, diz: “Aquele que beber da água que eu lhe darei não terá mais sede [...] A água que eu lhe darei se tornará nele fonte de água a jorrar em vida eterna” (Jo 4,4). Daí, podem surgir fontes de água viva, pois o coração do sábio é como um poço, uma fonte de água em meio ao deserto.

Também o poeta Fernando Pessoa nos evoca um rico e forte simbolismo das águas salgadas do mar ao declamar: “Ó mar salgado, quanto do teu sal são lágrimas de Portugal!”. Foi das terras lusitanas que inúmeras naus singraram os oceanos em busca de aventuras e alastramento do império português, deixando para trás olhos banhados de lágrimas e, por que não dizer, também, a brilhar com as possibilidades da salvação das almas, do encontro reluzente do ouro e das pedras preciosas no além-mar. Continua o poeta: “quem quer passar além do bojador, tem que passar além da dor”, isto é, tem que ultrapassar o mais temido, enfrentar o medo, deve robustecer a coragem. Indaga o poeta: “Valeu a

pena? Tudo vale a pena se a alma não é pequena" (PESSOA, 2010, p. 66).

Este capítulo versa sobre um religioso, o Padre naturalista jesuíta Carlos Zimmermann, alemão de nascimento, mas membro da Província Portuguesa da Companhia de Jesus desde a sua formação inicial, desenvolvendo ao longo de sua vida estudos diversos sobre as ciências, notadamente na área da botânica, em Portugal e no Brasil, quando de sua vinda, enquanto exilado, na segunda década do século XX.

Zimmermann fez parte do grupo de professores jesuítas dos Colégios de São Fiel e Campolide, em Portugal antes do exílio e, depois, do Colégio Antônio Vieira, em Salvador, no Brasil, que buscava um entrelaçamento de interesse entre a investigação científica com o desenvolvimento pedagógico do ensino experimental das ciências, razão pela qual o escolhemos para este trabalho. Aqui no Brasil, o estudo sobre a presença dos jesuítas da Província Lusitana exilados no início do século XX na Região Nordeste tem andamento recente, é da segunda década do século XX (SOUZA; CAVALCANTE, 2016). Todavia, mais especificamente sobre a contribuição dos naturalistas jesuítas da referida província aqui no Brasil, são escassas as produções e, nesse sentido, queremos dar uma contribuição, a partir de nossa pesquisa vinculada à Cátedra Unesco de Juventude, Educação e Sociedade, ao Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Católica de Brasília.

O trabalho de pesquisa que estamos empreendendo sobre o segundo retorno dos jesuítas portugueses ao Brasil, principiado em 2011 com vários frutos acadêmicos (SOUZA, 2012, 2016; SOUSA; JESUS, 2013, 2014; SOUSA; CAVALCANTE, 2016), teve novos desdobramentos em pesquisa recente, iniciada em 2018, intitulada "Trajetórias de intelectuais e instituições educativas em suas interfaces com a ciência, religião e política". Visamos estudar as trajetórias de intelectuais que estiveram ligados a alguma ação educativa de ordens ou institutos religiosos ou as próprias instituições, evidenciando suas interfaces com a ciência, a religião e a política, e que têm, nessa coletânea e trabalho, um de seus frutos. Indubitavelmente, os jesuítas, como homens de fé e de ciência, não poderiam deixar de ser contemplados na pesquisa.

Assim, a escolha por recuperar a memória histórica da presença de Carlos Zimmermann na história da educação dos dois países se dá, entre outros motivos, por ter sido ele, juntamente com outros naturalistas jesuítas que atuaram no Nordeste de nosso país, a demonstrar uma preocupação de divulgação da ciência e um desvelo com seu ensino e a intencionalidade pedagógica, expressa em diversas produções, como se verá ao longo deste trabalho.

Para ilustração, segue uma foto do referido religioso.

Foto 1: Pe. Carlos Zimmermann, SJ (1871-1950)



Fonte: Arquivo Português da Companhia de Jesus.

Dos contextos da saída de Portugal e vindas ao Brasil

Para contextualizar o presente estudo, é importante retomar os primórdios da Companhia de Jesus, que, a grosso modo, pode ser assim sintetizado: teve como principal fundador, Inácio de Loyola, no ano de 1534. Seu objetivo era levar a fé católica aos confins do mundo e barrar a expansão da Reforma Protestante, ainda que não tenha inicialmente se centrado, enquanto intencionalidade primeira, no combate à Reforma Protestante. É o que atesta Wright (2005, p. 33), ao asseverar que Loyola e os seus primeiros companheiros “não estavam especialmente interessados em liderar a carga da Contra-Reforma”, pois tinham uma outra perspectiva de leitura do tempo histórico em que estavam passando, e “não viam as convulsões das duas últimas décadas em termos estritamente doutrinais, mas antes como um sintoma de mal-estar espiritual e crise moral generalizados”. Eles possuíam

uma experiência espiritual e almejavam difundi-la. Ainda, conforme o mesmo autor “a espiritualidade que tinham desposado não era encarada como uma reação de artilharia contra a heresia protestante; estava firmemente enraizada na tradição medieval da *devotio moderna*” (WRIGHT, 2005, p. 33).

As origens da Companhia de Jesus e a Coroa portuguesa estão entrelaçadas, tendo sido a segunda, especialmente, uma das grandes promotoras das missões católicas no vasto império português nas Américas e no Oriente que deram notoriedade à Companhia de Jesus na Igreja Católica e na Europa da época.

Os jesuítas desenvolveram escolas e internatos em diversas partes do mundo, como na Índia, China, no Japão, em Moçambique e no Brasil, desde a sua fundação e nos séculos subsequentes. Nesses locais, os padres e irmãos da Companhia ensinavam a língua portuguesa, os costumes europeus e a religião católica.

A Companhia de Jesus fora marcada pelo entrelaçamento entre fé e razão desde sua origem. Suas ações eram planejadas e “calcadas na racionalidade filosófica e científica” (SOUZA, 2016, p. 287), com a intenção de desbravar novos territórios, em nome da fé. A intenção dos inacianos era lutar em prol da defesa e da divulgação da fé católica. A educação escolar não era projeto prioritário, mas, devido às circunstâncias históricas e políticas, os inacianos ocuparam o espaço educativo escolar, fundando colégios por todos os lugares em que realizavam sua missão.

Com o passar dos séculos, os jesuítas resistiram aos períodos de conflitos políticos e expulsões, como em 1759 e 1834, do domínio português. De acordo com Romeiras (2017), após a segunda expulsão, a Companhia de Jesus foi restabelecida em Portugal no ano de 1858, ainda que informalmente, até 1910. Nesse período, os jesuítas dedicaram-se ao ensino da Física, da Zoologia e da Botânica, no Colégio de Campolide e no Colégio de São Fiel, ambos em Portugal.

No entanto, nos últimos vinte anos do século XIX, repercutiam os sinais da Revolução Republicana em Portugal. O clima era de instabilidade política, e, em outubro de 1910, o processo se consolidou: Portugal passa de Monarquia a República. Os jesuítas foram perseguidos, seus colégios foram invadidos e seus livros e instrumentos científicos foram saqueados e confiscados, muitos deles inutilizados. Temendo por ocorrências de maior gravidade, um grupo de quinze jesuítas dirigiu-se à estação de trens de Campolide, deixando os seus bens para trás (ROMEIRAS, 2017). Era preciso procurar asilo em outros lugares. Assim, os inacianos se exilaram em países da Europa e também no Brasil. Vale destacar que houve pedidos para receber os exilados em várias partes do mundo:

CHOVEM PEDIDOS DE TODO O MUNDO: Brasil. – Podem ir todos os padres que for possível mandar. É o R. P. Provincial quem o diz. E oferece também em Itália duas casas inteiras: uma em Albano, ao pé de Roma (casa de campo); outra em Poppi, ao pé de Florença. São casas grandes e podem acomodar toda a gente nova. Além disso podem distribuir-se vários pelas casas da província. (BROTÉRIA, 2010, p. 122).

Entre os jesuítas exilados no Brasil, estava Carlos Zimmermann, sobre o qual conheceremos um pouco da história, na sequência.

Carlos Zimmermann em Portugal

Segundo referências de Romeiras (2015a), baseadas no Arquivo Português da Companhia de Jesus, Zimmermann nasceu em 28 de março de 1871, na Alemanha. Ingressou na Companhia de Jesus em 7 de setembro de 1890. A partir de 1895, lecionou no Colégio de São Fiel as disciplinas de Física, Química, Música, Latim, História, Geografia e Alemão.

Com conhecimentos tão diversos, em 1902, Carlos Zimmermann, juntamente com outros jesuítas, Joaquim da Silva Tavares e Cândido Mendes, lançaram uma revista nominada de Brotéria. A origem do nome é uma homenagem a Félix de Avelar Brotero, naturalista português, que viveu no período de 1744 a 1829. A princípio, a revista tratava de botânica e zoologia, mas, em 1907, incluiu a vulgarização científica.

De acordo com Germano (2011), embora envolto em uma conotação pejorativa, o conceito de vulgarização foi muito utilizado, também no Brasil, durante o século XIX e início do século XX. As primeiras publicações, com o objetivo de divulgar informações, acontecem com a chegada da Corte portuguesa nas terras brasileiras, quando, conforme Schultz (2008), foi instituída uma imprensa real, novas academias reais, uma escola de medicina e a biblioteca real.

A Revista Brotéria Científica teve um papel de destaque no cenário português e internacional, dada a sua devida importância, conforme Romeiras (2015b), entre os anos de 1902 e 2002, foram publicados nas suas edições de Ciências Naturais, Zoologia, Botânica e Genética, 1.279 artigos científicos sobre botânica, zoologia, bioquímica e genética molecular. Além do que, foram descritas 1.327 novas espécies zoológicas e 887 novas espécies botânicas.

Estes números são impressionantes no panorama das publicações científicas portuguesas, como se percebe pela compara-

ção directa com os dados relativos à revista *O Instituto* (1851-1982), que pela sua longevidade tem sido geralmente considerada a revista científica mais relevante alguma vez publicada em Portugal. Entre 1851 e 1982, *O Instituto* editou 141 volumes onde se publicaram 660 artigos científicos o que, apesar de ser um número significativo, representa apenas cerca de metade dos artigos escritos para a *Brotéria*. (ROMEIRAS, 2015b).

Além da participação na Revista *Brotéria*, Zimmermann também fez parte de um grupo de sete naturalistas que fundaram a Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, e foi membro da Real Sociedade de Microscopia de Londres. Sua área de maior interesse na investigação científica era a das diatomáceas, organismos unicelulares, sobre as quais trataremos mais adiante. No período de 1902 e 1919, publicou 29 artigos na *Brotéria*, sendo a maioria sobre as diatomáceas, identificando e caracterizando 51 novas espécies em Portugal, no Brasil, e nas Ilhas da Madeira e de Porto Santo (ROMEIRAS, 2014). Zimmermann também publicou artigos sobre “Microscopia Vegetal” na Revista *Brotéria*. Chama atenção, nos referidos artigos, a descrição minuciosa sobre regras experimentais para a preparação microscópica vegetal, demonstrando a importância de se relacionar a teoria com a prática. Para exemplificar, segue um trecho de um artigo, no qual detalha procedimentos diversos sobre as práticas do microscopista:

Regras e Observações praticas para o Microscopista

Laboratorio. Para laboratório micrographico deve-se escolher um quarto bem illuminado que não receba luz reflectida de qualquer parede branca fronteira á janella. Sendo facil, melhor será que a janella dê para o norte, afim de evitar a luz directa do sol. Nelle deve reinar perfeita limpeza: a poeira é inimiga do microscopista. Por isso, em logar de varrer o chão com uma vassoura ordinaria, é preferível o uso de um panno molhado, para impedir que se levante o pó. A mesa de trabalho deve ser solida, estável e não envernizada ou polida, para evitar reflexos. Colloca-se directamente em frente da janella.

Microscopio. Embora cada microscopio tenha uma caixa apropriada para o guardar, com tudo melhor é deixa-lo sempre armado em cima da mesa, coberto com uma campanula de vidro, que assente em panno. D'este modo fica melhor resguardado da poeira do que na caixa. Não tendo campanula, então é conveniente metter a caixa com o microscopio num sacco de linho. No fim de cada observação é mister limpar o microscopio com todo o esmero. Para isso serve um lenço branco póido. A camurça póde riscar o verniz metallico. Os parafusos do microsc-

copio devem, de tempos a tempos, limpar-se com benzina, e depois lubrificar-se com óleo muito fino e sem acidez alguma. (ZIMMERMANN, 1905, p. 147).

Os Colégios de Campolide e São Fiel, em especial, destacaram-se por possuir espaços próprios para as aulas e experimentos científicos, com laboratórios bem equipados e modernos para a época. A figura 1 exemplifica tal fato, objeto de descrição da produção de Zimmermann anteriormente apresentada sobre o microscopista.

Figura 1 - Microscópio Zeiss utilizado no Colégio São Fiel



Fonte: Zimmermann (1902).

Carlos Zimmermann e a chegada ao Brasil

O jesuíta chegou ao Brasil em 1911, como exilado da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, para compor o quadro de professores do recém funda-

do Colégio Antônio Vieira, em Salvador. Em uma de suas cartas, Zimmerman assim descreve a viagem ao Brasil e suas primeiras impressões, conforme se constata na missiva datada de 1911 “a um dos nossos”, modo peculiar de tratamento entre os membros da Irmandade inaciana, encontrada na publicação de 1920 das Cartas Edificantes da Província de Portugal da Companhia de Jesus:

Externato “Antonio Vieira” (Rua do Sodré, 43), 14 de Abril de 1911

P.C.

Meu caro amigo

A viagem até ao Brasil não podia ser melhor. Com mar sempre calmo e tempo esplendido, chegamos á Bahia no dia 12 de Março, onde nos estavam esperando numa barca os PP. Balazeiro e Foulquier.

Temos aqui uma Residencia e um Externato. A Residencia está esplendidamente situada, e tem uma egrejarazoavel. Chama-se “Santo Antonio da Barra”. O Collegio fica no meio da cidade. Não é mau, porém não serve nem para externato grande, nem para internato.

Temos de tratar de outro edificio, mas falta o principal: o dinheiro.

Os Padres da Residencia estão cheios de trabalho. Os PP. Castello, Sallustio e Cunha, prégaram a Quaresma, na cidade, com muito agrado. O P. Cunha já tem uma catechese de 100 crianças. [...] Bahia é uma cidade velha, como se sabe, e estende-se uns 15 kilometros ao longo da bahia de S. Salvador. O panorama da cidade vista do mar, é encantador; assim o fosse tambem o interior. As ruas são estreitas e tortuosas, e a limpeza deixa muito a desejar.

Estamos já no inverno, ou, melhor, na estação chuvosa. A temperatura, porém, é tal, que a gente sua de dia e noite. O thermometro marca ainda minimum 23 graus. Que será no verão! Não tenham, porém, medo de vir para cá, pois o clima da Bahia é conhecido como um dos melhores do Brazil. A população que é de 300:000, segundo outros 400:000, é de todas as cōres, desde o branco até ao negro mais intenso. A gente é boa e pacífica, porém indolente. A culpa d'este facto tem-na o clima, e a extrema fertilidade do solo. A terra sem trabalho dá pra comer.

A nossa antiga egreja é actualmente cathedral, e o nosso Collegio faculdade de medicina.

Ha ao todo 83 egrejas na Bahia.

O sacerdote é muito respeitado, e ninguem se lembra de o insultar. O preto chama ao sacerdote, ordinariamente, "Padre Mestré".

O consul allemão, a quem visitei ha alguns dias, disse-me que na cidade haverá como 260 allemães. Ha tambem bastante ingleses e franceses. Os portugueses residentes aqui são quasi todos monarchicos.

No Brazil todas as coisas são estremamente caras; portanto, os que vierem para cá venham bem fornecidos de tudo. Os vestidos devem ser leves; de outra maneira tornam-se insupportaveis. Ha aqui fructas em grande abundancia e de todas as qualidades: laranjas, abacates, bananas, ananazes, mangas, fructa de pão, pinhas, etc, etc.

No domingo de Ramos fui substituir o parocho na ilha de Itaparica. Esta ilha, situada na Bahia, tem cinco leguas de comprimento e cinco de largura. Fiz uma benção dos ramos e baptizei duas creanças, das quaes uma morreu cinco minutos depois do baptismo.

O vapor leva perto de duas horas a lá chegar; pôde, pois, fazer ideia do tamanho da mesma Bahia. De V. Rev servo em Christo P. Carlos Zimmermann, S. J.

(ZIMMERMANN, 1911 – 1928 (publicação), p. 21-22).

Em alguns trechos da carta, podemos perceber aspectos próprios de estranhamento, por pertencer a outra cultura e estar acostumado com o clima europeu de Portugal, pois tece recorrentemente a temática do clima como estranhamento e incômodo, além de outros aspectos comuns à época, a partir de perspectivas eurocêntricas de que "gente é boa e pacífica, porém indolente". O contato com o Brasil profundo fará muitos dos jesuítas que chegaram à Bahia reverem essa generalização indevida, especialmente quando adentram nos sertões e percebem na convivência que "O sertanejo é antes de tudo um forte", como Euclides da Cunha (1995) escreveu em "Os Sertões", e também experenciou uma mudança de olhar.

Importa destacar, também, a condição de exilados dos jesuítas que, sem

nada de seus bens materiais, tiveram que iniciar a materialidade de sua missão sem o básico para o momento, recursos financeiros para iniciar qualquer empreendimento, especialmente um colégio.

Devido a essa situação, a história da fundação do Colégio Antônio Vieira se estendeu por alguns anos e diferentes localidades na cidade de Salvador, pois, gradativamente, os padres e irmãos jesuítas tiveram que ir adequando as condições físicas da escola às suas condições financeiras de expansão. Todavia, registra-se que o reconhecimento da qualidade da educação e a procura pelo colégio foram crescente, a ponto de terem a necessidade de ampliar as instalações para poder atender à demanda por novas vagas, como podemos constatar no manuscrito encadernado da “História Collegii Bahiensis Antônio Vieira” (HISTORIA, 1911), datado do ano de 1911, bem como nas pesquisas sobre o colégio, as quais evidenciam indicadores de qualidade educativa pautada no rigor disciplinar e educação moral, em amplo espectro humanista e científico, notadamente pela experiência direta com eminentes educadores e cientistas (ALMEIDA, 2002; BRITTO; MENEZES, 2014; OLIVEIRA; COUTO, 2011; RODRIGUES, 2002; SOUSA; CAVALCANTE, 2016).

Em outra carta, datada de 26 de janeiro de 1912, da Ilha de Itaparica, onde os jesuítas passavam as férias de início de ano, Zimmermann relata a um amigo o clima político em Salvador: “[...] As coisas cá na capital estavam bastante feias. Já terá notícias pelos jornaes do bombardeio da cidade que destruiu o palacio do governo e incendiou mais duas casas alem de causar varias vitimas”. E prossegue, em tom de esclarecimento ao leitor de que “felizmente a cousa é só entre os soldados [...] para nós não há nada que recear”. E faz uma apreciação nos seguintes termos: “Esta terra poderia ser um verdadeiro paraizo terreal, mas a política impede qualquer progresso” (ZIMMERMANN, 2015). Sua condição de exilado e nas condições experienciadas com a expulsão e fuga de Portugal, possivelmente o deixou mais observador dos caminhos e interferências que o mundo e a política têm sobre as realidades humanas em sociedade.

O episódio descrito por Zimmermann se refere ao bombardeio da cidade de Salvador em 10 de Janeiro de 1912, por questões de conflitos políticos entre grupos da oligarquia local e uma intricada trama que ensejou a entrada de José Joaquim Seabra (1855-1942) na política baiana.

Como já referido anteriormente, Zimmermann deixou bens acadêmicos para trás, como livros e instrumentos de pesquisas, o que o dificultou de recomeçar seus estudos científicos de imediato ao chegar no Brasil. No entanto, ele se empenhou em recuperar as suas coleções científicas, ainda que tenha tido diversos empecilhos, como nos retrata Romeiras (2015a).

Conforme exposto anteriormente, os jesuítas, em seu apostolado educativo, não dissociavam fé e razão. Nos seus primórdios, além de participar ativamente do esforço de renovação teológica da Igreja Católica, frente à Reforma Protestante, os jesuítas dedicaram-se também às ciências e às artes, no intuito de atestar a fé em todos os campos do saber. Havia padres e irmãos jesuítas desenvolvendo estudos na matemática, física, astronomia, entre outros, espalhados em todo o mundo, da Europa às Américas e ao Oriente, como atesta Sani (2010), com o notável exemplo de Matteo Ricci (1552-1610). E essa prática continuou com o passar dos tempos, haja vista os estudos de Carlos Zimmermann na área da botânica, entre outras, em que combinava teoria e prática científica no Colégio São Fiel. Diante do exposto, fica evidente que era importante a recuperção dos estudos e materiais que não vieram com o jesuíta, no exílio. Em novembro de 1911, Zimmermann recebeu de volta seus materiais, pelos esforços de amigos influentes, como José da Silva e Castro (1842-1928) e António Machado (1883-1969) (ROMEIRAS, 2015a).

Vale destacar que,

De facto, na I República, só três jesuítas estrangeiros viram parte das suas colecções restituídas: um suíço (Afonso Luisier), um francês (Camilo Torrend), e um alemão (Carlos Zimmermann). Enquanto que Afonso Luisier SJ (1872-1957) conseguiu reaver em Abril de 1913 parte da sua colecção briológica por intervenção directa do cônsul suíço, Camilo Torrend reaviu toda a sua colecção micológica, graças à intervenção do embaixador francês. (ROMEIRAS, 2015a, p. 302).

O excerto indica a existência de um certo prestígio para conseguir alcançar esse feito. Os jesuítas citados eram cientistas, fazendo parte de um importante grupo que se dedicava a estudos e pesquisas em várias áreas de conhecimento.

E foi no século XX que Zimmermann registrou sua marca na história, como um naturalista. As suas produções na Revista Brotéria forneciam subsídios para uma preparação de microscopia, relacionando a teoria com a prática. No quadro 1, referem-se os artigos publicados pelo jesuíta.

Quadro 1 - Obras de Carlos Zimmermann

ANO	TÍTULO	PÁGINAS
1902	Observatorio Metereologico do Collegio de S. Fiel, Brotéria I	185-188
1902	Microscopia vegetal, Brotéria I	49-75
1903	O Epidascopio de Carlos Zeiss, Brotéria II	187-190
1903	Microscopia vegetal, Brotéria II	5-40
1905	Microscopia vegetal, Brotéria IV	137-159
1906	Os Jesuitas e a Astronomia nos seculos 17 e 18, Brotéria V	125-128
1906	Anatomia da Cecidia produzida pelo Itrigonaspis Mendesi Tav. Na Quercus lusitânica Lam, Brotéria V	71-77
1906	Catálogo das Diatomaceas portuguezas, Brotéria V	245-251
1906	Microscopia vegetal, Brotéria V	229-244
1907	Contribuition à la conaissance des Cécidies du Kent, Brotéria - ZoologiaVI	103-108
1909	Catálogo das Diatomaceas portuguezas, Brotéria - Botânica VIII	89-103
1909	BeitragaurKenntnis der Diatomaceen Flora der Inseln Madeira und Porto Santo, Brotéria - Botânica VIII	114-127
1910	Diatomaceas. Como se colhem e preparam, Brotéria - Vulgarização Científica IX	42-51
1910	Catálogo das Diatomaceas portuguezas, Brotéria - Botânica IX	95-102
1910	Beitragaur Kenntnis der Diatomaceen Flora der Inseln Madeira und Porto Santo, Brotéria - Botânica IX	103-120
1913	Contribuições para o estudo das Diatomaceas dos Estados Unidos do Brasil, Brotéria - Botânica XI	149-164
1914	Contribuições para o estudo das Diatomaceas dos Estados Unidos do Brasil, Brotéria - Botânica XII	5-12
1914	Contribuição para o conhecimento das Diatomaceas da Província de Moçambique, Brotéria - Botânica XII	155-162
1914	Catálogo das Diatomaceas portuguezas, Brotéria - Botânica XII	115-124
1915	Contribuições para o estudo das Diatomaceas dos Estados Unidos do Brasil Brotéria - Botânica XIII	37-56; 65-71; 124-146

continua

continuação_quadro 1

ANO	TÍTULO	PÁGINAS
1915	Algumas Diatomaceas novas ou curiosas, Brotéria - Botânica XIII	33-36
1916	Contribuições para o estudo das Diatomaceas dos Estados Unidos do Brasil, Brotéria - Botânica XIV	85-103; 130-157
1917	Algumas Diatomaceas novas ou curiosas, Brotéria - Botânica XV	5-7
1917	Contribuições para o estudo das Diatomaceas dos Estados Unidos do Brasil, Brotéria - Botânica XV	30-45
1918	Algumas diatomáceas novas ou curiosas, Brotéria - Botânica 16	84-95
1918	VII Contribuição para o estudo das diatomáceas dos Estados Unidos do Brasil, Brotéria - Botânica 16	8-24
1919	Quelques Diatomées nuvelles ou curieuses, Brotéria - Botânica 17	97-100
1919	IX Contribuição para o estudo das diatomáceas dos Estados Unidos do Brasil, Brotéria - Botânica 17	5-16

Fonte: Organização dos autores, a partir de Romeiras e Leitão (2012, p.124-125).

O quadro 1 indica que foi em 1913 que Zimmermann elaborou um dos primeiros trabalhos sobre as diatomáceas, reunindo, em uma lista, as espécies já encontradas por outros autores estrangeiros. Em seguida, publicou uma série de contribuições (entre 1913 e 1919), divulgando as Diatomáceas por ele encontradas (ESKINAZI; SATÔ, 1963).

A seguir, discorre-se mais especificamente sobre as Diatomáceas, no intuito de apresentar mais detalhamente esse objeto predileto de estudo de Zimmermann.

DIATOMÁCEAS: Diatomitas – Diatomito

As diatomáceas são algas unicelulares, microscópicas, planctônicas, cobertas por carapaça de sílica hidratada, ou seja, com a composição da opala. São principalmente marinhas, mas podem ocorrer também em lagoas de água doce. Ao morrerem, as referidas algas se acumulam durante milhares de anos no fundo dos lagos ou mares, transformando-se em um tipo de rocha sedimentar chamada de diatomito, cujo elemento principal é a sílica, substância muito

útil, com vasto emprego na indústria e elevado valor comercial. O diatomito já foi utilizado há mais de dois mil anos, pelos gregos, em cerâmica, e, nos dias atuais, faz parte da fabricação de inúmeros outros produtos (BRANCO, 2014).

O uso desse organismo unicelular e de sua substância resultante é mais bem explicitado no quadro 3 a seguir.

Quadro 3 - Utilidade das diatomáceas

Utilidade das diatomáceas	
Filtro	Principal uso das diatomáceas. Sua estrutura semelhante a um favo de mel a torna um filtro natural. É, por isso, empregada como agente filtrante de águas de piscina; na clarificação e classificação de açúcares; na produção de sucos de fruta; bebidas (alcoólicas, como vinho e cerveja, ou não); ácidos; compostos de petróleo; vernizes; ceras; graxas; resinas; tintas; medicamentos; óleos vegetais, minerais e animais; xaropes; no processamento de óleos lubrificantes, etc.
Isolante térmico e acústico	Utilizadas em caldeiras, fornos, condutores, em forma de tijolo ou pó.
Farmácia	Utilizadas na produção de pomadas dermatológicas e cremes dentais e como excipiente para pílulas.
Absorvente	Utilizadas em inseticidas e fungicidas, em pilhas elétricas, na dinamite, em líquidos catalisadores, explosivos e outros produtos, bem como na ocorrência de derramamentos de produtos tóxicos.
Catalisador	A presença de diatomito acelera determinadas reações químicas.
Abrasivo	Empregadas em líquidos e pastas usados para limpar e polir metais, azulejos, vidros, etc.
Fonte de Sílica	Para fabricação de silicato de cálcio sintético, silicato de sódio, azul ultramar (pigmento), isolante acústico, lajes, cascos de navio, etc.
Agricultura	O diatomito é excelente inseticida porque absorve a película protetora que envolve o corpo dos insetos: eles morrem por desidratação, sem o risco de desenvolverem resistência como no caso de produtos químicos. Também serve para aumentar a aeração de solos, reduzindo sua compactação e permitindo maior fluxo de água e ar, o que favorece o crescimento das raízes e a transferência de nutrientes.

continua

continuação_quadro 3

Pesquisa geológica para petróleo	As diatomáceas são importantes para a datação geocronológica, ou seja, para a determinação da idade de certas rochas, as quais, por sua vez, são importantes na busca por petróleo.
Construção Civil	Os tijolos de diatomito são usados na construção civil em razão de sua baixa densidade e foram empregados, por exemplo, na cúpula da Igreja de Santa Sofia (em Constantinopla, atual Istambul) e na Catedral de Fortaleza (CE).
Tintas	Adicionado a tintas, o diatomito aumenta a resistência, controla a permeabilidade, reforça a adesão, entre outros benefícios.
Plásticos	Adicionado a plásticos, funciona como agente antibloqueante, auxiliando na separação de peças de plástico, como sacolas empilhadas, por exemplo.
Em outros produtos	O diatomito é ainda usado na fabricação de papel, cimento, plástico, tinta, sabão, sabonete, borracha, fósforo; na indústria fotográfica; em material odontológico de preenchimento de cavidades; em adesivos; em selantes; entre outros.

Fonte: Os muitos usos do diatomito (BRANCO, 2014).

O quadro 3 dá conta da importância da pesquisa científica de Zimmermann pela vasta utilidade da diatomácea/diatomito. No nordeste brasileiro, o trabalho de Zimmermann (1916), realizado na Bahia de Todos os Santos, descreveu 36 espécies de diatomáceas, distribuídas entre 23 gêneros e 14 famílias (ESKINAZI; SATÔ, 1963).

Além dos autores que se dedicaram especialmente ao estudo diatomológico no litoral do Brasil, outros pesquisadores mencionam, casualmente em seus trabalhos, algumas espécies das nossas águas. O árduo trabalho de reunir numa lista essas espécies esparsas coube ao Pe. Carlos Zimmermann, SJ, que apresenta na sua “Primeira Contribuição para o estudo das Diatomáceas dos Estados Unidos do Brasil”, em 1913. Em dez outras publicações, divulgadas pela série botânica da “Brotéria”, o autor desenhou diversas espécies por ele estudadas. A importância dos estudos de Zimmermann é indiscutível, não somente pelo seu considerável esforço de pioneiro como também pelo real valor científico das suas contribuições que se caracterizam por um trabalho consciente, acurado e persistente. Nele, são descritas várias espécies novas, acompanhadas de bons diagnósticos e ilustradas por ótimos desenhos (ANDRADE; TEIXEIRA, 1957).

As ilustrações feitas por Zimmermann registram a beleza escondida no fundo dos mares e rios, representada pelas diatomáceas. Mas já ficou evidenciado que a importância das diatomáceas não se concentra apenas na beleza: possuem, também, importante valor comercial.

Dados da Agência Nacional de Mineração (ANM) estimam que, em 2016, havia 1,9 milhões de toneladas em reservas lavráveis no Brasil (KLEIN, 2019, p. 103), assim distribuídas:

- Bahia (45%), nos municípios de Ibicoara, Medeiros Neto, Mucugê e Vitória da Conquista;
- Rio Grande do Norte (35%), nos municípios de Ceará-Mirim, Extremoz, Macaíba, Maxaranguape, Rio do Fogo, Nísia Floresta e Touros;
- Ceará (15%), nos municípios de Aquiraz, Aracati, Camocim, Horizonte, Itapipoca e Maranguape;
- Rio de Janeiro (1,5%), no município de Campos dos Goitacazes;
- São Paulo (1%), no município de Porto Ferreira.

A ANM informa também que, no Brasil, o maior mercado consumidor de diatomito é a indústria de bebidas, utilizado como agente de filtração. Essa indústria é responsável por, aproximadamente, 45% do consumo da produção brasileira. E o estado da Bahia é responsável por quase toda a produção nacional de diatomito (KLEIN, 2019, p. 103).

DIATOMÁCEAS: beleza no fundo dos mares e rios - à guisa de conclusão

Iniciamos o capítulo recuperando o simbolismo da água no livro sagrado dos cristãos, a Bíblia, bem como nas expressivas palavras do poeta Fernando Pessoa sobre o mar.

Um eminent historiador francês, também jesuíta, certa vez, escreveu uma crítica com relação ao sistema econômico capitalista, cujas regras e hierarquias se repetem comumente nas instituições científicas, e propôs outras invenções no cotidiano do papel da ciência e dos pesquisadores. Certeau (1994, p. 90) dizia que conhecia “pesquisadores habilidosos nesta arte do desvio, que é um retorno da ética, do prazer e da invenção à instituição científica”. Há de se “fabricar os objetos textuais que significam uma arte e solidariedade” e “responder com um presente a outro dom”.

Décadas antes de suas palavras, um grupo de seus irmãos de Ordem de-

sembarcou no Brasil, nas águas da Bahia de Todos os Santos de São Salvador, em fuga, em exílio. Dentre eles, um naturalista que tinha predileções pelo estudo das diatomáceas que se encontram submersas, recolhidas, no fundo dos mares e dos rios de água doce. De certa forma, as transparentes ou turvas águas dos mares e rios da história escondem ou deixam transparecer a profundidade e beleza de uma vida e história dedicadas à divulgação da ciência. O que observamos, como agentes dessa história, é que conjunturas e interesses políticos contribuem, e por vezes, iniciam a turbidez dessas águas, como os que apresentamos ao longo desse trabalho, desde a expulsão dos jesuítas de Portugal ao exílio no Brasil na segunda década do século XX.

Zimmermann, como os outros jesuítas naturalistas que aqui estiveram, deixaram marcas significativas na área do ensino e da história da ciência, ao darem continuidade aos seus trabalhos de pesquisa, ainda que em condições difíceis como exilados. Como as diatomáceas, os jesuítas tiveram que filtrar as turvas águas que desabaram sobre suas obras e instituição-mãe, a Companhia de Jesus, buscando e retomando em uma perspectiva weberiana uma “vocação à ciência” (WEBER, 1997) nas lides pedagógicas do ensino e da prática das ciências no Colégio Antônio Vieira, em especial, bem como nas suas pesquisas de campo nos intervalos do trabalho de ensino e nas suas férias, como diversas vezes atestou em suas cartas.

Popularmente, as diatomáceas são chamadas de “joias dos mares”. Parafraseando, chamamos as referidas algas como joias belas. Sim. Após apreciarmos algumas fotos, disponibilizadas nas mídias, entendemos a beleza que elas oferecem àqueles que se dedicam a estudá-las. Apesar de belas, vivem discretamente em seu habitat – fundo dos mares e dos rios.

Por volta de 1921, segundo Romeiras e Leitão (2012), Zimmermann abandonou a Companhia de Jesus e solicitou secularização, enquanto estava exilado no Brasil, onde também faleceu em 1950.

Referências

ALMEIDA, S. B. *Negativos em vidro*: coleção de imagens do Colégio Antonio Vieira, 1920-1930, Salvador: Edufba, 2002.

ANDRADE, M. H. de A.; TEIXEIRA, C. Contribuição para o conhecimento das diatomáceas do Brasil: gêneros *Amphora*, *Cymatoneis*, *Diploneis*, *Gyrosigma*, *Mastogloia*, *'Navícula*, *Oestrupia* e *Pleurosigma*. *Bol. Inst. Oceanogr.*, São Paulo, v. 8, n. 1-2, p. 171-215, 1957. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci>

arttext&pid=S0373-55241957000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1º out. 2019.

BRANCO, P. M. Os Muitos Usos do Diatomito. In: *Serviço Geológico do Brasil – CPRM*. 2014. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/Redes-Institucionais/Rede-de-Bibliotecas---Rede-Ametista/Os-Muitos-Usos-do-Diatomito-1296.html>. Acesso em: 24 set. 2019.

BRITTO, L. M. G.; MENEZES, J. M. F. Os Jesuítas e suas Missões no Nordeste do Brasil. In: CAVALCANTE, M. J. M.; HOLANDA, P. H. C.; LEITÃO, A. R. P.C.; QUEIROZ, Z. F.; ARAUJO, J. E. C. (orgs.). *Afeto, Razão e Fé: Caminhos e Mundos da História da Educação*. Fortaleza: UFC, 2014. p. 163-178.

BROTÉRIA. *Cristianismo e Cultura* - Agosto/Setembro 2010, v. 171 - serie mensal. Disponível em: https://broteria.pt/images/books/pdf/Revista_Agosto2010.pdf. Acesso em: 4 out. 2019.

CERTEAU, M., *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer; Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CUNHA, E. da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1995.

ESKINAZI, E.; SATÔ, S. *Contribuição ao estudo das diatomáceas da praia de piedade* (Pernambuco-Brasil). Instituto de Oceanografia - Universidade Recife, 1963.

GERMANO, M. G. *Uma nova ciência para um novo senso comum*. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2011.

HISTORIA. Collegii Bahiensis Antônio Vieira. *Salvador, Arquivo do Colégio Antônio Vieira*, 1911 (Manuscrito encardernado).

KLEIN, S. L. Diatomita. In: BRASIL. Agência Nacional de Mineração - ANM. *Sumário Mineral / Coordenação Geral Marina Marques Dalla Costa, Karina Andrade Medeiros e Thiers Muniz Lima*. Brasília: ANM, 2019. Disponível em: http://www.anm.gov.br/dnpm/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/sumario-mineral/sumariomineral_2017. Acesso em: 25 set. 2019.

OLIVEIRA, W. F.; COUTO, E. S. *Colégio Antônio Vieira 1911-2011: vidas e histórias de uma missão jesuíta*. Salvador: EDUFBA, 2011.

PESSOA, F. *Mensagem*. São Paulo: Abril, 2010.

RODRIGUES, C. A. B. (org.). *Colégio Antônio Vieira: 90 anos a serviço da educação (1911-2001)*. Salvador: CAV, 2002.

ROMEIRAS, F. M. *Das Ciências Naturais à Genética: A divulgação científica na revista Brotéria (1902-2002) e o ensino científico da Companhia de Jesus nos séculos XIX*

e XX em Portugal. Universidade de Lisboa, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/Das_Ciências_Naturais_%C3%A0_Genética_A_divulgação_científica_na_revista_Brotéria_1902-2002_e_o_ensino_científico_da_Companhia_de_Jesus_nos_séculos_XIX_e_XX_em_Portugal. Acesso em: 1º out. 2019.

ROMEIRAS, F. M. Constituição e percurso das coleções científicas dos jesuítas exilados pela 1ª República: o caso de Carlos Zimmerman SJ (1871-1950). *Archivum Historicum Societatis Iesu*, LXXXVI (168), 287-327, 2015a.

ROMEIRAS, F. M. *História da Ciência - A fundação da revista Brotéria (1902-2002)*, 2015b. Disponível em: https://velhocriterio.wordpress.com/2015/06/06/a-fundacao-da-revista-broteria-1902-2002/#_ftnref1. Acesso em: 11 out. 2018.

ROMEIRAS, F. M. Os colégios dos jesuítas e o ensino da física em Portugal (1858-1910). *Gazeta de Física*, v. 40, n. 1, p. 2-9, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/32065329/Os_colégios_dos_jesuítas_e_o_ensino_da_física_em_Portugal_1858-1910. Acesso em: 11 out. 2018.

ROMEIRAS, F. M.; LEITÃO, H. Jesuítas e Ciência em Portugal. II - Carlos Zimmerman, SJ, e o ensino da Microscopia Vegetal. *Brotéria*. n. 174, p. 113-125, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/1474609/Jesu%C3%ADtas_e_Ci%C3%A3ncia_em_Portugal._II_-_Carlos_Zimmermann_SJ._e_o_ensino_da_Microscopia_Vegetal. Acesso em: 30 out. 2019.

SANI, R. *Unum ovile et unus pastor. La Compagnia di Gesù e l'esperienza missionária di Padre Matteo Ricci in Cina tra reformatio Ecclesiae i inculturazione del Vangelo*. Roma: Armando, 2010.

SCHULTZ, K. Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial. Rio de Janeiro, 1808-1821. *Tempo*, Niterói, v. 12, n. 24, p. 5-27, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042008000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 out. 2019.

SOUSA, C. A. M. Cartas, Histórias e Educação jesuítica: Apontamentos sobre os Primeiros Anos do Colégio Nóbrega (1917-1920). In: CAVALCANTE, M. J. M.; HOLANDA, P. H. C.; QUEIROZ, Z. F.; ARAUJO, J. E. C. (orgs.). *História da Educação: República, Escola e Religião*. Fortaleza: Edições UFC, 2012. p. 293-306.

SOUSA, C. A. M. Fé, Ciência e Educação: os jesuítas da Província Portuguesa no retorno ao nordeste do Brasil no início do século XX. In: CAVALCANTE, M. J. M.; HOLANDA, P. H. C.; LUSTOSA, F. G.; DIAS, R. B. (orgs.). *Histórias de Pedagogia, Ciência e Religião: discursos e correntes de cá e do além-mar*. Fortaleza: Edições UFC, 2016. p. 287-300.

SOUSA, C. A. M.; CAVALCANTE, M. J. M. (orgs.). *Os jesuítas no Brasil: entre a Colônia e a República*: Brasília: Unesco, Liber Livro, 2016.

SOUSA, C. A. M.; JESUS, W. F. Esta é nossa empresa: Missivas da Ação Missionária Educativa dos Jesuíticas Portugueses Exilados no Nordeste do Brasil no Início do Século XX. In: CAVALCANTE, M. J. M.; HOLANDA, P. H. C.; LEITÃO, A. R. P. C.; QUEIROZ, Z. F.; ARAUJO, J. E. C. (orgs.). *História da Educação Comparada: Missões, Expedições, Instituições e Intercâmbios*. Fortaleza: Edições UFC, 2013. p. 273-289.

SOUSA, C. A. M.; JESUS, W. F. Diga alguma coisa da visita pastoral no Piauhy: Notas sobre uma carta jesuítica nos sertões em 1915. In: CAVALCANTE, M. J. M.; HOLANDA, P. H. C.; LEITÃO, A. R. P. C.; QUEIROZ, Z. F.; ARAUJO, J. E. C. (orgs.). *Afeto, Razão e Fé: Caminhos e Mundos da História da Educação*. Fortaleza: Edições UFC, 2014. p. 150-162.

WEBER, M. *Ciência e política duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1997.

WRIGHT, J. *Os Jesuítas: missões, mitos e histórias*. Lisboa: Quetzal Editores, 2005.

ZIMMERMANN, C. Carta do Padre Carlos Zimmermann a um dos nossos. Externato Antonio Vieira, 14 de abril de 1911. In: *Cartas Edificantes da Província de Portugal SJ*, volume XI, Oya, Tipografia do Colégio Máximo, 1928. p. 21-22.

ZIMMERMANN, C. Carta do Padre Carlos Zimmermann, 26 de Janeiro de 1912 (Itaparica, Bahia). In: ROMEIRAS, F. M. Constituição e percurso das colecções científicas dos jesuítas exilados pela 1^a República: o caso de Carlos Zimmermann, SJ (1871-1950). *Archivum Historicum Societatis Iesu*, LXXXVI (168), 287-327, 2015.

ZIMMERMANN, C. Contribuições para o estudo das Diatomaceas dos Estados Unidos do Brasil. *Brotéria - Botânica*, v. XIV, 1916, p. 85-103; 130-157.

ZIMMERMANN, C. Microscopia vegetal. *Brotéria - Sciencias Naturaes*, v. IV, 1905, p. 137-159.

ZIMMERMANN, C. Observatorio Metereologico do Collegio de S. Fiel. *Brotéria*, v. I, 1902, p. 185-188.

CAPÍTULO IV

Inventariando ideias, problematizando fontes: o pensamento educacional inaciano e sua reverberação no percurso formativo de Anísio Teixeira

Sheila Cristina Monteiro Matos

Introdução

Teoria é uma forma de sistematizar um campo da Ciência, um modo particular de “ler” o mundo, elucidá-lo. Na área educacional, apropria-se de uma teoria de ensino, cuja epistemologia deve abarcar, metodologicamente, a forma de como se aprende, o que se aprende, por que se aprende, a partir de um determinado paradigma, trazendo variáveis interdependentes na consecução desse processo (LIBÂNEO, 1985).

Essas teorias da Educação podem ser compreendidas a partir das “Concepções ou tendências pedagógicas”, que foram formuladas no âmbito da Ciência da Educação, tendo em vista verificar quais elementos fundantes e determinantes emergem da ação educativa em ambientes formais do ensino. Autores renomados, como Candau (1983), Saviani (2005) e Libâneo (1985), desenvolveram pesquisas e estudos nessa área.

Por sua vez, assinala-se que o processo educacional é tensionado à luz de uma construção histórica e social, ao mesmo tempo que é constituído por subjetividades e identidades. Grosso modo, pode-se compreender que, na medida em que o mestre articula sua docência, esta é mediada por crenças, valores e postulações que refletem, diretamente, no aprendizado e na formação integral do indivíduo.

Nesse sentido, um olhar epistemológico, destinado a uma teoria ou a uma tendência pedagógica, remonta, em certa medida, aos elementos constitutivos dos sujeitos que são forjados na instituição escolar bem como da relação intrínseca entre os binômios mestres/alunos, ensino/aprendizagem, conteúdo/forma. Esses elementos fundantes potencializam o poder decisório em âmbito da formação humana e profissional.

Os matizes conceituais, subjacentes ao âmbito da Ciência da Educação, possibilitam adentrar na análise de práticas e culturas escolares, advindas de todo um repertório pessoal e coletivo construído ao longo da formação do ser. Trocando em miúdos, pode-se compreender que, na medida em que o aluno interage com as atividades pedagógicas nos espaços escolares, esse passa a ser forjado numa determinada perspectiva histórico-social, resultando em um desenvolvimento cultural, científico, tecnológico e humano (RIOS, 2005).

Diante das premissas, um desses matizes se refere ao que foi desenvolvido nos Colégios Jesuítas, a partir da instrução pedagógica balizada no *Ratio Studiorum*, também conhecido como Plano de Estudos da Companhia de Jesus. Do ponto de vista histórico, foi por meio desse código de ensino que se pautou a organização, o planejamento bem como as práticas pedagógicas que consagraram a Ordem Inaciana na seara da Educação e Instrução por vários séculos.

No tocante à delimitação temporal deste estudo, destaca-se que o início do século XX marcou o deslocamento de um pequeno ramo da Ordem Inaciana para o Nordeste brasileiro, compondo a Missão Setentrional dos Jesuítas Dispersos. Essa empreitada missionária foi emplacada em razão da expulsão dos jesuítas da República portuguesa. Os ativistas republicanos viam, nos jesuítas, um rival que congregava elementos ligados ao poder e ao controle, além de serem monarquistas. Segundo os republicanos lusitanos, os jesuítas eram traidores da pátria e deveriam ser banidos dos rincões lusitanos. Como retrata o Padre Luiz Gonzaga Cabral, no folheto intitulado “Ao meu paiz”, foi o nascedouro de uma política clara antirreligiosa:

Em nome da liberdade arrebatam-se tudo, despojam-nos de tudo. Apoderam-se das nossas propriedades e das nossas casas, umas lentamente construídas com as sobras das pensões dos nossos alunos, á força de rigorosa administração e desinteressada economia, outras adquiridas pelos particulares com a própria legítima e legalmente averbadas em seus nomes individuais. Juntamente com os edifícios e as terras, apropriaram-se do recheio das nossas casas, nas quais havia colecções científicas de primeira ordem, como os museus, gabinetes e laboratórios dos Collégios de Campolide e São Fiel, onde, por espaço de mais

de 50 anos, o subsídio mensal dos nossos alumnos, a generosidade de amigos inspirada pela dedicação e apreço pessoal para conosco [...] padres e irmãos haviam conseguido reunir um material de estudo que por todos estes títulos era nosso e só nosso. (AZEVEDO, 1986, p. 2-3).

O Padre Ferdinand de Azevedo rememora, em seu livro compilado em razão dessa missão no Nordeste, que os republicanos portugueses, no século XIX e no início do século XX, descartaram a possibilidade de que o catolicismo pudesse contribuir para o desenvolvimento nacional. Segundo esse autor, “miraram a Companhia de Jesus como um adversário mais visível entre outros, cuja atividade desviava radicalmente Portugal do caminho aonde o positivismo, filosofia predileta dos Republicanos Portugueses, estava apontando” (AZEVEDO, 1986, p. 2).

Por seu turno, Romeiras (2015, p. 7) assinala a gravidade da situação que acometeu os jesuítas portugueses no início do século XX. As perseguições in tempestivas dos republicanos pairaram desde “o encerramento dos Colégios Jesuítas em 1910, perpassando pela expulsão dos padres naturalistas, a destruição de muito do valioso patrimônio científico que haviam criado causaram grande comoção nos meios científicos em Portugal”. Nesse contexto de captura, de expulsão e de exílio, os jesuítas passaram por uma nova ruptura em sua trajetória. Naquele momento, a ideia era retomar a obra, refazer laços e recuperar fiéis.

O Brasil, como horizonte para um exílio aos padres e irmãos jesuítas, configurou-se em razão de o país oferecer uma gama de elementos positivos a essa migração, como afinidades linguísticas e culturais. O Padre Castello rememora a opção do Brasil como alternativa viável para os jesuítas dispersos, e nesse contexto afirma:

Então não se pensava senão em ir a nossa província toda para o Brasil, deixando os Irs. noviços e estudantes na Europa em casas doutras províncias: no Brasil devíamos ter um grande colégio e duas grandes residências, e nisto estava, humanamente falando, a salvação da nossa província no meio do seu naufrágio. (AZEVEDO, 1986, p. 14).

Por seu turno, Franca (1952) já mencionava a assertiva do imenso papel que a Irmandade traria para o pensamento educacional, cuja importância não seria permitida menosprezar ou silenciar nas investigações acadêmicas. Ele reiterava em seus escritos que as atividades pedagógicas, com a sua incoercível

influência e espontânea irradiação sobre os outros colégios e outros sistemas educativos, não poderia deixar de oferecer ao historiador da educação ocidental um interesse de primeira importância.

A incoercível influência e espontânea irradiação deu-se num esforço enviado apontado no “*Archivo Mariano Academico*”, documento escrito por alunos egressos do Colégio Antônio Vieira, numa sessão realizada em julho de 1919. Segundo essa fonte,

Com efeito, fitaes a Companhia de Jesus e vêdes a Companhia intellectual. O jesuíta agindo pela intelligencia – na escola – e vos apparece no dizer do Boehmer – ‘a maior associação de ensino que jamais existiu’, no púlpito – e vos surgem vultos gigantes da estatura de Vieira; na imprensa – onde diz Latino Coelho – ‘não há gênero de letras divinas ou humanas que se não tenha decorado com os triumphos alcansados por algum membro de tão ilustre sociedade’. (TEIXEIRA, 1925, p. 588).

Entre esses notáveis alunos egressos do Colégio Antônio Vieira, destaca-se a presença de Anísio Spínola Teixeira, ícone da historiografia da educação brasileira, no que tange à educação republicana e democrática, sem privilégios.

Clarice Nunes (2001), professora emérita da Universidade Federal Fluminense, que debruçou seus estudos por vários anos sobre Anísio Teixeira, analisa que sua obra foi um resultado do diálogo laboriosamente construído entre a fé e a razão, na tentativa de forjar grandes homens para o futuro do país. Nunes avalia que, na prática profissional de Anísio Teixeira, houve diversos momentos de ruptura com os ideais jesuíticos, porém, seu rosto e semblante evinham notória identidade inaciana.

Cabe, assim, perscrutar na seara da formação educacional que Anísio Teixeira recebeu ao longo da sua vida ao ingressar nos Colégios da Ordem Inaciana, em plena Bahia republicana do início do século XX. Assim, objetivamos inventariar os vestígios, buscar marcas de continuidades e de rupturas ao longo do percurso formativo desse intelectual que marcou, decisivamente, a história da Educação brasileira.

A seguir, inicia-se a empreitada deste estudo abordando como foi consolidado o pensamento inaciano, a partir dos Colégios Jesuítas, bem como a análise do percurso formativo de Anísio Teixeira e sua interlocução com a educação na Ordem Inaciana. Lança-se mão da hipótese de que houve um grande legado, tangível e intangível, a ser recuperado, de forma memorialística, sobre os vestígios e as interlocuções ao longo da sua formação na Educação Básica, utilizando fontes documentais da época, sob as quais emergem informações significativas

e relevantes que compõem o tempo sócio-histórico do início do século XX.

O resgate memorialístico também foi um condutor para o tensionamento das categorias pinçadas na análise das fontes elencadas, amparado no que Bosi (1994, p. 31) já apontava como um horizonte, advogando a tese de que “o tempo da memória é social”.

Por fim, vale destacar, neste ensaio, que a memória e as fontes documentais foram tratadas em uma perspectiva de entrecruzamento de análise, possibilitando que significantes e significados pudessem ser depurados com base na ação historiográfica.

O pensamento educacional inaciano

A questão do legado jesuítico, na consolidação do pensamento educacional brasileiro, é inegável. Tal empreendimento, advindo da propagação da Igreja Católica, cujos propósitos eram alicerçados no tripé magistério, tradição e doutrina católica, foi se consolidando pelos países há mais de dois mil anos, que por sua vez, alternavam momentos de perseguições e de ataques, com períodos de hegemonia no que tange ao poder.

Ao se retomar a História do Brasil, não se pode negligenciar, muito menos apagar, a presença dos jesuítas desde o início da colonização. Esses religiosos se congregavam de maneira organizada e eram integrantes da Companhia de Jesus. Esta existia sob um único campo e vários braços de abrangência pelo mundo. Havia regras, postulações e uma doutrina central, que todos deveriam seguir para haver uma certa unidade e manutenção dos propósitos da Ordem nos locais pelos quais passavam, que eram diversos.

A História da Companhia de Jesus no Brasil é retratada pelo Padre Serafim Leite, que compilou os escritos em dez volumes, publicados entre 1938 e 1950 (PEDRO, 2008). Os volumes contam a história dessa congregação no período do Brasil colonial sob a ótica dos inacianos. Esses compêndios eram escritos sob a seguinte classificação: (1) os Exercícios Espirituais; (2) a Fórmula do Instituto; (3) as Constituições; (4) o *Ratio Studiorum* e (5) as Cartas Jesuíticas.

Os Exercícios Espirituais, a Fórmula e as Constituições foram redigidas, na maioria dos textos, pelo criador da Ordem Inaciana, Inácio de Loyola. No que tange ao *Ratio* e às Cartas, estas foram fruto de várias mãos, em diferentes períodos, e se tornaram objetos de investigação que remontam a fontes documentais de primeira grandeza para a incursão do pesquisador.

E afinal, quem foi o postulador da Ordem Inaciana? Loyola nasceu de uma

família privilegiada, em 1491, no território Basco espanhol. Estudou em boas escolas, recebendo uma educação exemplar, destinada aos filhos das classes mais altas na Espanha. Aos 26 anos, alistou-se ao serviço militar, sendo surpreendido por um acidente grave que o feriu gravemente na perna. A perna direita de Loyola foi estraçalhada, e a esquerda, gravemente ferida. O saldo do combate na Batalha de Pamplona, entre as tropas francesas e espanholas, o marcou para sempre em sua vida. Na medida em que se restabelecia do acidente, Inácio de Loyola passou a ler livros religiosos, que o ajudaram no seu processo de conversão católica (O'MALLEY, 2004). As leituras de Vida de Cristo, de Ludolfo da Saxônia, e de Lenda Dourada, de Jacopo da Voragine, lhe permitiram exercitar seu processo de conversão (WRIGHT, 2006).

Sua luta em prol de um mundo mais fraterno seria destinada ao Reino de Cristo, buscando uma vida de humildade, oração, perseverança e mortificação. Após o período de convalescência, logo se despediu do aconchego e da suntuosidade do castelo onde morava com sua família. Viajou para Jerusalém para peregrinar e levar a fé cristã. O conteúdo básico dos “Exercícios Espirituais”, cujo início de sua compilação ocorreu em 1522, foi apresentado por meio de textos de caráter instrutivo e de exercícios que visavam a ser utilizados em um crescimento espiritual dos fiéis e dos próprios jesuítas. Esse material instrutivo foi baseado nas Sagradas Escrituras, com aprovação do Papa Paulo III, cuja publicação, em Roma, se deu em 1548 (O'MALLEY, 2004).

Os “Exercícios Espirituais” denotavam uma experiência prática a ser vivenciada por todos os indivíduos que eram adeptos da congregação. Os elementos principais, que formavam tais exemplos edificados pelos jesuítas, eram compostos pelo exame de consciência e pela contemplação de cenas da vida de Jesus Cristo. Agindo conforme esse mandamento, seria possível tornar os *Exercícios* como expressão viva da mobilização de um inaciano em prol da causa cristã (PEDRO, 2008).

Asseverando que o exemplo e a prática pastoral, traduzidos numa catequese constante, conduziam o jesuíta a realizar estudos mais aprofundados, e na tentativa de melhorar sua didática e o adensamento dos temas católicos e da formação continuada em serviço, Loyola foi buscar aperfeiçoamento intelectual em Barcelona (1524), na Universidade de Alcalá (1526) e na Universidade de Salamanca (1527), robustecendo-se em sua formação intelectual e moral.

Diante da recuperação histórica da vida pregressa de Loyola, constata-se que ele travou inúmeras batalhas para o exercício e propagação da fé cristã. Contudo, ao viver em meio a uma mendicância, pregando os mandamentos de salvação, foi denunciado pelos tribunais da Santa Inquisição. Teve seu nome

envolvido no meio de processos, sendo acusado duas vezes e ainda preso. Sua labuta se perpetrou numa vida apostólica tensionada por um binômio entre perseverança *versus* perseguição (LEITE, 1956).

Em 1539, Inácio de Loyola fundou a Companhia de Jesus, juntamente com um grupo de companheiros letrados, entre eles: Pedro Fabro, Nicolau Bobadilha, Simão Rodrigues, Francisco Xavier, Alfonso Salmerón e Diego Laynes (ASSUNÇÃO, 2000). O valor intelectual, atribuído pelo grupo fundador, tornou a Ordem Inaciana com uma espécie de “perfil acadêmico” em suas origens. Com as instruções obrigatórias nas Letras, desde o Vernáculo e o Latim, “a Ordem já nascia letrada”.

O próximo passo seria a aprovação papal. Para tanto, Inácio de Loyola constituiu uma comissão representativa para compilar a *Fórmula*, um documento cujas tratativas eram as regras e os propósitos de vida religiosa dos primeiros inacianos. Em 1540, este documento foi aprovado pelo sumo pontífice (PEDRO, 2008).

Diante da literatura estudada, percebe-se que a Ordem dos Jesuítas se constituía pela ideia do universalismo – tinha a missão de levar a fé cristã pelo mundo afora. Um outro fator importante a ser destacado era uma espécie de “quarto voto” religioso, que se constituía na obediência ao Papa. Tal fato os legitimava e fortalecia no exercício da propagação do catolicismo, em meio da assunção da Reforma Protestante.

A Ordem fundada por Inácio de Loyola permitiu criar um equipamento que poderia extrapolar as fronteiras das lutas confessionais da Europa do século XVI, que, por sua vez, influenciou gerações e impregnou suas marcas no contexto de grandes civilizações, por mais de quatro séculos.

No excerto a seguir, Casimiro (2002, p. 5) retoma um pouco sobre essa fronteira que acometeram as lutas confessionais na colonização do mundo moderno:

O início do século XVI, particularmente com a cisão da humanidade cristã em protestantes e católicos, a fundação da Companhia de Jesus, em 1540, e as disposições do Concílio de Trento (1545 – 1563), aqueles conteúdos teológicos morais, doutrinários e catequéticos foram, mais uma vez, ressignificados. Era a Segunda Escolástica, também chamada Escolástica Espanhola, herdeira da filosofia escolástica clássica. Esta nova vertente se constituiu adaptada ao enfrentamento dos novos desafios da modernidade e voltada para responder aos problemas advindos da colonização moderna e da evangelização de novos povos. Nesse novo panorama, a fundação da Companhia

de Jesus, foi um fato incontestável, como elemento colaborador das mudanças previstas. O modo como a Companhia organizou-se foi pautado, prevalentemente, pelas ideias de Santo Inácio e daqueles companheiros iniciais, que pressentiram as “ameaças” à ortodoxia da Igreja católica, naquela nova realidade Pós-Reforma. Quando Santo Inácio morreu, em 1556, a Companhia de Jesus, com a liderança do fundador, já tinha elaborado as suas principais regras de sobrevivência, que foram as Constituições da Companhia de Jesus (1547 – 1551), a *Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Iesu* (1548 – 1599). E, em pouco tempo, já espalhara sua influência teológica-pedagógica nos principais pontos da Europa e do universo colonial.

As *Constituições* foram elaboradas por Inácio de Loyola em 1547. É claro que houve a colaboração de outros jesuítas para tal empreitada. Esse documento foi composto por 10 partes interligadas, com 61 capítulos e 827 artigos, precedidos por um informativo padrão, destinado a conhecer melhor os indivíduos que buscavam ingressar na Ordem. A ideia central era tentar manter a uniformidade das congregações pelos diversos locais onde eram fundadas. Houve várias revogações e alterações até a sua última versão, publicada nas Constituições da Companhia de Jesus, aprovada na 34^a Congregação Geral, em 1995 (PEDRO, 2008).

Já o *Ratio Studiorum*, ou a pedagogia jesuítica, não foi redigida diretamente por Inácio de Loyola, mas sob sua encomenda. Durante vários séculos, essa metodologia de ensino foi a didática empregada no ensino-aprendizagem e no funcionamento dos colégios que eram considerados como excelência por onde passavam.

Ao debruçar-nos sobre o livro “Atualidade da Pedagogia Jesuítica”, de Luiz Fernando Klein (1997), padre e jesuítico, percebe-se que elucidar a história dos tratados educacionais utilizados pela Irmandade seria condição *sine qua non* para interpretar as fontes documentais primárias que possibilitariam dialogar com esse tempo passado. Klein (1997), por ter vivenciado os exercícios e a rotina da Ordem, pôde sinalizar parâmetros pontuais e concretos para melhor compreender a aplicação, os limites, as resistências e, ainda, as possíveis tentativas de alteração do documento, ao longo dos séculos. Nesses termos, Klein (1997) dividiu em três grandes períodos a existência temporal do *Ratio*, estabelecendo, como ponto nevrálgico para essa divisão didática, o próprio *Ratio Studiorum* e a 31^a Congregação Geral (1966).

O primeiro período se referiu à temporalidade que se constituiu na fundação e na expansão dos Colégios Jesuítas. Esse período se concretizou desde o

início da ação jesuítica nas instituições (1542), até a publicação do *Ratio* (1599). Houve a aplicação e, posteriormente, deu-se a supressão da Irmandade (1773), na maior parte do mundo. Embora o momento fosse de grandes perseguições e banimentos dos Colégios Jesuítas, algumas instituições educativas perduraram nessa fase tão difícil da história da Ordem (1773 a 1814).

O segundo período foi de busca da recuperação da tradição pedagógica, que se esvaiu após as investidas pombalinas em querer difamar todo o legado didático e pedagógico construído pelos jesuítas. A marca temporal se dá a partir da restauração da Ordem, em 1814, até a recomendação da 25^a Congregação Geral (1906) de elaboração de Planos de Estudos Regionais, em substituição a um *Ratio* universal. Um outro fato relevante, nessa análise, deu-se por meio da elaboração dos *Ordo Regionales Studiorum* (1906), até a 31^a Congregação Geral, em 1965 (FRANCA, 1952).

O terceiro período de intensificação da renovação pedagógica jesuítica compreende a convocação para a renovação dos colégios: da 31^a Congregação Geral (1965), até a definição da missão do “serviço da fé e a promoção da justiça”, na 32^a Congregação Geral (1975). Perpassou, também, pela definição da atual pedagogia jesuítica, da 32^a Congregação Geral, até a publicação das *Características da Educação Jesuítica*, em 1986. E por fim, pela adequação constante ao mundo cambiante, a partir da publicação de Pedagogia Inaciana, em 1993, como novo paradigma pedagógico jesuítico.

Mas afinal, do que tratou o documento histórico do *Ratio* para os jesuítas? Para elucidar a questão, Klein (1997, p. 35) discorre:

Compõe-se de 30 conjuntos de regras, frequentemente cada um com mais de uma prescrição, chegando a cerca de 600. É um minucioso manual de funções, com a indicação de responsabilidade, do desempenho, da subordinação e do relacionamento do pessoal dirigente (provincial, reitor, prefeito de estudos inferiores, prefeito de estudos superiores e prefeito da Academia); dos professores (há 14 categorias conforme os cursos e as disciplinas) e dos alunos. É também um manual de organização e administração escolar com prescrições sobre grade curricular, carga horária das disciplinas, programação, textos, metodologia de ensino e de aprendizagem; avaliação e premiação dos alunos; funcionamento das Academias e atividades extraclasse; disciplina de professores e alunos.

Leonel Franca (1952), autor de “O método Pedagógico dos Jesuítas: *O Ratio Studiorum*”, aponta que os ensinamentos do *Ratio* já se reverberavam como uma metodologia séria e comprometida em vários locais educativos, tornando-se

um norteador das práticas pedagógicas. A ideia central de propagação dessa metodologia era garantir a uniformidade de procedimentos, de mente e de coração dos mestres e alunos, afastando-os do turbilhão de dissensos advindos do Movimento Reformista do século XVI.

No contexto do *Ratio*, prescrevia-se uma formação intelectual que abarcasse dois anos dedicados ao aperfeiçoamento moral, o qual seria perpetuado ao longo da vida. Também eram previstos dois anos dedicados ao aprofundamento dos estudos das Letras Clássicas, como: Latim, Grego e Hebraico. Após tal formação, iniciariam os estudos por mais três anos de Filosofia e quatro anos dedicados à Teologia. A pedagogia dos jesuítas foi cautelosa e criteriosa ao organizar os currículos para o ensino secundário e para o nível superior.

Na estrutura curricular de Letras, havia vários níveis (graus) de Gramática, compreendendo estudos latinos, de humanidades e de retórica. O currículo da cadeira de Filosofia era composto por Lógica, Introdução às Ciências, Cosmologia, Física, Psicologia, Matemática, Metafísica e Filosofia Moral. Após a revisão do *Ratio*, em 1832, acrescentaram-se o Direito Canônico e a História Eclesiástica como disciplinas autônomas (FRANCA, 1952).

Um importante dado percebido foi que, antes de a Ordem ser suspensa em 1773, o código de estudos tornou-se um currículo e uma metodologia específica dos colégios e universidades dos inacianos. Só nesse período histórico, havia 865 instituições educativas espalhadas pelo mundo, sendo 546 colégios e 148 seminários na Europa, e 123 colégios e 48 seminários nas províncias missionárias.

Faz-se mister admitir, que a própria Companhia de Jesus obteve uma atuação com um papel de vanguarda dentro do processo de ensino tradicional, que perdurou por vários séculos, sendo hegemônica no que tange à educação de instrução. Esse prestígio educacional, para estar dentro de um grau de produtividade no mínimo razoável, do ponto de vista da aprendizagem, recebeu atualização do seu sistema pedagógico por meio da 31^a Congregação Geral, fundamentada no Concílio Ecumênico Vaticano II. A partir desse evento, a História da Igreja Católica iniciaria uma nova fase.

Nesse contexto, a assembleia dos jesuítas reafirmava a importância de se prosseguir o apostolado educativo em instituições escolares, um dos principais trabalhos da Ordem, não obstante certas vozes internas discordantes, admitindo que ele poderia ser exercido de outras maneiras. Seguindo a finalidade primordial da pedagogia jesuítica, “virtude e letras” ou “fé e ciência”, o trabalho educativo visa fazer dos cristãos homens cultos e

comprometidos com o apostolado moderno e propiciar aos não-cristãos, por meio de uma formação humana integral, a orientação para o bem comum e o conhecimento e o amor de Deus ou, pelo menos, dos valores morais e religiosos. (KLEIN, 1997, p. 47).

As *Cartas* foram os últimos documentos organizados pelos inacianos e tinham como objetivo abordar os mais variados assuntos que aconteciam no interior da Ordem, de acordo com interesses, necessidades e rotinas vividas pelos jesuítas. Elas serviam, também, para conservar a união, para possibilitar o governo da Ordem e para divulgar o trabalho dos jesuítas, tendo em vista recrutar novos adeptos.

Avalia-se que essas correspondências epistolares eram redigidas com um certo teor de censura, pois não havia plena liberdade de assuntos ou de queixas por parte dos religiosos. Elas eram catalisadas a partir de normas pré-estabelecidas por Loyola. As cartas possuíam funções e destinatários definidos legalmente. Após a dispersão dos jesuítas pelo mundo, foram instituídos dois tipos de missivas: a Carta Principal, que poderia ter domínio público, ou seja, poderia ser mostrada e lida para outras pessoas; e as *Hijuelas*, que já seriam cartas privadas, lidas apenas por membros da Ordem Inaciana.

Loyola era um homem da escrita, conforme evidencia Londoño (2002, p. 17):

Escrever era para Loyola um ato comandado por um sentido. Ele escreveu os Exercícios Espirituais para ensinar e acompanhar, as Constituições para regulamentar, as Instruções aos membros da Companhia para manter a união, seus diários para entender sua própria espiritualidade, e as cartas como forma de agir e comunicar sobre os mais variados assuntos e situações. Loyola acreditava onde na comunicação como forma privilegiada de ação, e se seguirmos a Barthes no seu ensaio sobre os Exercícios Espirituais onde identificou quatro textos, podemos dizer que nas cartas do santo coexistiam vários textos e vários destinatários. Em tempos de conflito ou de perseguições, como as acontecidas quando estudante, recorreu à escrita para se defender, arguindo, refutando. Quando já havia se tornado influente escrevia para convencer, definir, decidir, reclamar, dissuadir, agradecer. Posteriormente, quando em exercício como primeiro geral da Companhia, escrevia ainda para influir, informar, discordar e pedir. Como assinalou Barthes, identificando na eleição a função dos Exercícios Espirituais: a escrita em Loyola era uma práxis.

Na situação específica desta pesquisa, buscou-se perscrutar na seara do interesse missionário de expansão da fé cristã, observar intenções, proposições e aproximações desse legado jesuítico com o campo educacional. Sob à luz das verdades reveladas pelos Evangelhos, a doutrina católica permaneceu imperativa desde a época da colonização e da expansão portuguesa, mantendo rupturas e continuidades que a tornou viva e pulsante ao longo de toda a história.

Com algumas premissas ancoradas na expansão da fé cristã, e visando a manter a supremacia, a Irmandade tentava suscitar uma formação de jesuítas destinada a combater na linha de frente da Contrarreforma, além do ideário *de replantar o tronco desenraizado da árvore da fé*. Indubitavelmente, a Ordem Inaciana resgatou o ímpeto missionário como um dos seus principais esforços, num contexto expansionista do catolicismo sem precedentes.

Na condição especial deste estudo, as contradições subjacentes à história dos jesuítas foram problematizadas em sua origem, fundação, perpetuação e fazimentos. No fragmento a seguir, James Brodrick (1934, p. 8, tradução livre) propõe uma ideia nos contrapontos:

Houve jesuítas maus, inescrupulosos, ambiciosos, insensatos – especialmente os insensatos, e um insensato jesuítा praticamente equivale a qualquer outro -, mas se estamos em busca do espírito da Companhia de Jesus, temos todos os motivos para retornar ao seu grande exército de santos canonizados ou beatificados e de mártires que eram a personificação de suas regras e constituições.

Uma outra literatura, na contramão desse debate, aponta:

Pode-se dizer com verdade que esta Ordem sozinha contribuiu mais do que todas as outras ordens juntas para confirmar as nações hesitantes na fé de Roma, para apoiar a cambaleante autoridade do sumo pontífice, para controlar os avanços da Reforma e para compensar as perdas que sua Santidade havia sofrido na Europa, através da propagação do evangelho, e com ele uma submissão cega à Santa Sé entre os infiéis africanos, americanos e indianos. (BOWER, 1766, p. 457).

Ainda provocando o debate acerca da missão jesuítica, o Archivo Mariano Acadêmico, no capítulo escrito por Anísio Teixeira, suscita a importância da evangelização e instrução levadas aos territórios ultramarinos. Os jesuítas portugueses implementaram uma missão apostólica, vivente e de grande formação intelectual, assim ressaltada:

A Companhia de Jesus, parece, surgiu no mundo com o condão do sacrifício. A perseguição e um ódio proteiforme, acompanharam-na sem cessar desde o nascimento. E com ella surgiu no século da Renascença, o século da Imprensa do Livro, esta perseguição e este ódio depressa enveredaram pelo caminho da época. E a calunia começou através do Livro a campanha de difamação tão grande como ainda não houve na história, contra a Companhia, cujos homens só tinham uma falta, a de serem escravos do ideal, cavalheiros da Religião e do Bem. E a calunia systematizada, disciplinada, officialisada, vingou. O seu trabalho cyclopico de quasi dois séculos creou para o jesuíta esta lenda monstruosa que se amontôa pelas livrarias, invade os cérebros, se esbate confusa na consciencia popular e carrega com todo seu peso de annos e mentiras sobre a modéstia inconfundível do jesuíta, que nunca mais a expulsará completamente de si. (TEIXEIRA, 1925, p. 585-586).

Por seu turno, Pedro (2008, p. 62) sinaliza dificuldades para o exercício da ação pedagógica jesuítica:

No início de 1911, os religiosos da Província lusitana da Companhia de Jesus tornaram-se alvo de mais uma campanha antijesuítica. Com a proclamação da República em Portugal (outubro de 1910), os inacianos foram novamente expulsos daquele país, retornando como exilados para o Brasil, em particular, a Bahia.

De acordo com o diário do Colégio Antônio Vieira, os seguidores de Santo Inácio enfrentaram três grandes dificuldades na chegada a Salvador: a falta de uma casa apropriada para a fundação de um colégio, a falta de dinheiro e a oposição cruel e obstinada criada contra os jesuítas, na qual –tudo que de falso a imprensa de Portugal cada dia punha em público contra a gente da Companhia, alguns dos principais jornais da cidade bahiana difundiam acrescentando comentários perversos.

Ainda embalados pelo fenômeno do antijesuitismo, Anísio Teixeira tensiona essa temática abarcando que a herança secular dos jesuítas não deveria ser maculada, nem mesmo caluniada. Nesses termos, assevera:

Em Portugal, então, o anti-jesuitismo de Sebastião José Tyrannico e sangrento, cercando-se de um cem números de pamphletarios anomymos, pagos a peso de ouro, a esguincharem de libellos e de calumnias. [...] o jesuíta era o eterno conspirador subterraneo, que se não mostra, que trabalha na sombra e na treva. Mas, nestas metamorphoses intermináveis

o anti-jesuitismo é sempre manifestação daquela mesma lenda abstrusa e phantastica, filha do ódio e da inveja. Afinal, os adversários da causa de Deus têm medo do jesuíta, porque lhe reconhecem a influencia, e reconhecendo-lh'a, têm-lhe inveja e ódio e despeito. Esta trilogia gera calunia. E a calunia cria a lenda. (TEIXEIRA, 1925, p. 587).

Com o passar dos séculos, observa-se, na literatura estudada, que o poderio eclesiástico se agigantava por meio da tradição e da perpetuação da ação padroeira imbuída de autoridade moral, que lhes garantia uma condição de respeito por parte da sociedade civil.

Na narrativa de Azzi (2008, p. 36), rememora-se tal assertiva:

Em São Paulo, o centro antigo da cidade era marcado pelo mosteiro de São Bento, no largo de São Bento, pelo convento de São Francisco, no largo de São Francisco e pelo convento e igreja do Carmo. A construção desses e outros conventos trazia grande prestígio aos centros urbanos em formação. Daí a disputa para tê-los, surgindo com frequência a pouca distância um do outro.

Um outro desafeto se deu no Brasil, com a interferência de Marquês de Pombal, que foi o responsável pela expulsão de inúmeros jesuítas que exerciam a função de padre e de confessores da Corte. A imprensa da época mobilizou uma devastadora campanha antijesuítica, que trouxe consequências nefastas para a Ordem. Houve banimentos, expulsões, confrontos, exílio e, em alguns casos, mortes abruptas.

Embora houvesse tentativas para se chegar a um acordo a favor da permanência de pelo menos um ramo francês da Companhia, pois a fração lusitana já havia sido expulsa de Portugal, o Bispo Carpentras, representante do clero francês, intentou uma nova narrativa, distanciando os jesuítas da infâmia acusatória de imoralidade e deslealdade.

Conheço os jesuítas desde muito jovem...[e tenho] freqüentemente estado com eles na Itália, em Roma, Malta, Suíça e Paris'. Estava satisfeito em relatar que devia 'cada máxima de moralidade, cristandade, e submissão aos poderes conferidos por Deus para governar seu povo, aos cuidados deles e à sua instituição'. E mais, 'longe de observar na conduta deles qualquer justificativa para essas odiosas maledicências lançadas atualmente contra eles, sempre os considerei firmes na busca dos princípios opositos. (WRIGHT, 2006, p. 185).

Os nichos disciplinares da área da História da Educação já potencializa-

ram vários estudos no âmbito da seara jesuítica, uns trazendo à baila uma análise antijesuítica, e outras investigações propondo elucidações no campo das disputas hegemônicas entre o Estado e a Igreja. Como abordado anteriormente, a ideia deste estudo foi demarcar espaços, construir proposições, retomar tradições e refutar aproximações com ideias pré-concebidas desse tema tão caro na história das ideias pedagógicas. Este estudo, por retratar do segundo retorno dos jesuítas portugueses ao Brasil, se insere no bojo das pesquisas seminais sobre essa temática e grupo (SOUZA; CAVALCANTE, 2016).

As chaves de leitura desta pesquisa abordam categorias que, às vezes, se apresentavam antagônicas, outras vezes, complementares. Em se tratando de Plano de Estudos Jesuíticos, planejamento das ações pedagógicas na Ordem e a disciplina cobrada no exercício dos estudos, todas foram amparadas numa lente analítica em que se constatou um sistema pedagógico distinto e influente. Na assertiva de Wright (2006, p. 59), a educação jesuítica tornou-se

Esse fenômeno tão discutido – amaldiçoado por muitos e enaltecidos por, entre outros, Francis Bacon e Arthur Conan Doyle –, não era nem única, nem tão regimentar como às vezes se pensa, e o sucesso e a popularidade das escolas e faculdades pode muito facilmente ser exagerado. Em alguns lugares, demorou um tempo até que as elites locais se convencessem do valor da instrução jesuítica; educadores muitas vezes impuseram rigorosa resistência às incursões da Companhia e é claro que as escolas tinham sua cota de professores medíocres.

As escolas jesuítas tentavam combinar os avanços educacionais do humanismo, que, revestidos pela cultura clássica, deveriam ser forjados com elementos do âmbito espiritual. O cotidiano no espaço escolar era uma mescla de obrigação ao exame de consciência, uma proposta de desenvolvimento espiritual subjetiva e um esforço específico para se apropriar da cultura em que grandes cadeiras eram ofertadas. O Tomismo era uma referência na proposta formativa dos novos cristãos, que, por sua vez, deveria agregar infindáveis esforços na busca por membros eloquentes e refinados do mundo secular.

O percurso formativo de Anísio Teixeira e sua relação com a educação jesuítica

Anísio Spínola Teixeira nasceu de uma família afortunada de bens materiais, no sertão baiano. Averiguando sobre sua biografia em família, conforme

Santos (2017), constata-se que houve um grande conflito pessoal de Anísio Teixeira com seus entes, em razão de suas escolhas.

Conforme os estudos de Nunes (2010), Santos (2017) e Saviani (2008), Anísio nasceu em Caetité¹⁶, cidade conhecida por uma escola de formação de professores, o que lhe conferia prestígio no campo intelectual. Naquela cidade, a primeira escola de Anísio Teixeira foi a Maria Teodolina das Neves Lobão. Posteriormente, entre 1911-12, ele foi aluno do Instituto São Luiz Gonzaga, uma escola jesuítica. A seguir, foi transferido para o Colégio Antônio Vieira, colégio jesuítico de Salvador, nos anos de 1913-14.

Apesar de pequena, a cidade se despontava como *locus* de disputa de poder entre católicos e protestantes. Nesse contexto, o médico e político Deocleciano Pires Teixeira, pai de Anísio Teixeira, ajudou a fundar o Instituto São Luiz Gonzaga (1911-1912), conhecido como o “Colégio dos Padres” (AZEVEDO, 1986; TEIXEIRA, 1989). Vários alunos foram formados no Instituto São Luiz Gonzaga, talvez um dos mais famosos tenha sido o educador Anísio Teixeira, o filho do Dr. Deocleciano (AZEVEDO, 1986, p. 45).

Tanto o Instituto São Luiz Gonzaga quanto o Colégio Antônio Vieira, segundo o princípio *loyoliano* de instruir àqueles que detinham condições sociais, para que atuassem como multiplicadores dos despossuídos, tinham, como público-alvo e principal cliente, a *elite regional*. Tal como a tradição portuguesa¹⁷, os colégios jesuítas compreendiam um corpo docente qualificado, proveniente de universidades internacionais, bem como se estruturavam de forma diferenciada, com laboratórios, museus, salas de leitura, etc.

O Colégio Antônio Vieira despontou, por largo tempo, como uma das melhores instituições privadas na Bahia. Na visão de Anísio (TEIXEIRA, 1924, p. 2), a formação inicial humanística clássica obtida, a partir da Ordem Inaciana, se expressa como uma educação do pensamento e que o segredo disso era o “methodo espiritual”, alicerçado na crença com segurança na razão e na inteligência. Para Anísio, os principais presentes do Colégio foram: “Rectidão de inteligência, rectidão de coração, disciplina de suas energias” (TEIXEIRA, 1924, p. 3). Julga-se, portanto, oportuno evidenciar que o espírito científico e filosófico adensado, na sua formação dos colégios jesuítas, forjou suas bases doutrinárias (princípios, hábitos, atitudes, posturas) para que fosse um grande intelectual que marcaria as ideias pedagógicas brasileiras no século XX.

16 Maiores detalhes no Capítulo V (nota dos organizadores).

17 Maiores detalhes se encontram no primeiro capítulo deste livro, Os Jesuítas e a Ciência em Portugal (1858-1910).

No excerto a seguir, destaca-se o legado do *Ratio* e a seleção de capacidades intelectuais encontradas no interior dos Colégios Jesuítas. Esse preparo intelectual foi uma marca da Irmandade. Assim, Anísio rememora:

Os jesuítas, os de hontem, como os de hoje são fructos desse *Ratio Studiorum* – tão sólido e firme – que por quatro séculos, quasi sem outra transformação se não a que lhe vinha de sua propria vitalidade – vem formando sabios sem conta. Nós não podemos aquilatar o que é tal solidez do sistema. (TEIXEIRA, 1925, p. 593).

Salienta-se que o Colégio Antônio Vieira foi palco de uma grande amizade de Anísio Teixeira com o Padre Luiz Gonzaga Cabral, seu mais influente mentor intelectual na segunda década do século XX. Padre Cabral foi um dos grandes sacerdotes que veio de Portugal para o Nordeste, depois da revolução de 1910 naquele país. Ele inspirava simpatia logo no primeiro contato, possuía uma esmerada educação e era egresso do Colégio Campolide (Lisboa), dos jesuítas. Era, notoriamente, dono de uma oratória sacra esplendorosa. Formou-se na França e possuía um cabedal de conhecimento no âmbito da Teologia, da Filosofia, da Língua e da Literatura Portuguesa (BULCÃO, 1977). Vale ressaltar, ainda, que Padre Cabral foi diretor da Congregação Mariana Acadêmica por um longo período e despertou, em Anísio, o sonho de se tornar membro da Companhia.

Conforme orientação do *Ratio Studiorum*, os Colégios Jesuítas obtiveram uma aproximação com a orientação de métodos voltados para o estudo das ciências – Anísio cresceu e se forjou como um grande intelectual nesse ambiente educacional dos jesuítas, cujas influências são encarnadas na sua vida intelectual (SANTOS, 2017). Como aluno destacado, os padres do Colégio Antônio Vieira e a família disputavam moldar o futuro de Anísio Teixeira. O Padre Meyer acreditava que Anísio deveria ser químico. O Padre Zimmermann o queria matemático e físico. O Padre Torrend, naturalista¹⁸, o queria como cientista. O Padre Ferreira o via como escritor. Por sua vez, o influente Padre Cabral, desde a primeira hora, queria Anísio como jesuíta. O Dr. Deocleciano, por seu turno, refutava a ideia de que seu filho fosse para a Ordem, almejando vitoriosa carreira política para Anísio.

Após várias investidas do Padre Cabral¹⁹ para convencê-lo à ordem jesuítica, seu pai decidiu transferi-lo para o então Distrito Federal, Rio de Janeiro, para a formação jurídica. A seguir, evidencia-se esse clima de confusão por ocasião de sua ida para a Capital Federal, frisando não estar preparado para o sonho de seu pai:

18 Sobre o Pe. Torrend, observar o Capítulo II (nota dos organizadores).

19 O tema também é abordado no Capítulo V.

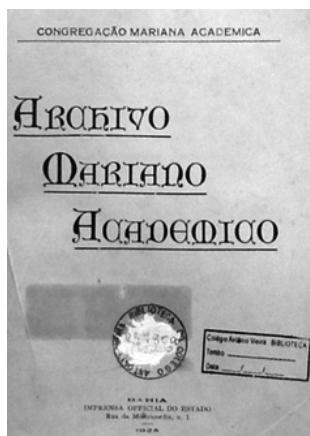
Entendi que não devia partir para o Rio sem vos deixar antes [...], todas as razões por que **tomei a resolução firme de entrar para a Companhia de Jesus** [...] Nunca teria o talento e as qualidades pessoais necessárias para o papel que sonhava. (TEIXEIRA, 1920, grifo nosso).

No Rio de Janeiro, Anísio (TEIXEIRA, 1920, grifo nosso) logo percebeu o ambiente contrastante à sua fé: “E foi indescritível **a minha desolação** ao perceber o menosprezo com que a maioria dos homens, considerava esta religião, única verdadeira e de onde os afastava uma educação racionalista e falsa”. Aos poucos, abandonou o ideal de uma vida religiosa, como se observa em suas palavras:

Compreendia-a como a luta por este ideal superior da Verdade e do Bem. E já me via na imaginação de um novo apóstolo de Jesus, pregando suas idéias e seu amor e espalhando, em volta de mim, o conforto sagrado da religião. **A razão viria, porém, cortar os sonhos do meu entusiasmo.** O ideal ficaria o mesmo, mas, as aspirações muito menores. (TEIXEIRA, 1920, grifo nosso).

Mesmo não tendo seguido a vida religiosa, o ideário jesuítico teve ressonância por um longo período da vida de Anísio. Vale ressaltar que, no Rio de Janeiro, o jovem colaborava com o Círculo Católico de Estudos da Mocidade Acadêmica e a Congregação Mariana Acadêmica, cuja intenção, além de perseverar o ideário cristão inaciano entre os alunos das universidades, acolhia os escritos de seus escritores, como Anísio Teixeira.

Imagen 1 - Colaboração de Anísio Teixeira para o Arquivo Mariano Acadêmico



Fonte: Teixeira (1925).

Após a formação na Educação Básica e ao ingressar na vida universitária, Anísio Teixeira se filiou a esse círculo de estudos, no qual permaneceu por um bom tempo. Nesse círculo, foi elaborado um documento escrito por várias mãos. No excerto escrito por Anísio, é ressaltada a ideia valorada de legado, compreendida a partir do termo *thesouro*:

Em obras didacticas latinas os jesuítas nos apresentam a GRAMATICA do P. Manoel Álvares – reputada clássica – adaptada pelo Ratio e durante três séculos fonte perenne de compêndios sobre o assumpto; um dicionário trilíngue do P. Bento Pereira; uma Arte de Grammática; uma Arte Poética do P. Manoel de Azevedo e uma Arte Rethorica do P. Cypriano Soares. Terminado este rápido bosquejar pela bibliotheca latina dos jesuítas portugueses, passemos á bibliotheca nacional de língua patria. É na Oratória onde vamos encontrar os seus maiores thesouros. E seria descabido iniciar esta brevíssima galeria de oradores portugueses, por outro que não o grande Vieira, que foi rei de todos elles, figura tão grandiosa, que sozinha enche de gloria todo o século XVII em Portugal. Da sua obra de eloquencia já se disse que nenhuma outra raça possue em um só escriptor um repositório tão vasto e tão rico de todas as bellezas de sua língua. (TEIXEIRA, 1925, p. 596).

A influência jesuítica foi hegemônica, nos *fazimentos* de Anísio, até meados de 1926. Cumpre destacar que, em 1925, Anísio viajou para a Europa, para observar sistemas escolares na Espanha, Bélgica, Itália e França, o que lhe trouxe, no campo pessoal, experiência profanas – sua crença no catolicismo se esvaía (GONDRA, 2000; SANTOS, 2017), afastando-o da prática jesuítica. Não deixava, todavia, de entender que a mudança cultural estava influenciando o processo de educar, como se confirma no excerto a seguir:

Todo o nosso passado, os nossos mais caros preconceitos, os nossos hábitos mais queridos, a nossa agradável vida paroquial, tudo isto se levanta contra o tumulto e a confusão de uma mudança profunda da cultura, como a que estamos sofrendo. Contudo, a mocidade está aceitando esta mudança, é verdade que um tanto passivamente, mas sem nada que lembre a nossa inconformidade. A mudança, todos sabemos, é irreversível. Só conseguiremos restaurar-lhe a harmonia, **se conseguirmos construir uma educação que a aceite, a ilumine e a conduza num sentido humano.** (TEIXEIRA, 1977, p. 160, grifo nosso).

É importante frisar que o próprio Anísio, mesmo em fases mais pragmatistas, não deixou de exaltar sua educação jesuítica. Sempre admitiu que seu

cabedal cultural para o exercício de suas funções públicas profissionais era consequência da formação jesuíta, dos estudos de Literatura e Direito no Rio de Janeiro e da humildade e ardor religioso de líder católico (LOURENÇO FILHO, 2001).

A professora Clarisse Nunes rememora, em um dos seus artigos sobre Anísio, a primeira fase do seu percurso formativo. Ela sinaliza um período anterior à ruptura de âmbito ideológico pela qual passou. Segundo ela, “o rosto inaciano era uma marca de Anísio ao olhar o mundo com os sinais divinos, reluzindo por meio de uma cultura humanista cristã” (NUNES, 2001, p. 6). Também declara que ele foi um militante do movimento católico no início da década de XX. Suas interlocuções, naquele período, estavam ideologicamente próximas de Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima e Plínio Salgado.

No livro intitulado “Educação e Mundo Moderno”, Anísio Teixeira pondera sobre os desafios do homem moderno do século XX, cujo esteio estava ligado às considerações sobre o progresso científico e sobre a racionalidade humana. Entretanto, Anísio reitera a importância de que todos os homens deveriam adquirir a disciplina intelectual de pensamento e estudo “que no passado, conseguimos dar aos poucos especialistas dotados para essa vida intelectual” (TEIXEIRA, 1977, p. 160). A partir desse registro, depreende-se que o conhecimento deveria ser coletivizado entre todos. Ademais, Anísio Teixeira registrou que os docentes do futuro reuniriam funções de preceptores e de sacerdotes integrados na cultura científica, como se pode observar: “o mestre do futuro será o sal da terra, capaz de ensinar-nos, a despeito da complexidade e confusão modernas, a arte de vida pessoal em uma sociedade extremamente impessoal” (TEIXEIRA, 1977, p. 161).

No Arquivo Mariano Acadêmico, Anísio deposita uma memória afetiva ao escrever a introdução da seção. Neste introito, a estima incondicional e gratidão pela influência jesuíta na sua formação educacional aparece de forma latente; assim, vejamos:

Foi ainda naquellas longínqua paragens sertanejas que conheci os jesuítas. Desde cêdo por felicidade minha fui atirado para a athmosphera sadia dos seus collegios. Criança e creança brasileira não levava preconceitos, nem os recebi em casa. E porque os jesuítas eram meus mestres e meus educadores, estimei-os e estimei-os muito, com esta estima incondicional e forte que se tributa aos pais. É com efeito o educador jesuíta sabe ser pai. Alliam a educação com o amor. E amor com amor se paga. (TEIXEIRA, 1925, p. 583).

Alguns elementos ligados à candura, à tolerância, à urbanidade, entre outros, foram reverberados nos escritos anisianos, cuja tessitura teórica aponta para uma relação de importância e valorização da ação docente rumo a uma espécie de caminhada civilizatória. Grossso modo, seria a compreensão de que:

[...] os professores e a escola – cada vez mais importantes na civilização voluntária e inteligente que estamos criando – hão de ser os pioneiros nessa fronteira de progresso moral, que se terá de abrir de agora por diante, na conquista do verdadeiro poder não só material mas humano sobre a vida nesse planeta. (TEIXEIRA, 1977, p. 179).

Os binômios entre exercício moral e intelectual são compilados nas publicações de Anísio em diversos livros e obras de sua autoria.

À guisa de conclusão

O estudo propôs inventariar ideias, problematizar fontes e verificar indícios que assinalavam alguma interlocução da influência jesuítica no percurso formativo de Anísio Teixeira, no início do século XX. Ao debruçar-nos sobre os materiais acadêmicos, bem como em fontes primárias elaboradas nesse período histórico, foi possível verificar que o legado jesuítico trouxe marcas e perdeu, por um tempo significativo, na vida deste importante educador.

Pôde-se perceber, também, que a Missão Setentrional dos Jesuítas Dispersos teve um papel relevante ao ser instalada no nordeste brasileiro, uma vez que fundou colégios e trabalhou na propagação da fé cristã. Essa Irmandade teve um papel importante na seara da educação, uma vez que apostava num currículo basilar pautado no *Ratio Studiorum*, compêndio educativo que servia como uma espécie de bússola para nortear as práticas pedagógicas nos Colégios Jesuítas.

A ação educativa da Ordem foi extensa e obteve ressonância nos vários aspectos da organização da província e, posteriormente, da República. No que tange ao legado tangível e intangível, verificou-se que houve rupturas e continuidades ao longo do percurso formativo anisiano. A ideia de uma boa formação intelectual, alicerçada num estudo humanístico e da Escolástica, foi tensionada ao longo da vida desse educador. Seus fazimentos e reverberações apontaram vestígios ligados ao desenvolvimento integral do homem, no que tange aos aspectos da moralidade, probidade, civismo, intelectualismo e a busca incessante pelo dom de vida existencial.

Referências

ASSUNÇÃO, P. *A terra dos brasíis: a natureza da América portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596)*. São Paulo: Annablume, 2000.

AZEVEDO, F. *A Missão Portuguesa da Companhia de Jesus no Nordeste (1911-1936)*. Recife: FASA, 1986.

AZZI, R. *A Igreja na formação da sociedade brasileira*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008.

BOSI, E. *Memória e Sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOWER, A. *History of the Popes*. Volume VII, London: Bower, 1766.

BRODRICK, J. *The Economic Morals of the Jesuits. An Answer to Dr. H. M. Robertson*. Oxford, 1934.

BULCÃO, O. A. *O Colégio Antonio Vieira do meu tempo (1927-1933)*. [S.l.]: Empresa Gráfica da Bahia, 1977.

CANDAU, V. M. *A didática em questão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

CASIMIRO, A. P. B. S. *Pensamentos Fundadores na Educação religiosa do Brasil Colônia*. [S.l.], 2002. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_006.html. Acesso em: 25 jul. 2019.

FRANCA, L. *O Método Pedagógico dos Jesuítas*. São Paulo: CEDET, 1952.

GONDRA, J. Anísio Teixeira – lugares de lembrar. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan.-jun. 2000, p. 1-11.

KLEIN, L. F. *Atualidade da Pedagogia Jesuítica*. São Paulo: Ed. Loyola, 1997.

LEITE, S. P. Inácio de Loyola, Fundador da Companhia de Jesus. *Monumenta Brasiliæ I (1538-1553)*, Coimbra: Tipografia Atlântida, 1956.

LIBÂNEO, J. C. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Ed. Loyola, 1985.

LONDOÑO, F. Torres. Escrevendo Cartas: Jesuítas, Escrita e Missão no Século XVI. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 22, n. 43, p. 11-32, 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882002000100002>. Acesso em: 6 ago. 2019.

LOURENÇO FILHO, R. Caminhos e encontros: correspondências entre Anísio Teixeira e Lourenço Filho. In: MONARCHA, C. (org.). *Anísio Teixeira: a obra de uma vida*. Rio de Janeiro: Ed. Loyola, 2008.

Janeiro: DP&A, 2001. p. 193-223.

NUNES, C. Anísio Teixeira: a poesia da ação. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 5-18, Apr. 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782001000100002>. Acesso em: 11 abr. 2019.

NUNES, C. *Anísio Teixeira*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

O'MALLEY, J. W. *Os primeiros jesuítas*. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2004.

PEDRO, L. C. *História da Companhia de Jesus no Brasil*: biografia de uma obra. 2008. 115f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador. 2008.

RIOS, T. A. *Compreender e Ensinar*: Por uma docência de melhor qualidade. São Paulo: Cortez, 2005.

ROMEIRAS, F. M. *Ciências, prestígio e devoção*: os jesuítas e a ciência em Portugal (sec. XIX e XX). Parede: Lucerna, 2015.

SANTOS, D. T. *Anísio Teixeira*: vida e pensamento pedagógico. 2017. 235f. Tese (Doctorado Educación y Sociedad) - Universidad de Barcelona, Barcelona, 2017.

SAVIANI, D. *As Concepções Pedagógicas na história da Educação Brasileira*. Texto elaborado no âmbito do projeto de pesquisa O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil. Campinas, 2005. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Dermeval_Saviani_artigo.pdf. Acesso em: 10 mar. 2019.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. São Paulo: Autores Associados, 2008.

SOUZA, C. A. M.; CAVALCANTE, M. J. M. *Os jesuítas no Brasil*: entre a colônia e a República. Brasília-DF: Unesco, 2016.

TEIXEIRA, A. *Carta a Anna Spínola Teixeira e Deocleciano Pires Teixeira*. Caetité, 25 mar. 1920. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/back.html>. Acesso em: 26 jan. 2019.

TEIXEIRA, A. *Discurso pronunciado por Anísio Teixeira no Colégio Antonio Vieira*. Salvador, 1924. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/AT/textual/discurso-pronunciado-no-colegio-antonio-vieira-por-ocasiao-da-festa-de-reencontro-dos-ex-alunos-bahia. Acesso em: 20 fev. 2019.

TEIXEIRA, A. Influência dos Jesuítas. In: Congregação Mariana Acadêmica. *Arquivo Mariano Acadêmico*. Bahia: Imprensa official do Estado, 1925.

TEIXEIRA, A. *Educação e o mundo moderno*. 2. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

TEIXEIRA, A. *Ensino superior no Brasil*: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1989. Disponível em: http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/livros/chama_adicionais.htm. Acesso em: 5 dez. 2018.

WRIGHT, J. *Os jesuítas*: missões, mitos e histórias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

CAPÍTULO V

Um colégio jesuítico em Caetité: o Instituto São Luiz Gonzaga²⁰ (1912 -1925)

Fernanda de Oliveira Matos

Felipe Eduardo Ferreira Marta

“Foi de Caeteté que chegaram à Baia as vozes do sertão que chamavam os Jesuítas”

Esta foi a frase usada por Joseph H. Foulquier, em seu livro: “Jesuítas no Norte: Segunda entrada da Companhia de Jesus 1911-1940”, para introduzir o capítulo sobre a vinda dos jesuítas ao sertão da Bahia, e, mais especificamente, a Caetité.

Caetité está entre as cidades mais antigas do interior da Bahia, localiza-se na porção sudoeste do estado, a quase setecentos quilômetros da capital, numa região tradicionalmente conhecida como Sertão.

O clima ameno e a abundância de água teriam contribuído para vinda e permanência de famílias que se estabeleceram e fizeram do lugar ponto de pouso e descanso para viajantes e tropeiros, constituindo-se importante rota entre o litoral da Bahia, a região do São Francisco e as Minas Gerais. No início do século XVIII, já existiam, no lugar, fazendas de gado, alguns engenhos, a aristocracia e a riqueza, bem como a cultura e o civismo que o distingue dos outros povoados, sendo a religiosidade outro diferencial relevante.

²⁰ Em vista dessa publicação, este trabalho foi ampliado e revisado do originalmente apresentado no VI Seminário Nacional e II Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil, no período de 24 a 27 de outubro de 2017.

Em 5 de abril de 1810, a Freguesia de Caetité foi elevada à categoria de Vila, ocupando boa quantidade das terras do sudoeste da Bahia. Apesar da grande distância da capital, a Vila sempre teve papel atuante na vida econômica e política da província. Exatamente dessa atuação, por ocupar um espaço geograficamente privilegiado e por abrigar famílias de muitas posses, Caetité sempre foi tida como referência entre as demais vilas da região no que se refere à cidadade e à educação. Por isso mesmo, foi chamada, por muitos, de “Princesinha do Sertão”, e é nessa condição que chega ao XX.

Com o iniciar do novo século, com o sistema republicano, com a laicização do Estado, com as tendências positivistas de progresso, houve no país certo entusiasmo pela educação e algumas reformas ocorreram com o intuito de modernizar o sistema de ensino no Brasil, entre elas a que visava tornar o ensino laico no país:

[...] a Constituição Brasileira de 1891 prevê a separação entre Estado e Igreja; ao mesmo tempo, prevê a liberdade de cultos; a liberdade de ensino, desde que na conformidade da legislação. Assim, retira-se da Igreja Católica o caráter de parceira principal na atividade de educação do Estado Brasileiro. (MENEZES; SANTANA, 2012, p. 2).

O Estado brasileiro proibiu, desde então, qualquer tipo de parceria com grupos religiosos, ao mesmo tempo em que dá liberdade de ensino – isso deixa brechas para a atuação de ordens religiosas no Brasil.

É neste contexto social e político que os jesuítas retornam ao Brasil. Eles foram perseguidos e expulsos de Portugal, por ocasião da implantação da República em 1910, e se dispersam por vários países, inclusive o Brasil. Chegaram aqui pelo Rio de Janeiro, onde, após superar dificuldades da entrada, dedicavam-se ao trabalho educacional e missionário.

A convite do arcebispo da Bahia, Dom Jerônimo Tomé da Silva, estabeleceram-se em Salvador, lugar que se tornaria a sede da Missão Portuguesa no Nordeste, elemento importante para a coesão dos jesuítas exilados. Na Bahia, a Ordem recebeu várias solicitações, “entre os pedidos estava o de abrir uma escola no longínquo interior - Caetité” (AZEVEDO, 1986, p. 32) mas, na verdade, a demanda era do Mons. Luiz²¹, justificando-se com base em preocupações de ordem religiosa, uma vez que ele

²¹ Monsenhor Luís Pinto Bastos era o pároco da cidade neste período, era um homem de muita influência junto aos fazendeiros e aos políticos da região, era partidário do Coronel Deocleciano Teixeira, representante do partido Liberal em Caetité e região.

[...] estava preocupado com a implantação de um colégio católico. Importa lembrar que, neste contexto, já havia um colégio protestante na cidade, contribuindo para a popularização de tal religião; além disso o espiritismo estava ganhando muitos adeptos. (GUIMARÃES, 2013, p. 86).

Ferdinand Azevedo (1986) também fala sobre o assunto e, para ele, a instalação do Instituto São Luiz Gonzaga em Caetité, foi, antes de tudo, um ato político, já que questões político-partidárias anteriores aquela data interfeiram, diretamente, na oferta de educação na localidade e, com o São Luiz, não foi diferente.

Ligada intimamente à política foi a educação. Por causa da rivalidade partidária entre o governador Luis Viana e seu sucessor Severino dos Santos Vieira, a Escola Normal, que já funcionava, havia cinco anos foi fechada em 1903. A situação ficou mais precária ainda no ano seguinte quando a Escola Complementar também fechou. Somente em 1912, quando o missionário presbiteriano John Henry Mac-Caul apareceu, é que Caetité sairia da penúria educacional. O missionário não pedia dinheiro mas apoio e o encontrou no Coronel Cazuzinha. (AZEVEDO, 1986, p. 37).

Com o apoio do Coronel Cazuzinha, Intendente da cidade naquele período, foi aberta a Escola Americana, em 1912, anexa à Igreja Presbiteriana. É neste contexto que o Monsenhor Luís, partidário da oposição liderada pelo Coronel Deocleciano Pires Teixeira²², e bem informado sobre o retorno dos jesuítas à Bahia, solicita ao arcebispo Dom Jerônimo um colégio católico para fazer frente ao partido político do Intendente, ao protestantismo e ao espiritismo ao mesmo tempo. O pedido foi analisado pelos jesuítas em fevereiro de 1912, que responderam favoravelmente à abertura da nova Missão de educação e de resistência ao protestantismo na futura diocese de Caetité:

Razões a favor da resistência: 1^a Seria uma resistência em que se poderia trabalhar muito e não só na cidade que é uma das principais do sertão, mas também fora em missões. 2^a A escola anexa, além do grande bem que faria àquelas famílias, serviria para preparar alunos para o colégio da Bahia e não seria necessário sacrificar professores indispensáveis nos colégios, pois

²² Deocleciano Pires Teixeira nasceu em Nossa Senhora do Alívio do Brejo Grande, atual Ituaçu - Bahia, em 1844. Estudou medicina no Rio de Janeiro. Em 1885, fixou-se em Caetité onde viveu 45 anos. Correligionário do Partido Liberal abandonou a clínica e foi se dedicar à política, se elegendo para vários cargos.

essa escola não passaria das matérias preliminares e talvez um pouco de francês e latim. 3^a O clima é bom (850m. de altitude) 4^a O Sr. Arcebispo deseja muito que aceitemos esta residência. 5^a Vae ser cabeça de uma nova diocese. (AZEVEDO, 1986, p. 38).

Logo depois de o pedido ter sido aceito, a Ordem começou a se organizar para a fundação do Colégio, entretanto, apesar do apoio do Monsenhor Luís e do Coronel Deocleciano Teixeira (pai de Anísio Teixeira), as dificuldades foram muitas, começando pela distância e pelas condições de viagem da Bahia (Salvador) até Caetité, que demorava mais de dez dias, dividida em etapas: de Salvador até a cidade de Cachoeira chegava-se de vapor, ali tomava-se o trem de ferro até Machado Portela (atual Maracás), e o restante era feito a cavalo ou burro passando pela Serra do Sincorá.

Vencidas as dificuldades da viagem, o Padre Sallustio descreve, em carta aos seus superiores, a acolhida dos caetiteenses por ocasião da chegada dos primeiros cinco padres na cidade:

[...] ao pé do cemitério da cidade esperava-nos a filarmônica, moças vestidas de branco com lenços na mão e capelas na cabeça, dois pendões e arcos de verdura e cordões de bandeirinhas de papel. Os foguetes estralejavam, a música rompia, os lenços agitavam-se, os pendões ecoavam: era a saudação e o pômo-nos em marcha para casa. Foi um entusiasmo grande, uma grande manifestação, uma manifestação sincera de benevolência. Começamos a caminhar os cinco, como se determinara a ordem do triunfo, atrás dos músicos e do pendão que seguia o do apostolado ladeado de associados; seguiam-nos mais de 300 cavaleiros envolvendo-nos de saudações. Junto à portaria o povo aglomerou-se; por fim o Vigário fez um discurso de bem vindo. Respondi-lhe como pude, a comoção foi recíproca. (PADRE SALLUSTIO. Caetité, 03/05/1912. CARTAS EDIFICANTES. Vol. 04, p. 4 e 5).

Pelos relatos do padre, pode-se imaginar como eles foram esperados e como o Monsenhor Luís já havia mobilizado a população em torno dessa chegada. Contudo, passada a alegria da acolhida, apareceram as primeiras dificuldades de ordem física, financeira e política a serem enfrentadas por eles em Caetité:

[...] Encontraram os padres uma casa mobiliada com móveis emprestados, portanto casa vazia, apenas enfeitada. E que casa seria? A casa é grande, escreve um dos seus primeiros moradores, mas está por mobilar, e por ora não há com que o possamos

fazer. Havia cinco canapés, três mesitas de réles madeira, cinco cadeiras de couro, quatro ou cinco de palhinha, uma bacia grande de folha, um banco de pau e uma acha meio queimada na lareira. Eis o mobiliário completo. As camas tinham só coberta e um lençol; mas tudo isto era emprestado [...] (FOULQUIER, 1940, p. 64).

[...] Toda a intervenção oficial da Intendência e dos políticos de Caetité era em favor eschola protestante. Ao saber da chegada dos Padres e da fundação do Instituto São Luiz Gonzaga no Edifício da antiga Eschola Normal cedido pelo Exmo. Sr. Dr. Diocleciano Pires Teixeira, mandou o intendente retirar da mesma Eschola Normal todo o mobiliário escolar, entregando-o ao Collégio Americano [...]. (MADUREIRA, 1929, p. 636).

A implantação do colégio

Antes da abertura oficial do colégio, a divulgação da escola já havia se iniciada no A PENNA, jornal impresso local, com uma matéria importante sobre o colégio intitulada “PROGRAMA DO INSTITUTO SÃO LUIZ GONZAGA DE CAETITÉ”. A publicação discorria sobre os objetivos e as diretrizes de funcionamento da escola, chamando atenção dos possíveis interessados pela matrícula, bem como para as normas de funcionamento e os investimentos financeiros necessários:

I. O Instituto São Luiz Gonzaga tem por fim a educação literária, civil e religiosa da mocidade. II. O ensino, que terá uma função sobretudo prática, abrange as matérias do curso preliminar primário e de coisas, e de um curso noturno de línguas. III durará o anno lectivo dez meses, a principiar no mês de Março; seguir-se-ão dois meses de férias, que todos deverão passar fora do Instituto. São considerados dias feriados todas as festas nacionais. Haverá quatro horas diárias de aula – das 9 às 11 da manhã e das 2 às 4 da tarde. (JORNAL A PENNA, 07/06/1912, p. 02).

É interessante observar como os jesuítas deixam claros os objetivos a serem alcançados: a formação civil, ao mesmo tempo que, intelectual e religiosa a ser dada à “mocidade”. A formação educacional a ser oferecida pela escola deveria seguir os preceitos da Educação Inaciana que visava uma “Educação de excelência” e a formação de líderes. Para a Companhia, a busca pela excelência se dá num contexto amplo de “excelência humana”, determinada pelas

circunstâncias de lugares e pessoas, pautada na formação integral do indivíduo dentro da comunidade, sem esquecer a dimensão religiosa, que perpassa toda a educação e o diálogo entre a fé e a cultura. É importante, ainda, destacar o nível “preliminar” dos ensinamentos a serem ministrados ali, além do curso noturno. Percebe-se que o Colégio abre suas portas, inicialmente, sem muitas pretensões de cursos; esta poderia ser uma estratégia para que os alunos que começassem seus estudos aí e seguissem para completá-los no Antônio Vieira na cidade de Salvador, ou ainda poderia ser devido às dificuldades de implantação, a necessidade de mais professores ou até mesmo de público-alvo para estudos mais avançados. A matéria do jornal segue com outras diretrizes:

[...] IV. Insubordinação, irreligiosidade e imoralidade são motivos para expulsão. Toda a falta de assistência às aulas e actos escolares deve ser justificada por escripto por pessoa encarregada do alumno. V. não se admite alumno algum antes dos sete anos de idade. VI. embora a Direcção não tome a responsabilidade dos actos dos alunos praticados fora desta casa, reserva-se contudo o direito de zelar o seu bom nome. VII. cada alumno deverá ter nessa cidade, na falta dos pais, pessoa a qual se responsabilize por tudo, e a quem se possa recorrer. [...] (JORNAL A PENNA, 07/06/1912, p. 02).

Por meio dessa parte da matéria, foi possível conhecer as diretrizes da presença e da permanência dos alunos da escola, um certo “código de posturas”, toleráveis ou não, dentro da instituição e também fora dela, apesar de a responsabilidade dos padres pelos alunos não ultrapassar os portões da escola. O texto do jornal segue falando de outro aspecto interessante, em função de a instituição ser particular e com regime de externato e internato para meninos:

[...] VII. A contribuição mensal que deverá ser paga toda adiantadamente, embora algum alumno se retire antes do fim de uma prestação, será de 5\$000 réis para os externos e de 45\$000 réis para os internos devendo estes além disso entregar, só na ocasião da entrada, 10\$000 réis de matrícula e o 20\$000 réis da jóia a qual lhes dá direito de uso do leito, lavatório e talher enquanto estiverem no Instituto. O custeio do curso de línguas dependerá de contracto especial. N. B. a) Poderá fazer-se um abatimento de 25% no caso de se acharem internados aqui dois irmão e de 50% quando forem mais. b) na pensão anual não fica compreendida a despesa dos livros, artigos de escritório, concertos e lavagem de roupas, pharmácia e médico [...]. (JORNAL A PENNA, 07/06/1912, p. 02).

Esses eram os valores praticados pelo Instituto para os alunos internos e externos. Essa informação foi reforçada por Madureira (1929) que, além de falar sobre os valores da anuidade, acrescenta ainda a existência de muitos alunos que estudavam no Instituto gratuitamente e dos descontos dados às famílias que tinham mais de um aluno.

A partir de listas de compra e venda das fazendas locais no ano de 1912, existentes no Arquivo Público de Caetité, foi possível constatar que o valor de 45\$000 reis, cobrados pela anuidade dos internos, era mais ou menos o valor de uma vaca de médio porte na região. Isso nos leva a crer que o valor estabelecido pela escola não era tão alto para o padrão das famílias de classe média e alta da região. Madureira (1929, p. 636) afirma que as “pensões do Instituto São Luiz eram excessivamente módicas”, sem contar os abatimentos nos valores quando se tinha irmãos e os alunos que estudavam gratuitamente na escola. Isso, certamente, ampliava o acesso de mais alunos à instrução. Essa era a forma que o colégio tinha de se manter funcionando dentro dos padrões estabelecidos e mesmo praticando valores relativamente baixos, ainda excluía da escola os meninos cujas famílias não tivessem as condições de arcar com a despesa total, pois, além dos valores descritos acima, que correspondiam ao pagamento da matrícula e mensalidades, ainda acrescentava-se o enxoal individual às despesas dos internos:

[...] IX. O enxoal dos internos compõe-se dos seguintes objetos: 4 lençóis; 2 cobertas; 1 cobertor de lã; 4 fronhas; 6 camisas de cor; 2 camisas de dormir ou chambres; 4 ceroulas; 6 pares de meias; 6 lenços brancos; 6 lenços de cor; 3 toalhas de rosto; 2 toalhas de banho; 2 guardanapos; 3 uniformes para casa; 2 fatos de passeio: um branco e outro de casemira; 1 par de botinas de couro para sair; 2 pares de calçado para casa; 1 saco para a roupa servida N. B. a) a roupa de cada alunno deve ser marcada com o número previamente designado. b) os objetos de limpeza que cada um deve possuir: escova, pente, tesoura, sabão e espelho, podem para maior comodidade, ser fornecidos pelo Instituto, com autorização dos pais ou de seu representantes. c) o Instituto não se responsabiliza pelo pagamento ou fiscalização de qualquer objeto confiado a pessoas estranhas, ou que não tenham sido entregues ao thesourero. [...] (JORNAL A PENNA, 07/06/1912, p. 02).

O enxoal fala muito sobre como era a rotina e a organização da escola para internos, bem como sobre os cuidados a serem tomados com os objetos pessoais dos meninos, e, ao finalizar a matéria, fica claro a possibilidade de os

alunos iniciados no Luiz Gonzaga seguirem para o Antônio Vieira, em Salvador:

[...] X. os alunos, que obtiveram diplomas de aprovação neste Instituto, poderão mediante a apresentação do mesmo, transitar para a classe imediatamente superior em qualquer curso do Collegio Antônio Vieira, com sede na Bahia. [...] (JORNAL A PENNA, 07/06/1912, p. 02).

Depois de feita uma mobilização em torno da abertura e das diretrizes de funcionamento, o colégio para meninos São Luiz Gonzaga começa a funcionar em 16 de julho de 1912, com cinco padres – professores mais o diretor da casa, o Pe. João Ilhão, quatro irmãos coadjutores, que auxiliam os padres nas atividades pedagógicas e na casa e dezoito alunos (internos e externos) entre os quais estavam os filhos do próprio Coronel Deocleciano (Mário e Anísio Teixeira). Ainda segundo Madureira (1929), pelas suas limitações, as matérias de ensino se resumiam a três cursos de instrução primária e aos três primeiros anos do curso Gynasial. Com o decorrer do tempo, os padres foram organizando a escola e as condições de estadia, melhorando as acomodações. A quantidade de alunos foi crescendo.

Do cotidiano da escola aos métodos utilizados

O número de alunos aumentou consideravelmente entre 1912 e 1920 e isso permitiu aos jesuítas dispor de maior qualidade em relação aos trabalhos escolares, à estrutura física e ao seu próprio sustento. A primeira casa que os padres arrendaram tinha sido a Escola Normal. Mais tarde, os jesuítas compraram a casa e mais cinco prédios em volta para melhorar as acomodações presentes, como para alargar o local das construções futuras, caso se viesse a fazer. O espaço “deu lugar a que os jesuítas passassem a morar no que foi chamado pelos matutos o Vaticano de Caeteté” (FOULQUIER, 1940, p. 65).

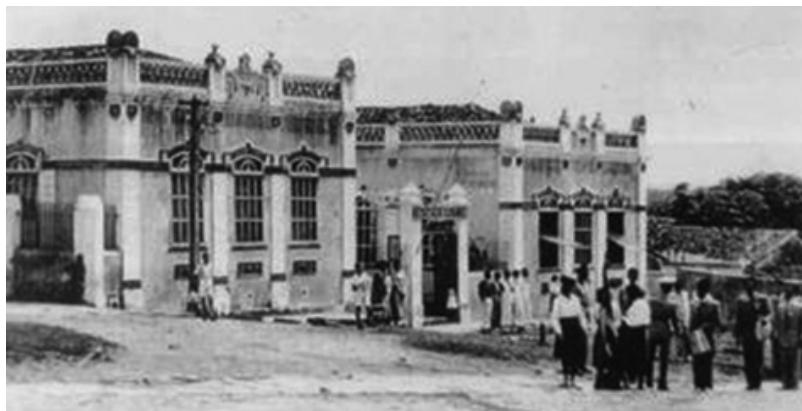
Com o passar dos anos, as instalações foram ampliadas com a junção de casas vizinhas, devido ao crescimento no número de alunos, principalmente internos, como registra Jornal A PENNA:

Instituto S. Luiz Essa casa de Instrução fundada aqui pelos Revmos. Padres Jesuítas, tem entrado em uma phase de franca prosperidade. Já não basta o antigo Edifício da Escola Normal para acomodar os alunos internos e, em razão d'isso, o Revmo Padre superior João Ilhão está edificando um vasto alpendre ao edifício. (JORNAL A PENNA 29/08/1913, p. 06).

Na documentação, não foi localizada nenhuma planta baixa do prédio inicial e nem dos anexados construídos posteriormente ou informações mais precisas sobre o prédio escolar durante a década de 1910, entretanto, como se sabe que no mesmo local funcionou a Escola Normal antes e depois do Instituto, algumas foram levantadas.

A fotografia a seguir, apesar de ser da década de 1930, quando o prédio era ocupado pela segunda Escola Normal, corresponde ao Instituto São Luiz, sendo que, possivelmente, no pavilhão da esquerda, chamado “Goes Calmon”, funcionavam salas de aula, no da direita, “Ruy Barbosa”, o salão de estudos e festividades escolares, contando, ainda, com belos jardins entre esses pavilhões. A frente do prédio ficava para a Praça da Feira (atual Praça Rodrigues Lima) e os fundos para o Jardim Ruy Barbosa (atual Praça Coronel Cazuzinha).

Imagen 2 - Escola Normal de Caetité – Década de 1930



Fonte: Arquivo Público de Caetité.

Pelos relatos do Padre Francisco, numa carta datada de 4 de junho de 1919, o colégio teria sido ampliado, inclusive tomando parte de uma praça cedida pelo poder público para o colégio.

[...] já no meu tempo se aumentou o Collegio com um novo dormitório, capaz de umas 50 camas, nova sala de estudos (o maior salão de Caetité até agora, e que só era excedido pelo do novo theatro da cidade, que andam a construir), e novo refeitório dos alunos. Aos poucos foram-se comprando novas casas, conseguiu-se lhes parte d'uma praça pública que o município cedeu em troca d'outros terrenos, e temos hoje um quadrado inteiro só com exceção d'almas casas pequenas d'uma das fases, que se

não tem comprado pro que os donos querem especular com o Collegio: não fazem, porém, falta só seria conveniência obte-las. [...] (PADRE FRANCISCO DOS SANTOS, Caetité, 04/06/1919 – CARTAS EDIFICANTES, Vol. 6, p. 88).

Atualmente, o pavilhão esquerdo (Góes Calmon) não existe mais, e, no lugar, há um jardim e a Escola Senador Ovídio Teixeira, respectivamente. No quintal da escola, é possível encontrar vestígios materiais da construção que havia ali antes.

Do interior da escola, foi encontrada apenas uma fotografia que corresponde à capela, lugar de muita importância para os padres e para os alunos, principalmente os internos, que eram estimulados o tempo todo às práticas religiosas:

[...] A pequena capela do Instituto tinha portas para a rua, mas não era logar (sic) tão propício quanto a matriz, pouco distante da nossa casa, onde por vontade e licença do Vigário, os nossos padres exercitavam os ministérios. Com semelhantes disposições só podia ser beneficiada a sua educação e formação religiosa, dada a docilidade com que aceitavam os ensinamentos dos padres [...] (FOULQUIER, 1940, p. 66).

Imagen 3 - Capela do Instituto São Luiz



Fonte: Foulquier (1940, p. 66).

A capela era simples, mas, aparentemente, bem cuidada. Possuía um altar de madeira, onde ficava o sacrário, com as hóstias consagradas, e a imagem do padroeiro do colégio, São Luiz de Gonzaga. O Pe. Antônio Gonçalves descreve a boa vontade dos alunos em relação à prática religiosa, o que foi continuamente cultivada a partir da característica mais marcante da Companhia de Jesus – a ação missionária. Além das atividades religiosas desenvolvidas no São Luiz, outras eram realizadas por toda a região. Enquanto alguns padres e irmãos ficavam no colégio, responsabilizando-se pela instrução dos alunos, os outros saíam em missão pelo sertão, com o intuito de fazer expandir a fé católica e tornar o Instituto São Luiz Gonzaga mais conhecido entre os sertanejos.

Em relação ao trabalho educacional oferecido pela escola, é sabido que ela seguia os preceitos e os objetivos da Educação Inaciana, que visava uma “Educação de excelência” e a formação de líderes. Para a Companhia, a busca pela excelência se dá num contexto amplo de “excelência humana”, determinada pelas circunstâncias de lugares e pessoas, pautada na formação integral do indivíduo dentro da comunidade humana, sem esquecer a dimensão religiosa que perpassa toda a educação e o diálogo entre a fé e a cultura. Além disso,

Os centros educativos da Companhia ajudam seus estudantes a desenvolver suas qualidades mentais e efetivas que os capacitam – em qualquer situação que venha a ter na vida – para trabalhar com os outros para o bem de todos no serviço do Reino de Deus. (KLEIN, 2015, p. 76).

O Jornal A PENNA traz também algumas informações sobre o cotidiano da escola, como a abertura e o encerramento das aulas, premiações, resultados finais, sobre o currículo do Instituto, discriminando, por exemplo, os componentes que eram trabalhados, suas respectivas cargas horárias, dando uma ideia do funcionamento dos cursos oferecidos e suas prioridades pedagógicas:

Collegio S. Luiz

De posse de informações de fonte certa, pois foram-nos fornecidas pelo Rev. Padre Mestre Vlelltendent, podemos informar ao leitor qual o horário d'este Instituto. É o seguinte durante cada semana:

1º anno	Curso gynasial	Curso complementar
Francez	4 horas	4 horas
Portuguez	4 horas	4 horas
Arithimética	4 horas	4 horas
Geographia	3 horas	2 horas
Calligraphia	1 hora	2 horas
Lições de Cousas	1 hora	1 hora
Religião	1 hora	1 hora
Inglez	2 horas	História - 2 horas

Fonte: Jornal A PENNA, 28 de fevereiro de 1913, nº 30.

Apesar das disciplinas e cursos apresentados pelo jornal como sendo as atividades curriculares da escola em 1913,

A vista da situação do colégio, foram limitadas as matérias de ensino a três cursos de instrução primária e os três primeiros anos do Curso Gymnasial. Verificando-se porém, que eram insuperáveis as dificuldades para obter bancas examinadoras no Collégio, supriu-se, desde 1918, o 3º annogynasial e deu-se aos dois primeiros anos uma feição mais prática aos filhos do sertão, juntando-se ao ensino das matérias ordinárias os principaes elementos para o conhecimento das sciencias naturais e da agricultura. (MADUREIRA, 1929, p. 634).

Quanto aos métodos de ensino, tinham características do Ensino Intuitivo e do *Rádio Studiorum*²³. É bem provável que, pelas particularidades do Colégio de Caetité, muitos métodos de ensino tenham sido adaptados à realidade local. Entre as práticas tradicionais do *Rádio Studiorum*, a premiação foi muito usada como

²³ Plano de Ensino dos colégios jesuítas, é um manual para ajudar os professores e administradores na marcha diária do colégio. Contém uma série de “regras” ou diretrizes práticas que tratam de assuntos como a direção geral do colégio, a formação e a distribuição dos professores, os programas ou os métodos de ensino. (EDUCAÇÃO, SJ, 1987, p. 64).

estímulo aos melhores alunos de cada ano; este era, sem dúvida, momento de solenidade para os alunos, suas famílias, para os padres e para a comunidade, e dado a sua importância, sempre ficava registrado no Jornal A PENNA.

Às duas horas da tarde de ontem, adentramos o largo portão do Colégio dos Jesuítas. Chegaram ali distintas famílias e cavalheiros da fina flor caitetéense, todo gentilmente convidados para assistirem a solene premiação anual dos alunos do Instituto S. Luiz Gonzaga (...) o salão estava ornado a capricho com palmas, flores, bandeiras, quadros e vasos de plantas. Ao fundo ostentava um pátio muito disposto, sobranceiro ao salão fartamente mobiliado. (...) Depois das 3 horas chegou S. Excia o Sr. D. Manoel Raymundo de Mello Bispo diocesano, o REVMO. Sr. Conego Luiz Bastos e outros padres (...) S. Excia. Começou a solenidade pelo discurso Duas palavras, sendo em seguida distribuídos os prêmios de comportamento e religião (...). Seguiu-se a distribuição dos prêmios de letras (...) ciências (...) foram por fim distribuídos os prêmios de Bellas Artes (...). O Padre Vlelledent informou aos assistentes dos bons resultados colhidos e o progresso do Instituto, assim como da criação de mais aulas no futuro anno e do tempo e condições em que seriam reabertos os cursos (...) os prêmios e as belas medalhas, assim como os diplomas de accessit eram entregues por S. Excia. Rvmo. Sr. Bispo aos alumno. (JORNAL A PENNA, 29/11/1917, nº 151, p. 03).

Pela matéria do jornal, é possível fazer algumas observações: inicialmente, é confirmada a classe social dos alunos que ali estudavam já que estavam presentes “famílias e cavalheiros da fina flor caetetéense”; assim como o progresso alcançado pela escola no ano, contando com mais de oitenta alunos, com uma estrutura física e mobiliário de requinte, bem diferente das condições da chegada em 1912, com muito prestígio por parte da sociedade local, o que dava à escola tranquilidade para fazer planos. O bispo, que tinha sob sua responsabilidade uma diocese com dimensões territoriais muito extensas, incluía, em sua programação, a participação dessa atividade, dando, a ela, mais ainda, o caráter de solenidade. Este era o momento especial para os alunos, pois seriam “recompensados” pela sua dedicação aos estudos recebendo prêmios por se destacarem em áreas diversas do conhecimento e também em religião. Enfim, era de fato um momento importante.

Quanto ao método indutivo também praticado pela escola, tem sua origem em Rousseau. No Brasil,

[...] a introdução do método intuitivo ocorreu inicialmente por algumas escolas particulares, sendo apresentado como inova-

dor. O discurso político e educacional produzido nessa época estabeleceu relação com as propostas de inovação metodológica e a difusão do ideário liberal republicano, destacando-se a utilização das “lições de coisas” ou método intuitivo como estratégia de intervenção na sala de aula, o *lócus* específico da instrução e da mudança das práticas pedagógicas, adequado à escola e ao projeto político modernizador. (HILDORF, 1986 apud REMER; STENTZLER, 2009, p. 6335-6336).

No Brasil, esse método teve um defensor comprometido, Ruy Barbosa, que defendia a modernização da educação no país e, para isso, considerava necessário novos padrões intelectuais com sua origem em novas concepções de conhecimento. Além disso: “Nos seus Pareceres as *Lições de Coisas* foram ressaltadas como elemento primordial para a renovação da escola primária, como o único método capaz de triunfar sobre os métodos verbalistas e a rotina pedagógica predominante nas escolas de seu tempo” (REMER; STENTZLER, 2009, p. 6336).

É interessante observar que, mesmo seguindo os ideais inacianos, o Instituto, também, como é próprio dos jesuítas, apresenta algumas características das tendências modernas da educação trazendo no currículo um componente denominado “Lição das Cousas”, que, como o próprio nome já diz, partia do cotidiano, do concreto, do real, enfim, das coisas para se chegar ao conhecimento intelectual e abstrato. Neste sentido, algumas aulas práticas eram comuns no Instituto, entre elas, uma ficou registrada no Jornal A PENNA, publicado no dia 01 de março de 1917, p. 4. Trata-se de uma visita que os alunos internos da escola fizeram à tipografia do jornal. Nessa matéria, o jornalista, além de falar sobre a visita, ainda fez questão de registrar o nome de todos os alunos presentes, o que nos serve como um documento²⁴ importante na falta dos diários da escola com o nome dos alunos.

Mediante práticas como essa, a escola foi ocupando lugar de destaque na educação local na primeira década de funcionamento. O aumento no número de alunos, entre 1915 e 1920, foi bastante considerável e, quando terminavam seus estudos ali, seguiam para Salvador, onde continuavam estudando em colégios católicos como o Colégio Antônio Vieira e o dos Irmãos Maristas, ou em outros estados, como Minas Gerais (Belo Horizonte) e Pernambuco (Recife).

O Padre Justino, professor do Instituto São Luiz naquele período, numa de suas cartas aos superiores da Missão na Bahia, também apresentou satisfação com os resultados apresentados pela escola:

24 A utilização desse tipo de documento é possível na perspectiva da História Cultural que considera a historicidade e a diversidade possível de fontes de naturezas diversas.

O número de alunos pode parecer pequeno em comparação com os outros collegios. Porém, não devemos perder de vista que o Instituto São Luiz Gonzaga ocupa relativamente pouco pessoal, que o sertão da Bahia é pouco povoado e que este número representa o que há de melhor e de mais influente no sertão da Bahia, incluindo parte do Estado de Minas que envia bastantes alunos. (PADRE JUSTINO, Caetité, 05/05/1917. Vol. 05).

Uma incumbência especial para o Padre Cabral

Ao longo de mais de uma década de trabalho, muitas foram as atividades desenvolvidas pelos jesuítas em Caetité. Entre elas, não se pode deixar passar despercebido as atividades de cunho missionário-religioso como a catequese e as visitas pastorais; em todas atividades, era rotina a busca de novas vocações ao presbitério.

Os padres esperavam que o conhecimento oferecido, o exemplo deixado e as devoções católicas estimuladas gerassem, entre os alunos do Instituto e entre os meninos dos lugares visitados, pelo menos interessados no Sacramento da Ordem²⁵.

Um caso bastante conhecido, pelos registros deixados, e aparentemente frustrado, se deu com o jovem Anísio Teixeira²⁶, este assunto teria sido uma incumbência difícil para o Padre Cabral.

Dentre os primeiros matriculados no São Luiz estavam os Teixeiras: Anísio, Jayme e Nelson. O caçula, Anísio, logo se destacou pela inteligência e compromisso com os estudos, pelas lições, pelo rigor nos deveres e, de modo particular, pela disposição às atividades religiosas. Ele era também um campeão nas premiações anuais do colégio, conforme apontam as “Solenes Premiações de fim de ano”, trazidas pelo Jornal A PENNA.

Do Instituto São Luiz, Anísio seguiu para Salvador, onde prosseguiu seus estudos com os jesuítas do Antônio Vieira. Ali, continuou a se destacar, chamando a atenção do padres e despertando cobiça entre eles, que o queriam entre os vocacionados da Companhia.

De acordo com o texto da Biblioteca Virtual Anísio Teixeira, ele tinha verdadeira admiração pela Companhia e por seus ideais.

25 A Ordem é um dos sete sacramentos do catolicismo que confere o poder de exercer funções e ministérios eclesiásticos que se referem ao culto de Deus e à salvação das almas.

26 Outra abordagem sobre o tema pode ser vista no Capítulo IV.

[...] Anísio nada tinha de místico. Místicos os jesuítas não são, mas homens de combate, como soldados. Pelo ascetismo e pelo treinamento intelectual, eles compõem um tipo de vivência na qual a fé em sua inteireza revelada não se guarda apenas pela razão mas, igualmente, pelas obras para a maior glória de Deus. A seriedade de pensamento, a pureza de costumes talhavam Anísio para um destino que bem podia ser sacerdotal [...] (BIBLIOTECA VIRTUAL ANÍSIO TEIXEIRA, s/d).

Ele não teria saído de Caetité com o propósito de seguir carreira na Companhia, porém, entre as perspectivas possíveis, essa era a que mais o seduzia. Ao longo dos anos estudando no Antônio Vieira, Anísio ganhou, além da admiração dos companheiros, a atenção e o respeito do Padre Cabral (Luiz Gonzaga Cabral) que, de acordo com Otávio Martins, em texto escrito para a Biblioteca Virtual Anísio Teixeira, o elegeu “a maior recompensa da nova vinda dos Jesuítas à Bahia”.

O Padre Cabral era um verdadeiro intelectual, um dos padres mais experientes entre os Jesuítas Portugueses Dispersos, e por isso era uma referência entre os demais inacianos. Ele protagonizou cenas de fuga bem interessantes por ocasião da perseguição portuguesa em 1910, que resultaria na volta da Província Lusitana ao Brasil. Com sua oratória perfeita e seu conhecimento inesgotável, teria acompanhado de perto a formação de Anísio no Antônio Vieira, que por sua vez, levou para o curso de Direito, iniciado na Bahia, concluído no Rio, a inquietação da vocação inaciana.

Nunca carta datada de 13 de janeiro de 1923, de Caetité, o Padre Cabral fala de uma viagem do Rio de Janeiro a Caetité, via Pirapora (Minas Gerais) na companhia dos seus antigos alunos que acabavam de se formar em Direito, e sobre os motivos dela.

[...]A este longínquo Caiteté vim tratar um assumpto de salvação das almas numa família, para dar os Exercícios à comunidade e para fugir à Bahia por um dois meses, podendo assim descansar das fadigas de 6 annos durante os quais bem se pode dizer que nunca tive férias. [...] (PADRE LUIZ CABRAL. Caetité, 13/01/1923. CARTAS EDIFICANTES. Vol. 8, p.103, 104).

Ele não cita nomes, mas, pelo cruzamento das fontes, é possível que a família à qual ele se refere fosse a família do Dr. Deocleciano e Dona Ana, pais de Anísio Teixeira, provavelmente o ex-aluno que o teria acompanhado na viagem.

O Padre Cabral esteve na cidade “de férias” e enquanto isso, teve como missão, convencer os pais de Anísio a permiti-lo entrar para a Companhia de Jesus.

Padre Cabral não sabia, entretanto, que Deocleciano depositava em Anísio a esperança de manter a tradição política da família. Não lhe desejava o sacerdócio, mas a vida pública, coroada pelo ideal republicano que ele representava. Esta também era a opinião de sua mãe, e informalmente, se tem notícia de que, em sinal de protesto à proposta do Padre Cabral, ela teria deixado de frequentar temporariamente as atividades da Igreja Católica.

A missão do Padre Cabral em Caetité fora frustrada, ele não conseguiu a autorização dos pais de Anísio para que ele ingressasse na Companhia, e esta, sem dúvida, lhe fora uma grande perda, e Anísio, por sua vez, condescendente com a decisão do pai, trilhou outros caminhos se tornando referência na área da educação.

A Companhia de Jesus certamente perdeu um possível grande padre, mas, ao contrário, o Brasil ganhou um grande intelectual.

Anos finais de funcionamento da escola

Apesar do grande prestígio com que o Instituto chega à década de 1920, ele não teria mais tantos anos de vida, pois “as dificuldades em mantê-lo, bem como as inúmeras e novas demandas para o pequeno contingente de jesuítas inviabilizaram a continuidade da obra, além de outros detalhes” (SOUSA, 2013, p. 8). Ao observar a evolução das matrículas, pode-se constatar que

Houve uma diminuição da frequência em 1920, redução essa causada por motivos estranhos ao Collegio e proveniente de perturbações políticas, que conflagraram várias partes do sertão baiano, onde era mais conhecido o Collegio e donde deixaram de vir vários alunos, pela pouca segurança que então reinava naquelas regiões. (MADUREIRA, 1929, p. 635).

Uma das matérias de A PENNA, citadas neste texto, informava que a naturalidade dos alunos do São Luiz era diversa, o colégio recebia alunos de várias localidades, como o norte de Minas Gerais, e de outras regiões da Bahia, como a Chapada Diamantina. Madureira não deixa claro que perturbações políticas foram essas e nem de onde esses alunos deixaram de vir, entretanto, como se trata dos anos 20, é possível que ele esteja se referindo aos conflitos políticos entre os coronéis da região da Chapada Diamantina e o Governo Estado da Bahia.

Os jesuítas não fizeram referência a este fato como sendo o motivo pela decisão de encerrar as atividades do Instituto alguns anos mais tarde, entretanto, ele pode ter influenciado.

Existe ainda a hipótese de que a diminuição no número de matrículas fosse uma estratégia da própria administração da escola para que aos poucos fosse encerrando suas atividades em Caetité, já que uma das motivações iniciais da vinda dos jesuítas à cidade, fora o combate aos protestantes presbiterianos e à Escola Americana, e, ao que tudo indica, nem a Igreja nem a Escola representavam uma “ameaça” tão intensa quanto se pensava por ocasião da implantação, em 1912.

De todo modo, a partir dos anos 1920, foram encontrados alguns dados nos catálogos da Ordem Jesuíta que falam sobre a presença, cada vez menor dos padres em Caetité. Enquanto no ano de 1915, a casa de Caetité contava com dezoito padres, depois de 1920, esse número foi caindo para quinze, doze, nove e chega, ao ano de 1926, com apenas três padres em Caetité. De acordo com Madureira (1929), foi neste ano que a Ordem resolveu desativar o Instituto pelas mesmas razões que, durante anos, embaraçaram seu funcionamento: grande dificuldade de comunicação com a casa de Salvador, a dificuldade de conseguir bancas examinadoras – o que levava deficiência ao curso Ginasial – e a maior necessidade apresentada por outros lugares da Região Nordeste. A isso, o Jornal A PENNA, de 29 de abril de 1926, acrescenta as exigências do novo regulamento de ensino determinado pelo Governo da Bahia.

Mesmo com a data oficial do encerramento das atividades jesuítas em Caetité em 1926, a escola só teria funcionado regularmente até o ano de 1925. No último ano da presença jesuítica em Caetité, estes teriam se dedicado às atividades religiosas, na capela de São Benedito, e às missionárias, nas outras cidades da diocese. No título da página do catálogo do ano de 1926, nem se fala mais sobre Instituto São Luiz Gonzaga, como em anos anteriores, mas sim da “CAITETESIS RESIDENTIA – EGREJA DE S. BENEDICTO – CAETETÉ”, ou seja, da Residência Caetiteense – Igreja de São Benedito e, no que se refere aos padres, realizavam apenas atividades relacionadas ao serviço pastoral e ministerial, como a catequese e o exame de possíveis candidatos à carreira vocacional na Companhia de Jesus.

Não foram encontrados relatos sobre a despedida nem sobre a saída oficial dos jesuítas de Caetité. Entretanto, o Jornal A PENNA, de 11 de março de 1926, relata a entrega do prédio onde funcionava a escola, e a edição de 01 de abril traz uma pequena nota informando sobre a desapropriação do prédio pelo governo:

Edifício da Eschola Normal

Bahia 09 – Mons. Bastos – Rogo recebais dos Padres Jesuítas
o prédio onde vae funcionar a Eschola Normal determinan-

do com o Delegado Regional as medidas necessárias à próxima instalação dos cursos. Cordeais saudações. Anísio Teixeira. Director da instrução. (A PENNA, 11/03/1926. p. 02).

O ex-collegio dos Jesuítas

Bahia, 29 – A Penna – O governo declarou de utilidade pública, allem de ser desapropriado, o edifício do ex-collegio dos jesuítas nessa cidade. (A PENNA, 01/04/1926, p. 03).

Assim, supõe-se que, depois de ter entregue o prédio ao Estado, os jesuítas ainda tenham permanecido em Caetité por pouco tempo, pois, no catálogo do ano seguinte – 1927, não aparece mais nenhuma informação sobre a Residência de Caetité, dando a entender que ela já havia sido desativada. Ao que parece, a decisão pelo fechamento da escola partiu dos superiores da Ordem, tendo em vista as dificuldades apresentadas acima, descartando a ideia de possíveis desavenças locais que os fizessem sair do território.

Os padres que trabalharam em Caetité, provavelmente, foram enviados a outros colégios maiores, como o Antônio Vieira, de Salvador, e o Manoel da Nobrega, no Recife, onde, mais tarde, seria criada uma faculdade, antecessora da Universidade Católica de Pernambuco. Além dos motivos expostos em relação ao fechamento do São Luiz, não se pode deixar de levar em consideração o novo cenário político e educacional no estado da Bahia.

A conjuntura política da Bahia, a partir da década de 1910, passou a sofrer os efeitos da presença de Joaquim José Seabra no governo do estado. Ex-Ministro do Interior na República, opositor de Rui Barbosa, ele assume o governo da Bahia numa eleição muito conturbada pelo embate entre os seabristas e os partidários de Rui Barbosa, que resultou num bombardeio à cidade de Salvador.

Mesmo nessas circunstâncias, o governador J. J. Seabra ficou no cargo por dois mandatos. Neste contexto, o grupo político de Deocleciano Teixeira, oposição a J.J. Seabra, desempenha papel fundamental na eleição do sucessor, também oposição a Seabra, Goes Calmon, em 1925. Em vista deste apoio, um pequeno grupo de jovens oriundos de Caetité, é convidado a fazer parte do seu governo. Entre eles, está o jovem bacharel em Direito, Anísio Teixeira, ex-aluno do São Luiz e do Antônio Vieira, que, a convite do governador, assume o cargo de Inspetor Geral de Ensino – cargo equivalente hoje ao de Secretário da Educação.

Anísio Teixeira, de intelectualidade incomparável, que teve formação hu-

manista entre os jesuítas, tem outra visão de educação e de escola, pois esta, para ele, devia ser pública, gratuita, laica e de qualidade. Neste cargo, ele faz diversas reformas no Ensino Público e no âmbito de suas ações, recria as Escolas Normais repondo a de Caetité, fechada em 1903 pelos opositores políticos de sua família.

Herança intelectual dos jesuítas para Caetité

Para além da sabedoria religiosa, não se pode negar o conhecimento intelectual –científico dos padres que ensinavam no São Luiz. Vale a pena ressaltar que boa parte dos presbíteros veio de Portugal, onde já exerciam atividades educativas e científicas. Entretanto, como muitos deles saíram do país às pressas, não conseguiram trazer consigo seus livros, laboratórios, coleções, entre outros resultados de suas pesquisas.

O Padre Luiz Gonzaga Cabral, em relato sobre sua expulsão de Portugal, expõe seu ressentimento em relação a de tudo o que teve que deixar para trás, devido às condições da fuga.

Em pleno século de liberdade, homens que apregoam espírito liberal, e em nome de princípios igualitários, expulsaram num momento do território português a trezentos e tantos portugueses (...) sem lhes dar tempo reunir a roupa, os livros, os escriptos, fructo querido do trabalho de muitos anos numa vida de estudo indefeso (...). Em nome da liberdade arrebatam-se tudo. Junctamente com os edifícios e as terras apropriaram-se de nossas casas, nas quaes havia collecções científicas de primeira ordem, como os museus, gabinetes e laboratórios dos collegios de Campolide e S. Fiel, onde por espaço de mais de cinqüenta anos (...) haviam conseguido reunir um material de estudo que por todos estes títulos era nosso. (AZEVEDO, 1986, p. 3).

Esses relatos nos dão uma certa ideia do acervo científico e pedagógico existente nos colégios portugueses e perdido ou tomado pelo governo, por ocasião implantação da República e sua expulsão do país. Um longo espaço de tempo seria necessário para que colégios jesuítas brasileiros conseguissem montar acervo minimamente similar.

Entretanto, apesar da falta dessas coleções, livros, escritos, resultados de pesquisas, museus, etc., e de uma presença relativamente curta, os jesuítas deixaram para Caetité uma “influência nitidamente educativa”. Essas foram as palavras da professora Helena Lima Santos, em seu livro “Caetité Pequenina e

Ilustre” sobre os “professores – padres” do Instituto São Luiz.

Nesse mesmo livro, ela fala sobre o espírito intelectual – científico que tinham os padres, especificando o Padre Luís Gonzaga Dialler.

O Padre Luiz Gonzaga Dialler, alemão sacerdote jesuíta (...) foi grande pesquisador da história e da geografia da região. Era de uma cultura; levantou o para do sul do sertão da Bahia, que foi editado em 1925, naqueles tempos de mapas tão escassos e deficientes; também levantou o mapa de cada freguesia da Diocese; fez estudos cartográficos visando o melhor caminho a ser percorrido ligando o São Francisco à ponta dos trilhos da Estrada de Ferro Central da Bahia, além dos mapas das fazendas existentes antes e depois da criação da Freguesia em 1754. Viajava muito consultando os livros da Freguesia e os autos nos cartórios. (SANTOS, 1995, p. 9).

A professora Helena Lima lecionava geografia na Escola Normal, esse pode ter sido o motivo de tanto entusiasmo acerca das pesquisas e levantamentos feitos pelo Padre Dialler; por outro lado, ao deparar-nos com a realidade em que eles viviam, é possível entender que o espírito científico era subsidiado pelas necessidades cotidianas, justificando, assim, o cunho prático e aplicável dessas pesquisas.

Desenhar mapas das freguesias, verificar distâncias etc., lhes ajudaria a percorrer o sertão nas suas atividades missionárias. Enquanto isso, era importante levantar um caminho mais curto do São Francisco até a ferrovia, porque este era o meio transporte mais acessível para encurtar a viagem tão sofrível entre o sertão e a capital.

Ao que parece, ele aproveitava as viagens para realizar suas atividades missionárias religiosas e, também, levantar dados geográficos e históricos da região.

(...) o Padre Dialler gostava de pesquisar nos antigos livros e inventários dos cartórios, na redação de A Penna em indagações com João Gumes, sem se importar com as diferenças religiosas. Percorreu grande parte da região anotando cuidadosamente nomes, distâncias, serras, rios, fazendas e localidades. Levantou um mapa do sertão da Bahia que a Secretaria de Educação mandou editar (...) encontrei o original, de feito manual em pano bem como uma pasta com diversos croquis das freguesias da diocese de Caetité e esquemas das altitudes para uma possível ligação mais curta para Estrada de Ferro Central da Bahia. Estes originais ainda conservo, foram deixados pelos padres quando se retiraram em 1924. (SANTOS, 1995, p. 72, 73).

As especificidades e o cuidado dispensado ao levantamento de dados feito pelo Padre Dialler, renderam-lhe o reconhecimento oficial da Secretaria de Educação, que mandou editar e distribuir os mapas com informações alçadas por ele. Infelizmente, esses mapas não foram encontrados, muito menos os originais, cuja posse a professora Helena Lima dizia ter.

Para além do Padre Dialler, outros verdadeiros intelectuais estiveram atrás das batinas pretas que transitavam entre Caetité (Instituto São Luiz) e Salvador (Colégio Antônio Vieira), como o Padre Cabral, que, como já dito, expressou profundo sentimento por ter deixado para trás as coleções científicas, livros e escritos, resultado de muitas décadas de pesquisas suas e de seus companheiros da Companhia de Jesus.

Apesar disso, não lhe faltava interesse em adquirir novos conhecimentos a qualquer oportunidade que tivesse. Em carta a um dos seus, expõe o seu interesse pelo progresso das diversas áreas da ciência, julgando serem úteis em algum momento da sua trajetória.

(...) A exposição, apenas pude percorrê-la muito rápida e completamente nas tardes de 24 e 26 de dezembro. Deixou-me ainda assim uma impressão invulgar, particularmente de assombroso progresso do Brasil nestes últimos anos. O pavilhão da Estática, por exemplo, é uma glória para esta grande nação.

Dos pavilhões estrangeiros, visitei o da França (elegância, bom gosto, sobriedade, magníficos Sèvres, Gobelins, Mobílias de Luis XIV, Luis XV, Luis XVI), Inglaterra (interessante o vasto lençol de agua donde emergem os continentes e ilhas com seus relevos exactíssimos e por onde singram movimentados por um sistema invisível de relojoaria todas as esquadras inglesas do mundo), Itália (maravilhoso principalmente pela estatuária contemporânea com a felicíssima exposição de mármores vários tão habitualmente unidos que parece um trabalho de Camapheu que se aproveitaram veios naturais diversos para adaptar por exemplo a uma figura de carraca alvíssimo um planejamento de lindo mármore amarelo, México (a mais peremptória resposta às calúnias yankees sobre o atraso mexicano; trabalhos de arte assombrosos entre os quais os mais primorosos vitrais (...) essa minha rápida passagem pela Exposição foi pois ainda assim uma colheita bastante farta de conhecimentos que me poderão servir. (PADRE LUIZ GONZAGA CABRAL, Caetité, 13 de janeiro de 1923).

Esses são apenas dois exemplos de verdadeiros intelectuais que plan-

taram sementes de conhecimento em Caetité por meio do Instituto São Luiz Gonzaga²⁷ e elas deram frutos.

Entre os alunos que passaram pela referida escola, resultaram muitos professores, lideranças políticas e profissionais liberais e intelectuais, como o já citado, Anísio Teixeira, que por muito pouco não segue a vida religiosa na própria Companhia de Jesus, mas, por outro lado, deu à Bahia e ao Brasil boas ideias e iniciativas no que diz respeito a uma educação de qualidade, laica, gratuita e para todos.

Referências

AZEVEDO, Ferdinand. *A Missão Portuguesa da Companhia de Jesus no Nordeste (1911 – 1936)*. Recife: Fundação Antonio dos Santos Abrantes - FASA, 1986.

BIBLIOTECA VIRTUAL ANÍSIO TEIXEIRA. *A Cidade de Caetité*. Os Primeiros Anos de Anísio. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/livro10/capitulo1.html>. Acesso em: 04 dez. 2015.

CARTAS EDIFICANTES DA PROVÍNCIA DE PORTUGAL, J.S. Vol. 04. Carta do Padre Sallustio ao P. Antunes, Caetité, 03 de maio de 1912.

CARTAS EDIFICANTES DA PROVÍNCIA DE PORTUGAL, J.S. Vol. 05. Carta do Padre Justino ao R. P. Superior do Colégio de Caetité, Caetité, 05 de maio de 1917.

CARTAS EDIFICANTES DA PROVÍNCIA DE PORTUGAL, J.S. Vol 05. Carta do Padre Francisco dos Santos ao P. Le Thiec, Caetité, 04 de junho de 1919.

CARTAS EDIFICANTES DA PROVÍNCIA DE PORTUGAL, J.S. Vol. 08. Carta do Padre Luiz Gonzaga Cabral para um dos nossos de La Guardia, Caetité, 13 de janeiro de 1923.

EDUCAÇÃO SJ. *Subsídios*. Características da Educação da Companhia de Jesus. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

FOULQUIER, Joseph H. S. J. *Jesuítas no Norte*. Segunda entrada da Companhia de Jesus 1911 – 1940. Baía: 1940.

GUIMARÃES, Eudes M. B.; SILVA. Arnaldo J., MATOS. Fernanda de Oliveira. Notas sobre as congregações católicas. In: MARQUES, Zélia Malheiro (org). *Cem anos de fé e missão nas terras sagradas do sertão*. Caetité, Bahia: Eduneb, 2013

²⁷ Diante do exposto, cabe ressaltar que, essa pesquisa sobre o Instituto, foi o ponto de partida para uma investigação mais aprofundada sobre as relações entre a educação, a política e a religião em Caetité durante a Primeira República que está em andamento.

JORNAL A PENNA, Caetité, 29 de agosto de 1913. Disponível à pesquisa no Arquivo Público Municipal de Caetité, Bahia.

JORNAL A PENNA, Caetité, 01 de março de 1917, nº 131. Disponível à pesquisa no Arquivo Público Municipal de Caetité, Bahia.

JORNAL A PENNA, Caetité, 29 de novembro de 1917, nº 151. Disponível à pesquisa no Arquivo Público Municipal de Caetité, Bahia.

JORNAL A PENNA, Caetité, 11 de março, de 1926, nº 369. Disponível à pesquisa no Arquivo Público Municipal de Caetité, Bahia.

JORNAL A PENNA, Caetité, 01 de abril de 1926, nº 372. Disponível à pesquisa no Arquivo Público Municipal de Caetité, Bahia.

JORNAL A PENNA, Caetité, 29 de abril de 1926. Disponível à pesquisa no Arquivo Público Municipal de Caetité, Bahia.

KLEIN, Luiz Fernando (org.). *Educação jesuítica e pedagogia inaciana*. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

MADUREIRA, I. M. de. *A liberdade dos índios*. A Companhia de Jesus. Sua pedagogia e seus resultados. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1929.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de; SANTANA, Elizabete Conceição – O retorno dos Jesuítas ao Brasil: a República e a Educação na Bahia. In: CAVALCANTE, Maria Juraci; HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho (orgs.). *História da Educação: República, Escola e Religião*. Fortaleza: Ed. UFC, 2012. p. 245-292.

REMER, Maísa Milènne Zarur; STENTZLER, Márcia Marlene. Método Intuitivo: Rui Barbosa e a preparação para a vida completa por meio da educação integral. IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Anais...* 26 a 29 de outubro de 2009. PUCPR, Paraná. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2908_1161.pdf. Acesso em: 15 jan. 2015.

SANTOS, Helena Lima. *Caetité. Pequenina e Ilustre*. 2. ed. Brumado, BA: Ed. da Tribuna do Sertão, 1995.

SOUSA, Carlos Ângelo de Meneses. Cartas e Educação Jesuíticas: Memórias da Segunda Vinda dos Jesuítas Portugueses ao Nordeste do Brasil. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. *Anais...* UFMT, Cuiabá, 2013. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/03.pdf>. Acesso em: 10 set. 2014.

Sobre os Autores

Aparecida Valéria Salviano de Souza

Mestra em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB) e especialista em Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Pesquisou sobre “A Representação dos Pretos na Missão Educativa dos Jesuítas Portugueses na Zambézia no Início do Século XX”. Atuou como Diretora de Educação a Distância na Escola de Administração Fazendária (ESAF). E-mail: valeriasalviano.ucb@gmail.com

Carlos Ângelo de Meneses Sousa

Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), com estudos na Universidade de Bonn (Alemanha). Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Católica de Brasília (UCB). Pesquisador da Cátedra Unesco de Juventude, Educação e Sociedade, na qual coordena as pesquisas “Trajetórias de intelectuais e instituições educativas em suas interfaces com a ciência, religião e política” e “Tecnologias, Educação e Protagonismos Juvenis: sociabilidades e aprendizagens”.

E-mails: carlosangelos@yahoo.com.br / cangelo@ucb.br

Célio Juvenal Costa

Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba. Docente da Universidade Estadual de Maringá, dos cursos de Pedagogia e do Mestrado e Doutorado em Educação. A área de pesquisa em que atua é Educação, Cultura e História do Brasil Colonial, participando do grupo de pesquisa interinstitucional Educação, Cultura e História: Brasil, séculos XVI, XVII e XVIII (DEHSCUBRA). É um dos coordenadores do Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP) da UEM. E-mail: celiojuvenalcosta@gmail.com

Felipe Eduardo Ferreira Marta

Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-doutorado na Virginia Polytechnic Institute and State University. Professor Titular no Departamento de Ciências Naturais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), atuando como docente no Programa de Pós-Graduação em Memória: Sociedade e Linguagem da UESB. E-mail: fefmarta@gmail.com

Fernanda de Oliveira Matos

Mestra em Educação e Contemporaneidades pela Universidade do Estado da Bahia (Ueb) e especialista em Metodologias do Ensino de História. Atualmente, é doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Memória: Sociedade e Linguagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Atua como professora nas Redes Municipais de Ensino de Caetité e Lagoa Real. Realiza pesquisas nas áreas de Educação Patrimonial, História e Memória da Educação no Alto Sertão. E-mail: fernanda.om@hotmail.com

Francisco Malta Romeiras

Doutor em História e Filosofia das Ciências pela Universidade de Lisboa. Pesquisador do Centro Interuniversitário de História das Ciências e Tecnologia da Universidade de Lisboa. Os seus principais interesses de investigação incluem a história da popularização científica, a história das actividades científicas dos jesuítas em Portugal, e a história das relações entre ciência e religião. É membro do conselho editorial da revista Brotéria desde Janeiro de 2013. E-mail: franciscomesquitella@gmail.com

Graciella Watanabe

Doutora em Ensino de Ciências pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Adjunta do Centro de Ciências Naturais e Humanas da Universidade Federal do ABC. Desenvolve pesquisas sobre desigualdade educacional, divulgação científica e estuda a teoria sociológica de Pierre Bourdieu com ênfase nos estudos da ciência desse autor. Atua principalmente nos seguintes temas: Desigualdade Educacional, Divulgação Científica, Sociologia da Ciência, Desigualdades Científico-Tecnológicas e Campo Científico. Coordena o Grupo de Pesquisa em Desigualdade Educacional, Ciência e Democracia – DECiDe. E-mail: graciewat@gmail.com

Jaci Maria Ferraz de Menezes

Doutora em Ciencias de La Educación pela Universidade Católica de Córdoba, como bolsista da Organização dos Estados Americanos (OEA). Pós-Doutorado em Educação e Relações Raciais no Departamento de Sociologia da USP e na Fundação Carlos Chagas, com o tema Representações Sociais do trabalho docente e relações raciais. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), no qual coordena a Linha Processos Civilizatórios: Educação, História e Pluralidade Cultural. E-mail: jacimnz@hotmail.com

Lívia Maria Goes de Britto

Doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia(Uneb), com estudos no Canadá. Professora Assistente do Departamento de Educação da Uneb, atuando na área de didática, com Metodologia do Ensino de Ciências, Estágio Supervisionado e Educação de Jovens e Adultos. Participa da pesquisa Memória da Educação na Bahia. E-mail: llbritto@yahoo.com.br

Sheila Cristina Monteiro Matos

Doutora em Educação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Pós-doutorado em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB), com bolsa de estudo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sob o tema “A recuperação memorialística anisiana: vestígios, refundamentos e as interlocuções com os jesuítas no início do século XX”. Professora da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias/RJ e Orientadora Educacional da Prefeitura Municipal de Mesquita/RJ. E-mail: sheilammatos39@gmail.com

Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade

A Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade completou 10 anos em 2018. Foi aprovada pela UNESCO aos 13 de maio de 2008, e inaugurada aos 14 de agosto de 2008. Constitui-se em um nó central de uma rede nacional e internacional de pesquisa, ensino e extensão, voltando-se para a investigação de temas focalizados no problema da violência nas escolas, bem como na difusão da cultura de paz, educação social, inclusão social e direitos humanos. Já publicou inúmeros artigos científicos, e superando a quantidade de 40 livros, tendo presença ativa em eventos, tais como congressos e seminários, o que enriquece a literatura científica no seu campo temático. Dessa rede de estudos, participam 20 professores, dentre coordenador e leitores, a maioria deles com abundantes publicações e projeção internacional. E, dentre seus parceiros institucionais, estão cerca de 25 universidades e/ou centros de pesquisa. Maiores informações podem ser obtidas no site catedra.ucb.br

Geraldo Caliman
Coordenador da
Cátedra UNESCO de Juventude,
Educação e Sociedade

**Coleção Juventude, Educação e Sociedade da Cátedra
UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade da
Universidade Católica de Brasília**

1. CALIMAN, G. (Org.). *Violências e Direitos Humanos: Espaços da Educação*, 2013.
2. SIVERES, L. (Org.). *A Extensão Universitária como Princípio de Aprendizagem*, 2013.
3. MACHADO, M. *A Escola e seus Processos de Humanização*, 2013.
4. BRITO, R. O. *Gestão e Comunidade Escolar*, 2013.
5. GOMES, C. A. (Org.). *Juventudes: Possibilidades e Limites*, 2013.
6. CALIMAN, G.; PIERONI, V.; FERMINO, A. *Pedagogia da Alteridade*, 2014.
7. RIBEIRO, O.; MORAES, M. C. *Criatividade em uma Perspectiva Transdisciplinar*, 2014.
8. CUNHA, C.; JESUS, W. F.; GUIMARÃES-IOSIF, R. *A Educação em Novas Arenas*, 2014.
9. CALIMAN, G. (Org.). *Direitos Humanos na Pedagogia do Amanhã*, 2014.
10. MANICA, L.; CALIMAN, G. (Orgs.). *Educação Profissional para Pessoas com Deficiência*, 2014.
11. MORAES, M. C.; BATALLOSO, J. M.; MENDES, P. C. (Orgs.). *Ética, Docência Transdisciplinar e Histórias de Vida*, 2014.
12. SÍVERES, L. *Encontros e diálogos: pedagogia da presença, proximidade e partida*, 2015.
13. SOUSA, C. A. M. (Org.). *Juventudes e Tecnologias: Sociabilidades e Aprendizagens*, 2015.
14. GALVÃO, A.; SÍVERES, L. (Orgs.). *A formação psicossocial do professor: As representações sociais no contexto educacional*, 2015.
15. GUIMARÃES-IOSIF, R.; ZARDO, S. P.; SANTOS, A. V. dos (Orgs.). *Educação Superior: conjunturas, políticas e perspectivas*, 2015.
16. PAULO, T. S.; ALMEIDA, S. F. C. *Violência e Escola*, 2015.
17. MANICA, L.; CALIMAN, G. *Inclusão de Pessoas com Deficiência na Educação Profissional e no Trabalho*, 2015.

18. BRAY, M.; ADAMSON, B.; MASON, M. (Orgs.). *Pesquisa em Educação Comparada*: abordagens e métodos, 2015.
19. CUNHA, C. (Org.). *O MEC pós-Constituição*, 2016.
20. BRASIL, K. T.; DRIEU, D. (Orgs.). *Mediação, simbolização e espaço grupal*: propostas de intervenções com adolescentes vulneráveis, 2016.
21. CALIMAN, G.; VASCONCELOS, I. C. O. (Orgs.). *Juventude Universitária*: Percepções sobre Justiça e Direitos Humanos, 2016.
22. SIVERES, L. (Org.). *Diálogo*: Um princípio pedagógico, 2016.
23. CUNHA, C.; JESUS, W. F.; SOUSA, M. F. M. (Orgs.). *Políticas de Educação*, 2016.
24. SOUSA, C. A. M.; CAVALCANTE, M. J. M. (Orgs.). *Os Jesuítas no Brasil*: entre a Colônia e a República, 2016.
25. JESUS, W. F.; CUNHA, C. (Orgs.). *A Pesquisa em Educação no Brasil*: novos cenários e novos olhares, 2016.
26. CUNHA, C.; RIBEIRO, O. L. C. (Orgs.). *Educação Nacional*: o que pensam especialistas, políticos e dirigentes, 2017.
27. SÍVERES, L.; VASCONCELOS, I. C. O. (Orgs.). *Diálogo*: um processo educativo, 2018.
28. BRASIL, K. T.; ALMEIDA, S. F. C.. *Proteção à Infância e à Adolescência*: intervenções clínicas, educativas, socioculturais, 2018.
29. MACHADO, M. F. E.; CUNHA, C. (Orgs.). *Magistério*: formação, avaliação e identidade docente, 2018.
30. FERREIRA, V. A. (Org.). *Políticas e Avaliação da Pós-Graduação stricto sensu*, 2018.
31. CUNHA, C.; MACHADO, M. E.; NEVES JUNIOR, I. (Orgs.). *Pensamento Pedagógico*: Textos e Contextos, 2018.
32. CALIMAN, G. (Org.). *Cátedras UNESCO e os desafios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, 2019.
33. BRITO, R. O. *Escolas sustentáveis*: preparando estudantes do presente na criação de espaços sustentáveis para as gerações do futuro, 2019.
34. CUNHA, C.; FRANÇA, C. C. (Orgs.). *Formação docente*: fundamentos e práticas do estágio supervisionado, 2019.
35. CALIMAN, G.; VASCONCELOS, I. C. O. (Orgs.). *Jovens universitários*: entre a inclusão e a exclusão, 2019.
36. SIVERES, L.; LUCENA, J.I.A. (Orgs.). *Diálogo: uma perspectiva educacional*, 2019.
37. DRAVET, F.; PASQUIER, F.; COLLADO, J.; CASTRO, G. (Orgs.). *Transdisciplinaridade e educação do futuro*. 2019.

Seu conteúdo dá suporte para a construção de novas trajetórias do pensamento científico no Brasil, em que podemos reconhecer que a dicotomia razão e fé estão colocadas como formas filosóficas de produção do conhecimento e não, unicamente, polos distintos de visões de mundo. Os jesuítas e, aqui, seus estudiosos, nos dão uma lição de civilidade sobre como a convivência de ideias e modos de ver o mundo pode ser tratada sem embates superficiais. É, portanto, uma leitura que nos remete à reflexão sobre a necessidade de reconhecer que o passado pode dar lições valiosas sobre preceitos que pensamos ser básicos: democracia e respeito às diferenças. A ciência, nesse livro, aparece como esse elemento que pode se tornar agregador.

Graciella Watanabe

Universidade Federal do ABC – São Paulo

O legado jesuítico deixou marcas intangíveis nos âmbitos políticos, sociais, eclesiástico e, não menos importante, na seara da construção do conhecimento científico por vários lugares em que fundou seus colégios e instituições. Nesse sentido, a ideia central deste livro é fomentar o debate de um legado que é engendrado no âmbito da Ciência e suas diversas interlocuções, especialmente quanto formadores de intelectuais e de homens públicos, que marcaram a nossa história luso-brasileira, como o português laureado com o prêmio Nobel de Medicina, Egas Moniz, o nosso grande educador e gestor público Anísio Teixeira, e o literato brasileiro renomado internacionalmente, Jorge Amado, entre outros.

Carlos Ângelo de Meneses Sousa

Sheila Cristina Monteiro Matos

Universidade Católica de Brasília – UCB - Brasília

Ao se propor (re)construir uma história dos jesuítas no Brasil e suas contribuições para a ciência, como também em Portugal, a obra indica que a ciência nunca foi um mero instrumento de embate vazio, baseado no olhar limitado ou limitante, que nos leva a construir uma visão de ciência em constante conflito com a religião. Essa obra nos dá caminhos possíveis de convivência entre diferentes olhares, diferentes filosofias e modos de compreender o mundo que perpassam dimensões de respeito, pensamento epistemológico e fronteiras sociais que constituem o compromisso da arena social da ciência em promover o prazer do debate para o desenvolvimento do saber científico.

Graciella Watanabe

Universidade Federal do ABC - São Paulo - Brasil

Ao longo de todo o livro vários aspectos relacionados aos fundamentos e à prática jesuíta são apresentados e problematizados, como sua história, seus fundamentos religiosos, filosóficos e teológicos, os princípios científicos, a teoria e a prática pedagógica, a prática científica, as relações e as reações políticas, os colégios e seus ambientes e estruturas. No entanto, efetivamente, a maior parte das páginas que o leitor terá o prazer de acompanhar descrevem os avanços científicos conseguidos, paulatinamente, com esforço e denodo, por parte de padres que, além da batina preta, usavam jalecos em laboratórios de botânica, de física, de química e de biologia.

Célio Juvenal Costa

Universidade Estadual de Maringá - Paraná - Brasil

[...] a Brotéria tornou-se a principal publicação portuguesa de ciências naturais, assumindo um papel pioneiro na divulgação de trabalhos de investigação de taxonomia, citogenética e genética e melhoramento de plantas conduzidos em institutos científicos estatais. [...] a revista dos jesuítas portugueses desempenhou um papel fundamental na introdução e desenvolvimento de áreas como a genética molecular, a engenharia genética, a genética humana e a bioética.

Francisco Malta Romeiras

Universidade de Lisboa - Portugal



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Cátedra UNESCO de Juventude,
Educação e Sociedade



Universidade
Católica de Brasília